

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

O guia empírico e a matematização da percepção.

Uma análise da doutrina das sensações na *Crítica da Razão Pura*.

Fabian Scholze Domingues

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Brum Torres

Porto Alegre, novembro de 2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

O guia empírico e a matematização da percepção.

Uma análise da doutrina das sensações na *Crítica da Razão Pura*:

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia na Universidade federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Fabian Scholze Domingues

João Carlos Brum Torres

Porto Alegre, novembro de 2004

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Lia Scholze pelo apoio desde sempre. À Gislane pela convivência e pelo carinho. Ao Milton pelo incentivo, ainda que tardio. Ao CNPq que financia parcialmente os meus estudos desde 1997 e sem o qual este trabalho não seria possível. À UFRGS por ter me dado um ensino gratuito e de qualidade. Ao Programa de Pós-Graduação em filosofia pela bolsa de mestrado e pelos excelentes professores. Ao meu orientador, João Carlos Brum Torres, pela paciência e pelas lições, não apenas na academia, mas, também e principalmente, na vida. Ao Carlos Miraglia pela força em momentos difíceis, pela leitura de inúmeras versões iniciais deste trabalho, pelas dicas e sugestões sempre pertinentes e pelo convite para palestra na UFPel. Ao Prof. Anfré Klaudat pela oportunidade de apresentar uma versão preliminar deste trabalho em um dos seus seminários. À UFSM, à Sociedade Kant Brasileira e à ANPOF pela oportunidade de apresentar versões preliminares deste trabalho. Agradeço ao Prof. Valério Rodhen pelo apoio e pelo exemplo profissional em filosofia. Ao Prof. Joãosinho Bekenkamp pelas sugestões. Aos meus colegas de pós-graduação Lúcio Lobo, Renato Fonseca, César Schirmer e Márcio Teixeira por terem me ensinado muito em nossas inúmeras conversas, e não apenas sobre filosofia. Ao Rogério Amoretti por disponibilizar a sua biblioteca e a sua amizade. Ao Rogério Severo pela leitura atenta e inúmeras sugestões. Ao Maurício Santos, amigo de longa data. Aos meus alunos e ex-alunos de Metodologia da Pesquisa da FARGS, que me fizeram aprender muito sobre pesquisa e sobre apresentação de trabalhos científicos. À Barbara Rottmann, amor da minha vida, que corrigiu a versão final deste trabalho e sem a qual este trabalho não teria sido concluído.

"Estas indicações devem somente servir para nos fazer compreender que não é imediatamente claro aquilo que visamos quando falamos de sensações. A pluralidade de sentidos não delimitada da palavra e a multiplicidade não dominada das coisas visadas, patenteiam, somente, a insegurança e a perplexidade que impedem uma determinação suficiente da relação entre o homem e a coisa."

Martin Heidegger

RESUMO

A doutrina das sensações é um assunto relativamente pouco estudado pela tradição de comentários a Kant. Kant também não dedicou muitas linhas para explicitar tal doutrina. Apesar disso, a compreensão dessa doutrina desempenha um papel central na explicação do modo como as atividades do entendimento se guiam pelo que é dado na experiência. Frente à novidade da *Estética Transcendental*, alguns comentadores consideram que as sensações não possuem papel cognitivo na *Crítica da Razão Pura*, e, com isso, elas não fornecem uma explicação convincente para a ligação entre o que é especificamente empírico no objeto da percepção e as atividades do entendimento. Se as sensações não possuem estatuto cognitivo, o entendimento não pode se guiar pelo que é dado na experiência. Como sair deste embaraço? Kant reconheceu que as sensações possuem um papel importante na explicação do conhecimento empírico, que, embora negligenciado nos textos da *Estética Transcendental*, é explicado em grande detalhe na *Analítica dos Princípios*. Nas *Antecipações da Percepção*, Kant considera que o objeto de sensação pode ser sempre mensurado em termos de graus de intensidade. Mediante um juízo, o entendimento deve poder mensurar o dado sensível e, assim, relacionar uma certa propriedade empírica a um conceito. O conceito que Kant utiliza para expressar a determinação positiva e verdadeira do pensamento no momento da apreensão sensível é o conceito *puro do entendimento: realidade*. O real do fenômeno é o guia empírico, pois representa a determinação empírica compreendida pelo entendimento. Como o dado sensível é mensurável pelo entendimento, a teoria da percepção de Kant implica a matematização da percepção. Com o esclarecimento desta teoria, compreende-se melhor a relação entre a filosofia transcendental, a percepção ordinária e a concepção de ciência de Kant.

Palavras-chave: Sensação – Estética Transcendental – Guia empírico – Antecipações da Percepção – Matematização da Percepção

ABSTRACT

The doctrine of sensations is a relatively seldom studied topic in the tradition of commentaries on Kant. Kant himself did not dedicate that many lines to clarify the doctrine either. Nevertheless, a correct understanding of that doctrine is crucial for explaining the way the activities of the understanding are guided by what is given in experience. In face of the novelty of the *Transcendental Aesthetics*, some commentators have argued that sensations do not have a cognitive role in the *Critique of Pure Reason*, and thus do not provide a convincing explanation of the link between what is specifically empirical in the object of perception and the activities of the understanding. If sensations do not have a cognitive status, the understanding cannot be guided by what is given in experience. How are we to deal with this problem? Kant recognized that sensations have an important role in the explanation of empirical knowledge. Although that knowledge is neglected in the texts of the *Transcendental Aesthetics*, it is explained in great detail in the *Analytic of Principles*. In *The Anticipations of Perception*, Kant claims that the object of sensation can always be measured in terms of degrees of intensity. By means of a judgment, the understanding must be able to measure what is given in a sensation. Thus, it must be able to relate an empirical property to a concept. The concept that Kant uses to express the positive and true determination of thought at the moment of a sensible apprehension is that of *reality*, which is a pure concept of the understanding. What is real in a phenomenon is the empirical guide, for it represents the empirical determination comprehended by the understanding. Since the sensible data is measurable by the understanding, Kant's theory of perception entails the mathematization of perception. By the elucidation of such theory, it is possible to obtain a better understanding of the relationship between the transcendental philosophy, ordinary perception and Kant's science conception.

Keywords: Sensation – Transcendental Aesthetics – Empirical Guide – Antecipations of Perception – Matematization of Perception

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	3
ABSTRACT	6
SUMÁRIO.....	7
LISTA DE ABREVIACÕES.....	8
INTRODUÇÃO	9
1. O CONHECIMENTO HUMANO E SUAS FONTES.....	18
1.1 TODO CONHECIMENTO COMEÇA COM A EXPERIÊNCIA	18
1.2 DOIS SENTIDOS DO TERMO 'EXPERIÊNCIA'	20
1.3 A TEORIA DA SENSIBILIDADE: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO	23
1.4 CARÁTER SENSÍVEL DO CONHECIMENTO	28
1.5 A UNIÃO ENTRE ENTENDIMENTO E SENSIBILIDADE	32
1.6 INTUIÇÕES E CONCEITOS COMO REPRESENTAÇÕES	34
2. A TEORIA DA SENSIBILIDADE NA ESTÉTICA TRANSCENDENTAL	36
2.1 REPRESENTAÇÃO SENSÍVEL: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO.....	36
2.2 EQUIVOCIDADE DO TERMO SENSACÃO: OBJETIVA E SUBJETIVA	37
2.3 FENÔMENO, COISA EM SI E AFECÇÃO.....	42
2.4 FENÔMENO, OBJETO INDETERMINADO DE UMA INTUIÇÃO EMPÍRICA.....	47
2.5 OS DADOS DA SENSACÃO E AS FORMAS DA INTUIÇÃO.....	50
2.5.1 <i>Matéria do fenômeno e matéria da representação.....</i>	<i>55</i>
2.5.2 <i>Matéria da representação.....</i>	<i>59</i>
2.6 OS CONTEÚDOS EMPÍRICOS COMO FRAGMENTOS SENSÍVEIS	61
3. O GUIA EMPÍRICO E O CARÁTER COGNITIVO DAS SENSACÕES.....	66
3.1 CONSTITUINTE VS CONSTITUÍDO: UMA AMBIGÜIDADE NO TRATAMENTO DAS SENSACÕES?.....	67
3.1.1 <i>Sentido constituinte: apresentação de uma interpretação.....</i>	<i>69</i>
3.1.2 <i>O argumento: os sentidos não erram.....</i>	<i>72</i>
3.2 A INTERPRETAÇÃO PROPOSTA E O PROBLEMA DO GUIA EMPÍRICO	76
3.2.1 <i>O que, no fenômeno, contém as condições necessárias da apreensão, é o objeto.....</i>	<i>77</i>
3.2.2 <i>O entendimento se guia pelo que é dado na afecção.....</i>	<i>82</i>
4. A DOCTRINA DAS SENSACÕES NO PRINCÍPIO DAS ANTECIPAÇÕES DA PERCEPÇÃO COMO RESPOSTA AO GUIA EMPÍRICO	84
4.1 PRESSUPOSTOS DA ANÁLISE.....	84
4.1.1 <i>O acesso ao mundo dos fenômenos é o acesso ao mundo newtoniano.....</i>	<i>85</i>
4.1.2 <i>Uma complexa operação cognitiva.....</i>	<i>86</i>
4.1.3 <i>A concepção de natureza e a fundamentação transcendental da CRP.....</i>	<i>88</i>
4.1.4 <i>A razão humana é antecipadora.....</i>	<i>89</i>
4.1.5 <i>Ciência da natureza e matemática.....</i>	<i>89</i>
4.1.6 <i>O projeto matemático.....</i>	<i>91</i>
4.2 A ANÁLISE DO PRINCÍPIO DAS ANTECIPAÇÕES DA PERCEPÇÃO.....	97
4.2.1 <i>A formulação do Princípio.....</i>	<i>97</i>
4.2.2 <i>Quantidades intensivas.....</i>	<i>98</i>
4.2.3 <i>A categoria da Realidade.....</i>	<i>109</i>
4.2.4 <i>A determinação empírica das qualidades.....</i>	<i>115</i>
CONCLUSÃO.....	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	122
ÍNDICE REMISSIVO.....	130

LISTA DE ABREVIACOES

CRP - Crítica da Razão Pura

CFJ - Crítica da Faculdade do Juízo

CRPr - Crítica da Razão Prática

Prolegômenos - Prolegômenos a toda metafísica futura que possa vir a ser considerada como ciência.

PPMCN – Primeiros Princípios Metafsicos da Ciência da Natureza

Dissertação de 70 - Acerca da forma e dos Princípios do mundo sensível e do mundo inteligível

Antropologia – Antropologia de um ponto de vista pragmático

INTRODUÇÃO

A doutrina das sensações é um assunto relativamente pouco estudado pela tradição de comentários a Kant. Kant também não dedicou muitas linhas para explicitá-la. Apesar disso, a compreensão dessa doutrina desempenha um papel central na explicação do modo como as atividades do entendimento se guiam pelo que é dado na experiência. Frente à novidade da *Estética Transcendental*, as formas puras *a priori da sensibilidade*, alguns comentadores consideram que as sensações não possuem papel cognitivo na teoria da sensibilidade da *CRP*, e, com isso, não fornecem uma explicação convincente para a ligação entre o especificamente empírico no objeto da percepção e as atividades do entendimento. Se as sensações não possuem estatuto cognitivo, o entendimento não pode se guiar pelo que é dado na experiência. Explicar como as atividades do entendimento se guiam pelo que é dado na sensação é o que passarei a chamar de *problema do guia empírico*. O objetivo deste trabalho consiste em indicar uma solução para este problema.

Uma possível solução para o problema do guia empírico resulta da análise do que Kant diz sobre a relação entre as atividades do entendimento e as sensações na *Analítica dos Princípios*. Nos dois primeiros princípios deste importante texto Kant retoma a análise sistemática dos elementos da sensibilidade, forma e matéria da intuição encerrada ao fim da *Estética Transcendental*. Esta análise é feita agora sob a perspectiva do entendimento. As formas da intuição são analisadas como grandezas extensivas nos *Axiomas da Intuição*. Já a sensação é analisada no princípio das *Antecipações da Percepção* como correspondendo às grandezas intensivas. O conteúdo de uma sensação determina, no ato do juízo, o que é pensado como *qualidade*, isto é, o que possui grandeza intensiva.

Na relação direta entre o empírico da percepção e o entendimento, a categoria da qualidade atribuí, pela espontaneidade do entendimento, *realidade aos conceitos*. O dado sensível determinado em termos de graus pelo entendimento (categoria da qualidade) é a resposta para o problema do guia empírico.

O primeiro capítulo desta dissertação situa a problemática do conhecimento empírico nos textos de abertura da *CRP*. São nesses textos que Kant apresenta de modo mais explícito o seu *compromisso* com as condições sensíveis *a posteriori* do conhecimento e com o modo como elas se inter-relacionam com as suas condições *a priori*. Na análise desses textos, pretendi pôr à mostra a articulação dos principais conceitos presentes na problemática do conhecimento empírico.

Começo analisando o conceito kantiano de ‘experiência’, pois é a partir do que ele representa que todo o conhecimento humano se inicia. A análise desse conceito leva de imediato a diferentes níveis do questionamento kantiano acerca do conhecimento e de suas condições de possibilidade. Além disso, dois pares de conceitos limitam e determinam a questão das sensações, o par *a priori/ a posteriori* e o par *entendimento/sensibilidade*. As sensações são consideradas como o elemento *a posteriori* da *sensibilidade*. Contudo, outros conceitos também se enquadram nesse mesmo registro de análise. Além do próprio conceito de experiência, ‘impressões sensíveis’, ‘intuições’ e ‘intuições empíricas’ freqüentemente são apontados como elementos sensíveis *a posteriori* da cognição humana. A tarefa do capítulo consiste, pois, em elucidar e distinguir esses conceitos, determinando o que lhes é próprio e fornecendo uma estrutura de análise a ser utilizada nos capítulos subseqüentes especificamente para o conceito de ‘sensação’. A compreensão dessa estrutura depende, por sua vez, da distinção entre a faculdade da sensibilidade como uma fonte de conhecimento *distinta* da faculdade do entendimento. Como ‘sensação’ é considerada como o elemento *a posteriori* da sensibilidade e o lugar sistemático da *CRP* onde se situa a análise da sensibilidade é a *Estética Transcendental*, o desenvolvimento da análise do elemento sensível *a posteriori* deve ser procurado e desenvolvido nesta seção. Entretanto, como ‘sensação’ é apenas um dos elementos da representação sensível e como, para a sua análise, é imprescindível a compreensão da estrutura da representação sensível, é necessário analisar esta estrutura e seus elementos constituintes.

A investigação da teoria da sensibilidade é o tema do segundo capítulo. A partir de um estudo da *Estética Transcendental*, apresento os principais elementos constituintes da teoria da sensibilidade: afecção, sensação, fenômeno, matéria e forma da intuição.

A afecção é considerada como o ponto de partida para a representação sensível e o efeito da afecção sobre a capacidade representativa é denominado por Kant de ‘sensação’. De que maneira deve-se entender o conceito de ‘sensação’ é a questão mais relevante. As sensações de calor e de agrado devem ser consideradas como equivalentes, já que podem ser consideradas como modificações da capacidade representativa? Ambas contribuem da mesma forma para o avanço do conhecimento empírico? Felizmente Kant dirime esta questão no §3 da *CFJ*. Nesta obra, o filósofo distingue entre um sentido *objetivo* e um sentido *subjetivo* das sensações, o sentido objetivo é denominado por Kant de ‘sensações *objetivas*’, pois estas levam ao progresso do conhecimento empírico; enquanto o subjetivo – que não acrescenta nenhum conhecimento – é denominado por ele de ‘sentimento’.

De qualquer modo, a matéria representada por sensação somente nos é dada pelos *fenômenos*, que devem ser considerados como os objetos legítimos de conhecimento. Há um ponto de dificuldade a ser esclarecido, todavia, com a concepção de fenômeno como *objeto indeterminado de uma intuição empírica*. Interpreto indeterminado, neste contexto, não do ponto de vista da sensibilidade, mas do entendimento - isto é, o dado sensível é chamado de indeterminado, pois ainda não foi pensado pelo entendimento. Esta indeterminação da sensibilidade *não é*, todavia, indeterminação *in toto*, pois as intuições são consideradas por Kant como uma espécie de *cognição*. Nesta medida, a indeterminação do fenômeno frente ao entendimento *não implica* que haja um mero *quê*, indeterminado e obscuro a ser determinado pelo entendimento. Ao contrário, há determinação sensível porque há *formas puras a priori* que enquadram o dado sensível. Justamente porque a intuição é uma espécie de cognição que é possível falar em *um* fenômeno indeterminado, ao invés *do* mero algo subjetivo, ininteligível e intangível. Interpretada desta forma a concepção kantiana de fenômeno, a análise volta-se ao que seja a matéria da representação sensível.

A análise da *matéria* da representação sensível é, entretantes, indissociável da análise da *forma* da representação sensível. No texto kantiano, a análise da forma é realizada com mais detalhe e profundidade do que as análises da matéria da representação sensível. Assim, para

esclarecer o que seja a matéria da representação sensível somos levados à análise do que sejam as formas da representação sensível: espaço e tempo. Essas formas puras da sensibilidade são consideradas condições da *objetividade* da intuição empírica. A sensação, enquanto tal, não pode ser, estritamente, considerada objetiva (ainda que Kant utilize o termo, como vimos, 'sensações objetivas' e ainda que, surpreendentemente, Kant afirme nas *Antecipações da Percepção* que as próprias condições materiais do conhecimento possuem certas condições formais *a priori*), pois a objetividade somente pode ser atribuída a certos estados subjetivos – a sensação *objetiva* – quando esses estão associados às condições formais da sensibilidade (e, também, do entendimento).

As sensações objetivas representam apenas *aspectos* dos objetos, que podem ser considerados como representações de fragmentos sensíveis. De fato, Kant caracteriza as *propriedades empíricas*, tais como o peso, a cor, a dureza, etc. como aquelas que são propriamente representadas por meio de sensações. Assim, as diversas sensações que compõem a percepção de um fenômeno são percebidas de tal forma que *preenchem* a nossa representação do contínuo espaço-temporal. Mas a maneira como a nossa percepção se constitui implica que a sensação é sempre e necessariamente um *simples aspecto perceptivo*, essencialmente vinculado não só às formas da intuição, mas a toda a *maquinaria transcendental* – categorias, esquemas, princípios, etc. Portanto, o *ponto de apoio empírico* da empresa transcendental resume-se à matéria da intuição, sensação, que nada mais é do que a representação de propriedades empíricas que nos chegam mediante a afecção dos sentidos. Esta caracterização traz, todavia, problemas. Especialmente como compreender o sentido de *determinação* do entendimento sem que este incorpore e dissolva o sentido de determinação intuitiva que é apresentado na *Estética Transcendental*. Para fazer frente a este problema, mostrando que a questão presente neste trabalho se faz a despeito desta controvérsia interpretativa, elaborei uma argumentação *indireta* para demonstrar que o elemento material empiricamente determinado é *irredutível*, em última análise, às atividades do entendimento e *imprescindível* para que tais atividades funcionem adequadamente. Esta é a questão que será desenvolvida no terceiro capítulo.

No terceiro capítulo apresento um certo modo de interpretar e criticar a doutrina das sensações presente em alguns comentadores da tradição anglo-saxã, especialmente na obra de Robert Pippin intitulada *Kant's Theory of Form*. Este intérprete julga que as sensações não

desempenham nenhum papel cognitivo por não serem consideradas representações. O principal argumento em defesa dessa tese consiste em ponderar que todo o conhecimento deve poder ser verdadeiro ou falso. Como as sensações não cumprem essa cláusula essencial para o conhecimento, não podem ser consideradas como uma espécie de representação. Procuo argumentar que essa interpretação é muito forte e torna incoerentes diversas e importantes afirmações de Kant acerca da sua teoria da sensibilidade e da teoria presente nas *Antecipações da Percepção*. Kant reiteradamente afirma que o conhecimento intuitivo é uma modalidade específica de conhecimento, independente e complementar ao conhecimento conceitual e que as sensações são uma espécie de representação que pode ser utilizada para o conhecimento.

Apresento, para sustentar a interpretação que estou sugerindo, um exemplo discutido pelo próprio Kant na *Segunda Analogia* e uma contraprova do papel cognitivo das sensações. Kant considera que as sínteses do entendimento não podem ser *arbitrárias*, mas devem se guiar pelo *objeto*, que fornece guia e correção para o entendimento. Se o conceito de ‘casa’ pode ser compreendido, é porque a *ligação* que o entendimento faz entre as diferentes percepções do objeto ‘casa’ (as portas, as janelas, a soleira, o telhado, etc., bem como de suas partes constituintes) não é realizada apenas por meio das atividades do entendimento, e, assim, de maneira arbitrária. Se é forçoso que o telhado esteja acima das janelas, por exemplo, isto não se deve apenas à maneira como o entendimento atua, como também à maneira como apreendemos tais dados empíricos e ao fato de que é devido a este guia determinado *empiricamente* que pode-se legitimamente utilizar o conceito de casa. Avanço nesta análise argumentando que o entendimento, tal como é considerado por Kant, é meramente *formal* (no sentido lógico-transcendental), incapaz de intuir seus conteúdos. Os *conteúdos* sob os quais o entendimento trabalha são *sempre* dados pela sensibilidade mediante a experiência do homem no mundo (quer sejam dados atualmente, quer sejam dados indiretamente mediante as atividades da imaginação reprodutiva). As atividades do entendimento – o pensamento – guiam-se para a obtenção de conhecimentos empíricos *legítimos* mediante sensações e, sem esses elementos empíricos, o entendimento não teria matéria sob a qual trabalhar. Dessa maneira, as sensações desempenham um papel central na teoria do conhecimento de Kant na medida em que elas, nas palavras de

Harper, “ligam a minha maquinaria mental ao mundo”¹. Independentemente da maneira como o entendimento opera as suas sínteses, há um elemento empírico necessário e *irreduzível* que deve ser considerado como sensivelmente determinado, que denomino como sensação em um sentido *constituído*, que é o ponto de partida *básico* a partir do qual as atividades do entendimento operam (e sem o qual elas não operariam) e o conhecimento empírico progride. Ora, tal tese é um refinamento do que já havia sido analisado nos textos de introdução da *CRP*, nos quais Kant afirma que *todo o conhecimento começa com a experiência*. Portanto, até este estágio da argumentação foi apresentada a localização da questão da doutrina das sensações para o conhecimento na paisagem transcendental e demonstrado que a matéria dada por sensação é fundamental e irreduzível às atividades do entendimento.

No quarto capítulo avanço na análise da doutrina das sensações ao apresentar e interpretar o princípio das *Antecipações da Percepção*, ou seja, ao procurar *refinar* a análise da relação que Kant estabelece entre as sensações objetivas e as atividades do entendimento - o que a tradição convencionou chamar de 'problema do guia empírico'. É na análise deste princípio cercado de dificuldades que considero que estejam esboçadas as grandes linhas para a explicação da questão do 'guia empírico', ou seja, para a explicação de *como* as atividades do entendimento são guiadas pelo que é dado na sensação. A resposta, todavia, é apenas indicativa e não está isenta de problemas.

Para a compreensão da relação entre as atividades do entendimento e as sensações explicitada neste princípio, inicio por apresentar uma certa concepção da ciência da natureza, tal como apresentada por Heidegger na obra: *Que é uma coisa?*, que subjaz à filosofia transcendental e que, ainda que sub-repticiamente, determina e orienta decisivamente a concepção das sensações para o conhecimento. A ciência da natureza que Kant está preocupado em fundamentar quando lança a pergunta: “Como é possível a ciência pura da natureza?” é a ciência newtoniana. Esta constatação histórica é decisiva para explicar a concepção de ‘sensação *objetiva*’ como representando apenas aspectos, propriedades empíricas dos objetos e por que esta propriedade cognitiva específica das sensações pode ser determinada *a priori*, em seus aspectos formais, pelo

¹ HARPER W., *Kant on Space, Empirical realism and the foundations of Geometry*, In Carl J. Posy (org.), *Kant's Philosophy of Mathematics*. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 1992, p. 267.

entendimento. O acesso ao mundo dos fenômenos que temos mediante sensações objetivas é, assim, caracterizado como o acesso ao mundo da ciência da natureza tal como concebido por Newton. Ao tratar de um objeto empírico, uma flor, por exemplo, o que as sensações objetivas nos dão é o conjunto fragmentado de diferentes aspectos do objeto, que são as suas propriedades empíricas (quando dadas pela sensibilidade) e suas qualidades (quando pensadas pelo entendimento) - às quais correspondem às forças físicas, que são os objetos de estudo da ciência da natureza. Estes diferentes aspectos materiais são sempre dados com as formas puras da intuição (que são condições de objetividade) e são pensados como aspectos de *um* objeto mediante as atividades de síntese do entendimento. A possibilidade de *pensar* algo como objeto para o conhecimento a partir desta concepção de conhecimento é determinada de maneira *axiomática*. Os princípios puros do entendimento circunscrevem *a priori* o *domínio*, ou o campo, da experiência possível. A determinação deste domínio possível de objetos é feita *anteriormente* aos objetos nos serem dados na experiência e, portanto, determinam de antemão tudo o que pode ser considerado legitimamente como objeto de conhecimento. Uma condição essencial que Kant estabelece para determinar o que pode contar legitimamente como conhecimento é que nele se deve poder encontrar *matemática*, e, mais, só pode haver ciência na exata medida em que *há* matemática. Sustentamos que a matemática ao qual Kant se refere não deve ser entendida apenas como a ciência da matemática do seu tempo, mas - sobretudo na fundamentação transcendental do conhecimento feita na *CRP* - como *projeto matemático* anterior à constituição da ciência da matemática que o fundamenta e o determina. Ou seja, assim como o matemático *possibilita* as matemáticas historicamente determinadas como ciência (seja a matemática newtoniana (o cálculo diferencial), seja a matemática dos teoremas de Euclides), o filosofar enquanto habilidade humana *possibilita* a existência de diferentes doutrinas filosóficas. A fundamentação transcendental - o esclarecimento da maneira como a razão opera de maneira que seja demonstrada a *possibilidade* tanto da matemática como ciência quanto da ciência da natureza - é feita na *Analítica dos Princípios*.

Nesta importante seção da *CRP* Kant retoma as análises feitas na *Estética Transcendental* das formas e da matéria da intuição empírica. Às formas da intuição, corresponde o princípio dos *Axiomas da Intuição* e à matéria da intuição o princípio das *Antecipações da Percepção*. Como é necessário distinguir entre a matéria e a forma da intuição, porque a primeira é dada empiricamente e, portanto, singular e contingente; e a segunda encontra-se *a priori* como

receptividade da mente (*Gemüt*), a matemática (talvez seja mais preciso afirmar: a possibilidade de matematizar o dado sensível) presente num e no outro princípio refere-se a aspectos *diferentes* da mesma representação sensível. A distinção deve ser considerada, portanto, como uma distinção de direito, e não uma distinção de fato. Nos *Axiomas da Intuição* é esclarecida a possibilidade de *mensurar* (uma atividade do entendimento) o contínuo espaço-temporal. Esta mensuração é sempre uma possibilidade de *comparação* entre extensões. Dessa maneira, as grandezas extensivas devem ser consideradas como grandezas *comparativas*. Já nas *Antecipações da Percepção*, Kant presta atenção à matemática que convém propriamente à matéria da intuição, a uma sensação. A possibilidade de mensuração *a priori* não se refere neste princípio às extensões, mas à qualidade própria dos *qualia* que as ocupam. As sensações preenchem o espaço e o tempo como unidade (ainda que não como simples). Um mesmo espaço (a mesma extensão na mesma coordenada geográfica) pode ser preenchido de diferentes maneiras. Por exemplo, a cor da tela em minha frente é ora verde, ora vermelha, mas o espaço que ela ocupa continua sendo de 12 polegadas. Kant acrescenta que é possível *variar* gradualmente o que é dado na sensação de um determinado ponto até zero - até a ausência de sensação, o que resulta no espaço e/ou no tempo vazios. Desta maneira, o que é dado na sensação representa um tipo de propriedade que deve ser mensurada diferentemente das propriedades espaço-temporais. Às sensações convém uma medida, que não é, todavia, extensiva, mas sim *intensiva*. O conceito de *quale* é fundamental para a compreensão de duas questões importantes:

i) elucidar o conceito puro do entendimento: *realidade*; atribuir realidade deve ser entendido como equivalente à determinar *positiva e verdadeiramente*.

ii) a sensação em geral possui quantidade intensiva. Esta quantidade intensiva corresponde a algo no fenômeno, uma informação cognitiva, que é estabelecida com referência apenas à matéria da intuição, distinta, porém não separável das formas puras *a priori* da intuição.²

² As sensações não devem ser entendidas como separadas *de fato* do espaço tempo, e, portanto, Kant não cometeu a falácia de espacializar as sensações. O que é dado por sensação como a matéria da representação sensível deve ser considerada como um *aspecto* qualitativamente diferente das extensões espaciais e temporais. A matéria da intuição representa as diferentes qualidades da matéria que podem preencher o contínuo espaço-temporal. A análise dos dois elementos da intuição empírica (matéria e forma) se desdobra em dois princípios do entendimento, porque a quantidade extensiva e a quantidade intensiva que podem ser consideradas na apreensão do fenômeno fornecem diferentes aspectos cognitivos do fenômeno.

Kant expressa o segundo ponto ao afirmar que as sensações possuem um grau, uma quantidade intensiva que preenche o espaço e o tempo [CRP A172 = B214]. Esta caracterização leva a considerá-las como correspondendo às *qualidades* dos objetos, que devem ser dadas sempre *a posteriori* por meio de sensações. Assim, pensar o dado das sensações – as propriedades sensíveis dos objetos - para o conhecimento, consiste em pensar o que é dado empiricamente (e apenas empiricamente, com a única exceção da continuidade) como *qualidade*. Ao garantir que o que é dado na sensação é apenas um aspecto, uma propriedade do objeto, e que se pode determinar *a priori* que esta propriedade é passível de mensuração, Kant vincula a problemática do conhecimento empírico diretamente à ciência da natureza de sua época. O filósofo realiza o desdobramento sistemático desta relação nos *PPMCN*. Felizmente a análise desta relação não faz parte do escopo deste trabalho.

De outra parte, ao vincular o conceito puro do entendimento *realidade* à problemática das sensações, Kant explicita a relação entre as atividades do entendimento com o dado sensível do ponto de vista transcendental. A explicitação desta relação é a explicitação do sentido constituinte das sensações, ou seja a determinação dos diversos elementos constituintes do conhecimento na paisagem transcendental.

Ao explicitar a localização transcendental e, assim, a importância cognitiva que o conceito de *realidade* detém na análise do conhecimento, Kant deixa claro que a determinação transcendental somente é possível na base de que algo nos seja dado *empiricamente* como sendo detentor de *propriedades*, que, no âmbito do entendimento são pensadas como *qualidades*. Essas qualidades são determinadas como grandezas intensivas e, assim, em graus. Ora, pensar o dado sensível como mensurável, seja em suas extensões, seja em suas qualidades, é o mesmo que fornecer uma explicação matematizada da percepção.

Assim, mediante a matematização da percepção Kant explica a relação entre o entendimento e os dados empíricos, pois o objeto de sensação, sendo mensurado em graus pelo entendimento, é o real da percepção, isto é, uma qualidade empírica mediante a qual as atividades do entendimento se guiam.

1. O CONHECIMENTO HUMANO E SUAS FONTES.

Neste capítulo, situo a problemática do conhecimento empírico nos textos de abertura da *CRP*. Neles, Kant apresenta de modo mais explícito o seu compromisso com as condições sensíveis *a posteriori* do conhecimento e o modo como elas se inter-relacionam com as suas condições *a priori*. Nesta análise, apresento e discuto as fontes do conhecimento apresentadas por Kant na *CRP*: a experiência *a posteriori*, fruto da afecção dos sentidos, e as faculdades do espírito, entendimento e sensibilidade. Formo, com isso, uma estrutura de análise do conhecimento empírico presente na *CRP*. As sensações correspondem à matéria do fenômeno que é dado *a posteriori* pela experiência. Dentro desse registro de análise, analiso a distinção entre *representações sensíveis a posteriori*: sensações, e *impressões sensíveis*. Ao considerar as sensações como representações, passo a tratar também da distinção entre *entendimento / sensibilidade*, situando as sensações como o elemento *sensível a posteriori* da cognição. As representações sensíveis *a posteriori* desempenham um importante papel para o avanço do conhecimento empírico, pois as atividades do entendimento se guiam pelo que é dado na sensação.

1.1 Todo conhecimento começa com a experiência

A questão de explicar de que maneira é possível adquirir conhecimentos por meio de sensações é de fundamental importância para a *CRP*, na medida em que Kant afirma que todo o nosso conhecimento deve começar por meio da experiência. Nos textos de abertura da *CRP*, Kant

considera que, na gênese do conhecimento, as impressões sensíveis constituem-se como o primeiro momento do processo de conhecimento. Apenas por intermédio dos sentidos é que a faculdade do conhecimento pode ser *despertada*. Assim, toda a investigação sobre os limites e sobre a própria capacidade humana de conhecer tem como ponto de partida a *reflexão* sobre a afecção dos órgãos sensíveis. Sem o ponto de partida dado pela afecção dos sentidos, nos afirma Kant, a experiência e, tampouco, a reflexão sobre os seus limites e condições, é possível.

Não há dúvida de que todo o nosso conhecimento começa com a experiência; do contrário, por meio do que a faculdade do conhecimento deveria ser despertada para o exercício senão através de objetos que toquem nossos sentidos e em parte produzem por si próprios representações, em parte põem em movimento a atividade do nosso entendimento para compará-las, conectá-las ou separá-las e, desse modo, assimilar a matéria bruta das impressões sensíveis a um conhecimento dos objetos que se chama experiência? *Segundo o tempo*, portanto, nenhum conhecimento em nós precede a experiência, e todo o conhecimento começa com ela. (CRP [B1])

Esse texto encontra-se na abertura da introdução à segunda edição da *CRP*. Considerando que os textos de apresentação e de abertura são os textos em que o autor põe à mostra os seus principais compromissos e objetivos, o fato de que Kant abra a sua obra que investiga a extensão e os limites do que é possível conhecer reconhecendo a importância das impressões sensíveis para o conhecimento, é, por si só, um indicativo da importância da análise do dado sensível na investigação acerca do conhecimento. Considerar que as impressões sensíveis ocupam o primeiro momento no processo do conhecimento já indica uma característica essencial do conhecimento humano que ainda não está, em absoluto, evidente quando Kant afirma que *todo nosso conhecimento* começa com a experiência: o conhecimento humano é essencialmente *sensível*.

Os termos que Kant utiliza para caracterizar o conhecimento humano nesse texto de abertura, - por exemplo, 'experiência', 'impressões sensíveis', 'conhecimento' e 'representação' - ainda não são utilizados de maneira rigorosa, porque, como nota Caimi³, Kant não inicia a sua investigação a partir de definições ou de conceitos claros e distintos⁴, mas *admite como um fato*

³ CAIMI, M. *Structure of the Transcendental Aesthetic*, Kant-Studien, no. 87, pp. 149-165, 1996.

⁴ Cf. *CRP* [A730-1 = B758-9] “Na Filosofia não se deve imitar a Matemática no que tange a iniciar com definições, a não ser que assim se proceda a título de mera tentativa. Com efeito, já que as definições são análises de conceitos dados, estes últimos as precedem ainda que de modo tão-somente confuso; além disto, a exposição incompleta precede a completa de tal forma que, a partir de algumas notas obtidas mediante uma análise ainda incompleta,

dado e ao qual não cabe prova que temos experiência e passa a analisar quais são e de que maneira se relacionam os seus elementos constituintes. Os termos de abertura da introdução da *CRP* mostram, de uma maneira geral, o sentido que anima a articulação desses importantes conceitos em torno da necessária relação que se estabelece entre o sujeito e sua capacidade de conhecer e os objetos e as condições mediante as quais nos é facultado acesso a eles. Apenas mediante uma compreensão, ainda que prévia, da articulação desses conceitos pode-se pôr à mostra o papel cognitivo que Kant atribui aos conhecimentos que podemos ter mediante o que é dado na sensação.

1.2 Dois sentidos do termo 'experiência'⁵

Kant utiliza o termo 'experiência' em dois sentidos diferentes. Num sentido muito geral, em que procura ressaltar a necessária dependência do nosso conhecimento dos elementos dados *via* impressões sensíveis, e num sentido estrito, em que a experiência já é a experiência analisada em suas condições de possibilidade.

Duas teses são apresentadas com essas caracterizações iniciais da concepção kantiana de 'experiência':

1) experiência no sentido *lato* é limitada pelo que *pode* ser encontrado *a posteriori*, isto é, aos conhecimentos do particular e do contingente locados no tempo e no espaço e, assim, limitada a uma certa perspectiva espacial e temporal e a um certo domínio de afecção

podemos inferir muitas coisas antes de atingirmos a exposição completa, ou seja, a definição. Numa palavra, na Filosofia a definição, enquanto uma clareza precisa, deve antes concluir do que começar o nosso labor.”

⁵ Para ilustrar às diferentes concepções que podem ser atribuídas ao termo experiência, de uma perspectiva diferente da nossa, VAN CLEVE, em *Experience and Objects in Philosophy and Phenomenological Research* Volume 54, No. 3, 1994., fornece a seguinte escala de usos do termo que podem ser encontrados na *CRP*: "(e1) ter sensações; (e2) ter sensações e ser consciente delas; (e3) ter intuições; (e4) ter intuições e conceitualizá-las (trazê-las sob conceitos); (e5) ter intuições e conceitualizá-las por meio de conceitos de objetos físicos; (e6) ter intuições e conceitualizá-las como minhas; (e7) ter intuições e fazer juízos sobre elas; (e8) ter intuições e conhecer proposições sobre elas." Consideramos que (e1) e (e2) não encontram respaldo na *CRP*, porque uma sensação (mesmo quando considerada como um objeto do sentido interno) depende que algo seja dado por meio do sentido externo. Isto só ocorre porque temos intuições empíricas do sentido externo, isto é, sensações, indissociavelmente atadas a elas, a forma do espaço. Portanto, o primeiro nível de experiência encontrado na *CRP*, no nosso entender, é (e3), entendendo por intuição, intuição empírica.

determinado pelos nossos órgãos sensíveis e por seus graus de acuidade - as nossas impressões sensíveis.⁶

2) experiência no sentido estrito, ou a experiência já analisada, onde, além dos dados *a posteriori* do conhecimento, Kant apresenta e explicita as condições de possibilidade do conhecimento em geral, isto é, as suas condições *a priori*. Há conhecimentos independentes daqueles que nos são dados na experiência empírica: conhecimentos *a priori*, isto é, necessários e universais, constituindo-se como condição de possibilidade do conhecimento empírico e lhe servindo de fundamento.⁷

Nesta etapa inicial da análise, onde Kant explicita seus pressupostos fundamentais, o conceito de 'experiência' deve ser entendido em seu sentido *lato*. Isto é, como um conceito obscuro e confuso que, ao ser analisado em suas condições de possibilidade, impugnará os conhecimentos da metafísica tradicional e da própria razão (que inevitavelmente se ilude), quando pretendem alargar seus conhecimentos se alçando além dos limites da experiência possível. [CRP B21-2; A297 = B354]. Repare-se que 'experiência' já é utilizada neste contexto de abertura da CRP como um *limitador* das pretensões da razão humana de conhecer o supra-sensível. Lemos no prefácio à segunda edição que com "esta faculdade [a faculdade de conhecer *a priori*] jamais podemos ultrapassar os limites da experiência possível" [CRP BXIX]. Ora, os limites da experiência possível são ditados, em última instância, pelo que nos pode ser dado sensivelmente. Mas, além desse resultado meramente negativo, a análise das condições da experiência atestará as pretensões da razão na matemática e na ciência da natureza.

⁶ Que as condições *a priori* determinam os dados *a posteriori* da experiência é uma lição bem assentada na tradição de comentários a Kant. Agora, que as condições *a posteriori* da experiência também são condições para o conhecimento é um ponto de polêmica. A esse respeito, Kant fornece o seguinte ponto de apoio para a interpretação que estou sugerindo: "Mas se quiséssemos formar conceitos inteiramente novos de substâncias, de forças, de ações recíprocas com a matéria que a percepção nos fornece, sem retirar da própria experiência o exemplo de sua conexão, cairíamos em puras quimeras que não apresentam sinal algum de sua possibilidade, pois não tomamos aí como mestra a experiência nem retiramos dela estes conceitos. Semelhantes conceitos imaginários não podem adquirir o caráter de sua possibilidade como as categorias, *a priori* com condições das quais depende toda a experiência, mas apenas *a posteriori* como dados pela própria experiência, e sua possibilidade tem que ser conhecida *a posteriori* e empiricamente ou então não pode sequer ser conhecida". [CRP A223 = B270]

⁷ Convém observar que o espaço e o tempo, enquanto fontes de conhecimentos *a priori*, não são apenas condições subjetivas da experiência (não são caracterizados por Kant apenas a partir da perspectiva do <aqui> e <agora>), mas são considerados como condições da objetividade do conhecimento, na medida em que apenas mediante estas

Assim, experiência neste contexto, deve ser entendida como aquilo que é o primeiro fato, originário, e sem o qual, cognitivamente, nada se inicia. Numa palavra, ‘experiência’ no sentido *lato* designa inicialmente o reconhecimento de que a experiência do sujeito é algo *no* mundo e, também, uma experiência *do* mundo, que não pode ser concebida independentemente das condições primárias mediante as quais temos acesso aos objetos: as impressões sensíveis. A experiência é, inicialmente, o domínio do que nos é acessível pelos sentidos⁸, e, assim, uma perspectiva sempre necessariamente limitada ao que podemos perceber. O esforço de Kant será o de mostrar com que *direito (quid juris)*⁹ pode-se reconhecer a existência de juízos universais e necessários.

No sentido *estrito*, o conceito kantiano de experiência significa explicitar as condições de legitimidade do conhecimento. Este deriva de duas faculdades: sensibilidade e entendimento. Ambas determinam o modo *como* podemos ter experiência e, assim, circunscrevem o *domínio* do que podemos legitimamente conhecer. Mediante a faculdade da sensibilidade temos acesso e relação ao mundo e seus objetos (intuições) e mediante a faculdade do entendimento temos a capacidade de pensá-lo, refletir sobre e abstrair do que nos é dado em nossa relação sensível com

estruturas intuitivas *a priori* é possível, por exemplo, constituir a estrutura tri-dimensional dos objetos que nos afetam.

⁸O conceito rigoroso de experiência é a experiência já analisada. De um lado, algo nos deve ser dado. Somente depois de dado é que ele pode ser analisado, e nisto reside a diferença entre o sentido não rigoroso e o sentido rigoroso de experiência que estamos buscando delimitar. O que é dado na experiência de um modo geral e o que será passível de investigação transcendental é o *Systema Mundi* de Newton, isto é, a possibilidade interna da experiência, ao mesmo tempo é a resposta à pergunta: de que modo é possível uma natureza em geral? Cf. HEIDEGGER, *Que é uma coisa?*, Trad. Carlos Morujão. [Coleção: Biblioteca de filosofia Contemporânea]. Lisboa: Edições 70, 1987. p. 128. Numa carta a J. S. Beck de 20 de janeiro de 1792, Kant escreve "A análise da experiência em geral e os princípios da possibilidade da experiência, são justamente, o mais difícil da *Crítica da Razão Pura*... Numa palavra: porque toda a análise tem apenas como objetivo demonstrar que a própria experiência apenas é possível mediante certos princípios sintéticos *a priori*, mas, porque tal só se pode tornar, pela primeira vez, compreensível quando esses princípios forem efetivamente expostos, é preciso meter mãos à obra tão rapidamente quanto possível" Apud. Op. Cit. *Que é uma coisa*, p. 128. O rigoroso conceito kantiano de 'experiência' somente pode ser obtido mediante uma análise das suas condições sintéticas *a priori*, isto é, mediante a exposição dos princípios do entendimento enquanto estes se aplicam à sensibilidade. Mas, a prova da possibilidade da experiência não tem como ponto de chegada a prova da experiência, já que isto é propriamente o que é dado. Experiência em sentido rigoroso é a explicitação das condições do representado que é determinado de um modo necessário e universalmente válido.

⁹ Cf [CRP A84 = B117] "Quando falam de faculdades e usurpações num processo jurídico os juristas distinguem a questão sobre o que é de direito (*quid juris*) da que concerne aos fatos (*quid facti*), e na medida em que exigem provas de ambos os pontos, chamam dedução a primeira prova, que deve demonstrar a faculdade ou também direito."

o objeto.¹⁰ Assim, a noção rigorosa de 'experiência' para Kant resulta da análise de quais são as fontes dos conhecimentos *a priori* legítimos e como eles fundamentam a possibilidade dos conhecimentos *a posteriori*.

As impressões sensíveis, por se constituírem como primeiro momento do processo de conhecimento, estabelecem e delimitam de antemão o tipo de análise do conhecimento levada a cabo por Kant: o único *conhecimento* (na acepção estrita do termo) a que temos direito é o conhecimento sensível - esta é propriamente a questão de fato à qual convém a pergunta: com que direito? Mas ainda não está explicitado se o nosso conhecimento é sensível porque todo conhecimento se inicia com as impressões sensíveis ou se é porque temos a faculdade da sensibilidade como fonte de conhecimentos que todo o conhecimento é sensível (essa questão será tratada na seção 1.4 deste capítulo).

Para avançarmos na análise do papel dos sentidos na teoria kantiana do conhecimento, veremos com maior detalhe a restrição do conhecimento à perspectiva humana do conhecimento. Para tanto, iniciaremos com uma abordagem, também introdutória, da concepção kantiana das impressões sensíveis.

1.3 A teoria da sensibilidade: uma primeira aproximação

No contexto de abertura da *CRP*, não é apresentada uma definição rigorosa do termo 'impressões sensíveis'. Infelizmente, pouco nos é esclarecido no decorrer da *CRP* sobre o sentido preciso desse termo. Ele é utilizado para ressaltar as alterações neuro-fisiológicas (ou, no jargão de Kant, mecânicas e químicas) dos estados do sujeito. Apesar das poucas e esparsas referências ao termo, Kant dá um grande destaque às impressões sensíveis ao considerá-las como primeiro

¹⁰ Uma dentre as várias passagens em que Kant estabelece esse ponto é encontrada numa carta endereçada a J. S. Beck de 20 de janeiro de 1792: “Eu começo por definir ‘experiência’ em termos de conhecimento empírico. Mas conhecimento é a representação mediante conceitos de um objeto dado como tal; ele é empírico se o objeto é dado na representação sensória (que ao mesmo tempo inclui sensação e que conecta esta à consciência, isto é, percepção); ela é conhecimento *a priori* se o objeto é dado mas não dado numa representação sensória (que obviamente nunca pode ser outra coisa do que sensível). Para o conhecimento, dois tipos de representações são requeridas: (1) intuição, por meio do qual um objeto é dado, e (2) conceitos, por meio dos quais um objeto é pensado.”

momento do conhecimento. Dessa maneira, as representações empíricas – destinadas ao conhecimento - possuem algum tipo de vínculo com as alterações neuro-fisiológicas - e, assim, com as relações causais - mas não se reduzem a elas. Ainda que na *CRP* Kant não realize uma análise mais elaborada do que seja a sua concepção de ‘impressões sensíveis’, na obra: *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, Kant torna mais explícita a sua compreensão do termo. Nessa obra é ressaltada a diferença entre impressões sensíveis que são mais direcionadas ao conhecimento e impressões sensíveis que são mais direcionadas ao prazer estético.

Podemos dividir as impressões dos sentidos externos naquelas que revelam uma influência mecânica e aquelas que revelam uma influência química. Revelam a ação mecânica, os três primeiros sentidos [tato, audição e visão]; a ação química os dois últimos [olfato e paladar] – Aqueles são os sentidos da *percepção* (na superfície), estes do deleite (*délectation*) (a absorção mais interior).¹¹

Ainda que haja essa diferença entre as diferentes impressões dos sentidos, é fundamental ressaltar que somente mediante a interação causal (quer mecânica, quer química) dos sentidos com o meio que nos cerca é que é possível recebermos matéria para as nossas representações. Essa matéria não nos é dada arbitrariamente, antes, depende justamente das relações causais que se estabelecem entre a constituição própria dos nossos sentidos, do meio e dos objetos que nos afetam.

A natureza do vínculo causal das impressões sensíveis é apenas um aspecto da problemática destas para o conhecimento. Além do aspecto causal que deve ser considerado, há também um aspecto *representacional*. Mas, ao passar do âmbito das relações causais para o âmbito das representações empíricas, já não falamos mais de impressões sensíveis, mas sim de sensações. Com efeito, a distinção entre esses dois conceitos indissolivelmente relacionados encontra-se em passagens onde Kant afirma que as sensações são consideradas como a *receptividade* (em nossa capacidade de representação) das impressões sensíveis¹². De fato, Kant,

¹¹ *Anthropologie du point de vue Pragmatique*, Trad. Michel Foucault, Paris: Librairie Philosophique Vrin, 1970. §21.

¹² *CRP* A68 = B93, onde lemos: “Os conceitos fundam-se, pois, sobre a espontaneidade do pensamento, tal como as intuições sensíveis sobre a receptividade das impressões”; Cf. *CRP* A50 = B74 (...) as impressões dos sentidos fornecem o primeiro impulso para lhes abrir a inteira capacidade de conhecimento e constituir a experiência. Esta última contém dois elementos muito heterogêneos, a saber, uma matéria para o conhecimento derivada dos sentidos e uma certa forma para ordená-la derivada da fonte interna da intuição e do pensamento puros, os quais, por ocasião da matéria, pela primeira vez são postos em exercício e produzem conceitos." [*CRP* A85 = B118] [Grifos meus]

ao apresentar de maneira introdutória o conceito de sensação, considera que as sensações são efeitos sobre a *capacidade representativa* na medida em que somos afetados por objetos.¹³ Mediante as alterações que as impressões sensíveis provocam em nossa *capacidade* (faculdade) de *representação* sensível (e não apenas nos órgãos sensíveis), e produzem sensações, nos é possível apreender (ter consciência de) uma série de estímulos nervosos como representações. Adicionalmente, para se ter consciência de uma série de representações como *um* objeto, é necessário que o entendimento as sintetize mediante os conceitos puros do entendimento.¹⁴

A passagem do âmbito causal, regido por interações químicas e mecânicas, para o âmbito intencional (sensações), evidencia duas maneiras mediante as quais o que é dado por meio de impressões sensíveis contribui para o conhecimento:

1) as impressões sensíveis fornecem o primeiro impulso para a capacidade de conhecimento;

2) uma das fontes fundamentais do conhecimento provém da capacidade humana em *receber* as impressões sensíveis na capacidade de representação sensível, ou como se diz habitualmente, na sensibilidade. Este segundo elemento é o que Kant denomina propriamente de *sensação*.

É porque as impressões fornecem o primeiro impulso para a capacidade de conhecer que há um sentido em que elas determinam *sensivelmente* o conteúdo das representações de objetos exteriores a nós.¹⁵ Essas representações sensíveis resultam, ao mesmo tempo, da capacidade do sujeito de representar (tanto de acordo com as condições empíricas quanto de acordo com as condições transcendentais), e do que se apresenta sensivelmente à representação (o objeto empírico ou fenômeno).

¹³ Cf. *Antropologia* §15 “Uma representação pelos sentidos, quando somos conscientes dela como tal, se chama de preferência sensação se a impressão suscita ao mesmo tempo uma atenção ao estado do sujeito”

¹⁴ “(...) se acreditava que os sentidos nos forneciam não só impressões, mas também as encadeavam e conseguiam formar imagens dos objetos, o que, sem dúvida, além da receptividade das impressões, ainda exige algo mais, a saber, uma função que as sintetize.” [CRP A121]

¹⁵ *Antropologia* §7: “Pois não é somente a característica própria do objeto da representação, mas também a característica própria do sujeito e da receptividade que determina de qual modo será a intuição sensível a qual faz avançar o pensamento deste objeto (o conceito do objeto)”

Duas advertências importantes devem ser feitas para evitar incompreensões quanto ao sentido não rigoroso que Kant está conferindo à expressão 'impressões sensíveis'. A primeira consiste em alertar para o fato de que as 'impressões sensíveis' não podem ser tomadas como equivalendo à 'sensação'. A última é, propriamente, o aspecto material da representação espaço-temporal empiricamente *determinada* (como veremos no capítulo 2). Com efeito, Kant considera que os sentidos podem nos dar objetos somente porque a sensibilidade possui certas condições *a priori* que antecedem o dado *a posteriori* e o determinam formalmente. Ter impressões sensíveis não significa que já tenhamos representações. Entretanto, quando temos 'sensações', temos representações, porque esta é considerada explicitamente por Kant como uma representação [Cf. A320 = B376]. A impressão sensível determina causalmente o aspecto material da representação: a sensação; o outro elemento que a determina, a forma, é encontrada *a priori* na mente (*Gemüt*)¹⁶. Esta matéria representacional denominada de sensação é um elemento *necessário* da representação sensível, pois fornece os *conteúdos* das representações empíricas. Ainda que a sensação seja um elemento necessário ela não é suficiente para que tenhamos representações empíricas de objetos.

Como nos esclarece Reinhold, a impressão sensível não é representação e, assim, é distinta de sensação:

A *impressão* sobre o aparelho sensorial não é representação nenhuma, e a sua forma não é a *forma* da representação. Enquanto mera impressão não pode ser propriamente a representação, da mesma maneira que, sem a forma da representação, a matéria fornecida por aquela também não pode ser representação. A impressão não faz mais do que fornecer à receptividade da mente (quer o sujeito desta seja espírito ou corpo) a *matéria*, que só então, na mente, recebe a forma da representação e, mediante esta, se torna representação.¹⁷

Há, porém, uma outra distinção que deve ser traçada entre 'impressão sensível' e 'sensação'. A impressão sensível é o simples efeito mecânico ou químico do objeto sobre os órgãos sensórios. É a continuação de uma série causal, empiricamente determinada, que tem

¹⁶ Para maiores esclarecimentos sobre o uso deste termo por Kant Cf. RODHEN V., *O Sentido do Termo "Gemüt" em Kant* in *Analytica* vol. 1, n. 1, 1993.

¹⁷ REINHOLD K., Excertos de *Briefe über die kantische Philosophie*, pág. 189, in *Recepção da Crítica da Razão Pura - Antologia de escritos sobre Kant (1786-1844)*, Coordenação Fernando Gil. Ed. Calouste Gulbekian, Lisboa, 1992.

origem no objeto exterior a nós. Já a sensação é o efeito do objeto – a sua recepção - enquanto somos *conscientes* da alteração que ele provoca em nossa *capacidade de representação* [CRP A166 = B207]. Os conteúdos sensíveis, num sentido cognitivamente relevante, são somente aqueles de que temos consciência e que se tornam elementos de nossas representações. Portanto, a impressão sensível é a mera modificação do órgão sensível, sem a qual, contudo, a experiência não começa. Já a sensação – a receptividade do efeito do objeto sobre o sujeito e sua faculdade de representação – é propriamente o elemento sensível direcionado decisivamente para o conhecimento (enquanto matéria da representação sensível). Dessa maneira, impressões sensíveis não se igualam a sensações. As primeiras devem ser consideradas como um modo não representacional de informação que é causalmente determinado e sem a qual nenhum conhecimento se inicia.

Esta distinção entre impressão sensível e sensação nos leva agora a considerar, de maneira preliminar, a distinção entre ‘sensação’ e ‘intuição empírica’. A sensação é apenas a consciência do efeito do objeto enquanto o sujeito está sendo afetado sem que tenhamos propriamente conhecimento do que seja esta afecção e sem que tenhamos propriamente objetos. Já a intuição empírica envolve, além do que é representado por meio de sensações, as formas espaço-temporais do objeto que podem ser conhecidas *a priori*, e passa a ser considerada por Kant como conhecimento intuitivo [Cf. CRP A320 = B376-7]. Por exemplo, quando observo uma superfície atendo-me apenas às informações visuais que posso apreender mediante o sentido da visão, não há nenhuma informação empírica acerca da tridimensionalidade do objeto. Mas, a despeito da ausência de determinação empírica, posso determinar *a priori* que tal superfície possui três dimensões devido à forma pura do espaço como modo de perceber de todos os homens e, assim, como condição da objetividade da percepção. [CRP A42 = B60] Contudo, o espaço, como elemento não empírico, mas sensível, da experiência, somente pode ser esclarecido com atenção às teses da *Estética Transcendental*.

No presente contexto, onde os termos ainda não estão sendo utilizados de maneira rigorosa, o que interessa ressaltar é que as impressões sensíveis fornecem a matéria causalmente determinada à capacidade representativa sobre a qual o entendimento trabalhará. As impressões sensíveis, entendidas como os conteúdos causalmente determinados pela afecção dos órgãos sensíveis, constituem-se como uma *condição* para que tenhamos representações empiricamente

determinadas: sensações. As impressões sensíveis também são, num certo sentido, condições para o funcionamento do entendimento, porque, sendo o entendimento meramente formal, que "não intui nada, apenas reflete" [*Prolegômenos* p. 30-31], os conteúdos empíricos sobre os quais ele trabalha devem ser dados *a posteriori*, por meio de impressões sobre os órgãos sensíveis que determinam causalmente as representações sensíveis. Assim, o que é dado por intermédio dos sentidos é um primeiro e incontestável momento do conhecimento, sem o qual o entendimento não pode sequer iniciar as suas atividades.

1.4 Caráter sensível do conhecimento

Kant, consciente das determinações iniciais que circunscrevem o seu projeto, enfatiza a natureza sensível do conhecimento humano no que é, propriamente, a abertura da *CRP*. Na primeira alínea da *Estética Transcendental* lemos:

Seja qual for o modo e sejam quais forem os meios pelos quais um conhecimento possa referir-se a objetos, a *intuição* é o modo como se refere imediatamente aos mesmos e ao qual tende como um meio todo o pensamento. Contudo, esta intuição só acontece na medida em que o objeto nos for dado; a nós homens pelo menos, isto só é por sua vez possível pelo fato do *objeto afetar a mente de uma determinada maneira*. A capacidade (receptividade) de obter representações mediante o modo como somos afetados por objetos denomina-se *sensibilidade*. Portanto, pela sensibilidade nos são dados objetos e apenas ela nos fornece *intuições*; pelo entendimento, ao invés, os objetos são *pensados* e dele se originam *conceitos*. No entanto, por meio de certas características, seja diretamente (*directe*) ou por rodeios (*indirecte*) *todo o pensamento tem por fim que se referir a intuições*, em nós portanto à sensibilidade, pois de outro modo nenhum objeto nos pode ser dado [*CRP* A18 = B33]

O caráter constitutivamente sensível do conhecimento é explicitado quando Kant afirma que *todo o pensamento tem por fim que se referir a intuições*. A intuição é, assim, o *que* pode ser pensado enquanto objeto de conhecimento.

De outra parte, a intuição somente é possível porque objetos afetam nossa mente de uma maneira determinada segundo uma certa receptividade própria dos homens. Ou seja, a intuição, por um lado, é possível porque os objetos afetam nossa mente de uma maneira antes do que de outra e, por outro, porque podemos receber o que nos é dado como objeto de acordo com certas condições do sujeito. Ao ponderar que todo o conhecimento tem que se referir finalmente a

intuições, Kant considera que o conhecimento tem como uma de suas características mais importantes e decisivas o fato de ser uma *relação* a objetos.

Podemos depreender desse texto de abertura da *CRP* que há dois pólos nessa relação: sujeito e objeto. A análise dessa relação, lição do idealismo transcendental, pode ser feita apenas da perspectiva do sujeito e de suas condições sensíveis e nunca do objeto considerado independentemente do sujeito: de como ele seria em si. Por um lado, o que é dado por meio dos sentidos, como efeito do objeto sobre a capacidade representativa, desempenha um papel central para o projeto crítico desde o seu ponto de partida. Por outro lado, o que é dado por meio dos sentidos, a sensação, não é o único elemento da sensibilidade, já que existem formas da sensibilidade que subjazem *a priori* e o determinam formalmente.

Para a compreensão do papel cognitivo que as sensações desempenham no conhecimento, devemos levar em consideração o que significa *intuição* e a maneira como a afecção (o que é dado na sensação) se relaciona com o intuir. O intuir é o que Heidegger afirma ser o "se deixar dar alguma coisa como a coisa na pele e nos ossos que ela é; é se deixar-fazer-enfrente imediatamente de um ente". Este se deixar-dar, deixar-aparecer que caracteriza o nosso modo de intuir não é primariamente fruto de nossos órgãos sensíveis tomados individualmente, mas é uma *faculdade humana*: a sensibilidade. Há na distinção entre a natureza da nossa sensibilidade e os nossos órgãos sensíveis uma relação de *ordem*¹⁸; o caráter de nossa sensibilidade *antecede* aquilo que é dado por meio de nossos sentidos e o determina formalmente.

É devido ao nosso modo de intuição que os objetos nos aparecem quando nos afetam. Tal característica põe à mostra um traço essencial da sensibilidade humana: ela é finita; além disso, como já enfatizamos anteriormente, ela é necessariamente *limitada* a uma certa perspectiva espacial e temporal e a um certo dado da afecção. A nossa sensibilidade não cria os objetos que ela intui, mas o que é intuído de uma certa posição e numa certa relação espacial e temporal deve se apresentar e nos afetar. A necessidade de sermos afetados pelos objetos, como explica Heidegger, não é uma necessidade que se coloca devido aos nossos órgãos sensíveis, mas é uma

¹⁸ Cf. MALHERBE M., *Kant ou Hume*, Librairie Philosophique J. Vrin, Paris, 1980. p.13

necessidade num certo sentido anterior, é uma necessidade presente na estrutura da nossa sensibilidade.

Os sentidos não determinam a natureza da nossa sensibilidade, antes, estão ao seu dispor. Seria logicamente possível o homem possuir diferentes órgãos sensíveis, um radar como os morcegos e os golfinhos, por exemplo. Isto não altera o fato fundamental de nossa intuição requerer que objetos nos sejam *dados* imediatamente para que possam ser representados. Kant recusa a tese de que possamos, ao intuir ou pensar, criar objetos; estes devem sempre nos serem *dados*. Nessa medida, ele recusa a tese de um *intellectus archetypus* [CFJ §77]. Isto é, Kant recusa a idéia de que nós homens possamos ter intuições intelectuais¹⁹. Tal recusa expressa o fato fundamental de nossa sensibilidade: ela é limitada às perspectivas *formais* da intuição *pura* do tempo e do espaço e limitada ao que é dado pela afecção de nossos órgãos sensíveis. Ou seja, esta recusa é complementar e solidária à tese de que a sensibilidade é receptiva e que, apenas por meio desta, os objetos podem ser dados ao pensamento. No final da *Estética*, num parágrafo acrescentado para a segunda edição da obra, lemos o seguinte:

Tampouco é necessário que limitemos o modo de intuição no espaço e no tempo à sensibilidade do homem, e é de se supor que todo ente pensante finito tem nisso que concordar necessariamente com o homem (se bem que nada possamos decidir a respeito); não obstante essa validade universal, nem por isso cessa de ser sensibilidade, justamente por ser derivada (*intuitus derivativus*) e não originária (*intuitus originarius*), não sendo portanto intuição intelectual. [CRP B72]

Esta concepção da sensibilidade permite um melhor entendimento do tratamento que Kant dispensa às sensações na *CRP*. Quais sejam os órgãos sensíveis e quais sejam as sensações oriundas dos órgãos sensoriais é um acaso, um azar. Seriam diferentes se nossa constituição neuro-fisiológica fosse diferente. Ainda que a afecção seja um elemento necessário para o conhecimento e para a sensibilidade, o fato fundamental de nossa sensibilidade não reside nas características contingentes dos órgãos sensíveis. Nesse sentido, uma investigação das sensações

¹⁹ Cf. *Prolegômenos*, p. 94 [nota] "O idealismo propriamente dito tem sempre uma tendência mística, nem pode ter outra; o meu, porém, serve apenas para atender à possibilidade de nosso conhecimento *a priori* dos objetos da experiência, problema até agora não resolvido, nem mesmo posto. Com isso cai por terra todo o idealismo místico, o qual (como já se via em Platão) argumentava de nossos conhecimentos *a priori* (mesmo os da geometria) a possibilidade de uma outra intuição diferente da sensível (a saber, intuição intelectual), porque ninguém pensara que os sentidos também deveriam intuir *a priori*."

atinentes a cada órgão sensível é uma investigação empírica acerca de um fato contingente - seria uma investigação mecânica e química, ou ainda, fisiológica, neurológica ou psicológica. As características necessárias de nossa sensibilidade, entendida como derivada (*intuitus derivativus*) e não originária, não se encontram nos conteúdos sensíveis que nos são fornecidos por meio de nossos órgãos sensíveis, mas na forma ou ordem que estes conteúdos podem ser arranjados. A investigação acerca das propriedades dessas formas é propriamente uma investigação que deve ser levada a cabo independentemente da experiência, mas que a torna possível. É, assim, uma investigação transcendental.

Ainda que as características fundamentais da sensibilidade devam ser procuradas nas formas da sensibilidade, não é possível negligenciar o que Kant tem a dizer sobre a matéria da sensibilidade. A determinação de nossas representações sensíveis empíricas depende do que é dado na sensação. Isto é, de termos consciência de que os sentidos foram afetados de modo que tenhamos conteúdos sensíveis para nossas representações empíricas.

Como veremos, há uma *interdependência* entre a matéria e a forma da intuição, entre aquilo que é o produto da afecção, e aquilo que é necessário para nós homens representarmos o produto dessa afecção. Kant enfatiza a união desses dois elementos na seguinte passagem:

A intuição empírica não é, portanto, composta de fenômenos e do espaço (percepção e intuição vazia). Um não é o correlato da síntese do outro, mas estão apenas unidos numa mesma intuição empírica, como matéria e forma dessa intuição.[A429 = B457 nota]

Apenas mediante a união da forma da sensibilidade (estabelecida *a priori*) e da matéria da sensibilidade (determinada *a posteriori*) é possível representar os objetos que nos afetam. Assim, relevando o fato de que poderíamos ter outros tipos de afecções ou que os objetos poderiam produzir outros efeitos sobre a capacidade de representação, é um fato necessário da nossa sensibilidade finita que o objeto nos seja *dado*, ou seja, que ele nos *afete* de uma maneira determinada. De outra maneira, não representaríamos nada. Heidegger expressa a relação entre o

modo de intuir, a sua finitude e a afecção da seguinte maneira: "A finitude deste intuir é factualmente determinada pela afecção"²⁰.

Qual seja a determinação causada pela afecção não é imediatamente evidente em seus pressupostos transcendentais e é, precisamente, o que é investigado e procurará ser esclarecido no decorrer deste estudo.

1.5 A união entre entendimento e sensibilidade

Ao enfatizar a importância da sensibilidade para o conhecimento, Kant ressalta que o conhecimento somente pode ser estabelecido mediante a união de duas faculdades diferentes agindo conjuntamente: sensibilidade e entendimento. Enquanto a sensibilidade, mediante afecção, determina sensivelmente o que nos é dado, *o entendimento pensa este dado sensível*. À intuição tende como um meio todo o pensamento, e mediante o que é sensivelmente pensado originam-se os conceitos para o conhecimento. Isto é, mediante os conceitos as intuições são compreensíveis. No texto de abertura da *Lógica Transcendental*, que em muitos aspectos é análogo ao texto de abertura da *Estética Transcendental*, Kant afirma:

Nosso conhecimento surge de duas fontes principais da mente, cuja primeira é receber representações (a receptividade das impressões) e a segunda a faculdade de conhecer um objeto por essas representações (espontaneidade dos conceitos); pela primeira um objeto nos é *dado*, pela segunda é *pensado* em relação com essa representação (como simples determinação da mente) Intuição e conceitos constituem, pois, os elementos de todo o nosso conhecimento, de tal modo que nem conceitos sem uma intuição de certa maneira correspondente a eles nem intuição sem conceitos podem fornecer um conhecimento. (...)

Sem sensibilidade nenhum objeto nos seria dado, e sem entendimento nenhum seria pensado. Pensamentos sem conteúdo são vazios, intuições sem conceitos são cegas. Portanto, tanto é necessário tornar os conceitos sensíveis (isto é, acrescentar-lhes o objeto na intuição) quanto tornar as suas intuições compreensíveis (isto é, pô-las sob conceitos). [CRP A50 = B74]

²⁰ HEIDEGGER, M. *Interprétation Phénoménologique*, trad. para o francês de Emmanuel Martineau. [Collection Bibliothèque de Philosophie, série Oeuvres de Martin Heidegger]. Paris: Gallimard, 1982. p. 98.

Para que os conceitos tornem-se sensíveis é *necessário acrescentar o objeto na intuição*. De que outra maneira poderia ocorrer este *acréscimo* senão mediante sensação?

Do que foi dito acima, podemos facilmente depreender que conhecimento humano é considerado por Kant como provindo de duas fontes *distintas*:

- i) a sensibilidade, que *acrescenta* os objetos na intuição e torna os conceitos sensíveis;
- ii) o entendimento *torna* os objetos acrescentados na intuição mediante objetos compreensíveis, os conceitualizando por comparação, reflexão e abstração.²¹

O fim do pensamento, quando é voltado para o conhecimento, reside, em última análise, numa intuição. Apenas quando os conceitos são sensivelmente determinados eles não são vazios. Sem uma intuição, um objeto é simplesmente pensado, não é conhecido. Apenas quando o dado sensível é compreensível, isto é, posto sob conceitos, ele não é cego. Sem conceitos, o dado intuitivo não é conhecimento no sentido estrito da palavra. "O conhecimento só pode surgir da sua reunião [do entendimento e dos sentidos]" [CRP A50 =B74] Ainda que o conhecimento somente se constitua com a reunião de ambas as faculdades, mediante os seus modos específicos, convém ressaltar que ambas as fontes do conhecimento são *independentes*. A sensibilidade repousa sobre afecções, o entendimento, sob funções; a sensibilidade é passiva, o entendimento é ativo; a sensibilidade é receptiva, o entendimento é espontâneo. De fato, Kant escreve:

Todas as intuições enquanto sensíveis repousam sobre afecções e os conceitos, por sua vez, sobre funções. Por função entendo a unidade da ação de ordenar diversas representações sob uma representação comum. Conceitos, portanto, fundam-se sobre a espontaneidade do pensamento, tal como intuições sensíveis sobre a receptividade das impressões. [CRP A68 = B93]

Ao afirmar que as intuições sensíveis fundam-se sobre a receptividade das impressões, Kant dá realce ao texto da introdução que comentávamos há pouco. A matéria da sensibilidade é

²¹ Cf. *Manual dos cursos de Lógica Geral*, Trad. Fausto Castilho. EDUFU, Uberlândia e IFCH-UNICAMP, Campinas, 1998. §6: "Para fazer conceitos a partir de representações é preciso, portanto, poder comparar, refletir e fazer abstração, pois essas três operações lógicas do intelecto são as condições essenciais e universais da produção de todo o conceito como tal. Por exemplo: vejo um pinheiro, um salgueiro, uma tília. Ao comparar inicialmente esses objetos entre eles, noto que são diversos entre si em relação ao tronco, aos ramos, às folhas, etc. Mas se, em seguida, reflito unicamente sobre o que eles têm em comum - o tronco, os ramos, as próprias folhas, etc. - e faço abstração do seu tamanho, de sua figura, etc., obtenho, então, um conceito de árvore."

tão fundamental para determinar a essência da nossa sensibilidade quanto à forma. Contudo, a sensibilidade considerada tanto em seus aspectos formais quanto em seus aspectos materiais sem conceitos é cega. Portanto, o conhecimento, estritamente falando, provém de duas fontes distintas: a sensibilidade e o entendimento. Devido a esta dupla origem do nosso conhecimento, o que é dado por meio de sensação somente pode ser considerado efetivamente como um conhecimento à medida que for conceitualizado. Isto não significa, entretanto, que o que é dado na sensação tenha uma função cognitiva apenas quando conceitualizado. Kant é bastante enfático em distinguir duas fontes para o conhecimento, considerando que ambas as fontes não podem trocar as suas funções, mas, por outro lado, apenas com ambas as fontes agindo conjuntamente é lícito falarmos em experiência e em conhecimento. Como lemos:

A experiência é um conhecimento empírico, mas o conhecimento (porque ele repousa sobre juízos) requer a reflexão (*reflexio*), por conseguinte a consciência da atividade que compõe a multiplicidade da representação segundo a ordem de sua unidade, isto é o conceito e o pensamento em geral (diferente da intuição): sob essas condições, a consciência será dividida em consciência discursiva (que deve preceder a título de consciência lógica, porque ela dá a regra) e em consciência intuitiva. *Antropologia* §7.

Nessa passagem, Kant distingue entre conhecimento empírico, entendido num sentido amplo de conhecimento, de conhecimento estrito. No sentido estrito, conhecimento depende de juízos e da atividade de reflexão do entendimento; mas, no sentido amplo, conhecimento é considerado independente do juízo e é caracterizado como *consciência intuitiva*.

1.6 Intuições e conceitos como representações.

Ao considerar que há duas fontes distintas para o conhecimento, Kant entende que há dois elementos totalmente *heterogêneos* para o conhecimento? Se fosse assim, como o dado da sensibilidade poderia ser compreendido pelo entendimento e o que é pensado pelo entendimento se guiar pelo que é dado na sensibilidade? Sem a guia da sensibilidade o entendimento é vazio. Conceitos e intuições não são completamente heterogêneos. Kant nos diz que os conceitos e as intuições têm em comum o fato de serem *representações*. Como vimos, as intuições são caracterizadas como *imediatas*, enquanto os conceitos são caracterizados como *mediatos*. Os conceitos, eles mesmos representações, quando voltados para o conhecimento, têm presente

alguma coisa que é dada imediatamente enquanto representação: uma intuição. De fato, Kant afirma:

O gênero é representação em geral (*representatio*) (...) uma percepção objetiva é conhecimento (*cognitio*). Este é ou intuição ou conceito (*intuitus vel conceptus*). A primeira refere-se imediatamente ao objeto e é singular; o segundo refere-se mediadamente a ele, mediante um traço que pode ser comum a mais coisas". [CRP A360 = B377].

No §1 do seu *Manual dos Cursos de Lógica Geral*, Kant repete a lição da *CRP* afirmando: "Todos os conhecimentos, isto é, todas as representações conscientemente referidas a um objeto são *intuições* ou *conceitos*". O conhecimento humano provém, portanto, de duas fontes, o entendimento e a sensibilidade. Tais faculdades são fontes de *representações*: intuições e conceitos; cada uma considerada como uma espécie de representação voltada para o conhecimento, mas que, como já assinalado, diferem essencialmente, ainda que exerçam funções complementares para o conhecimento: "Pensamentos sem conteúdos são vazios; intuições sem conceitos são cegas" é o *dictum* kantiano.

Apresentarei no próximo capítulo a teoria da sensibilidade exposta na *Estética Transcendental*.

2. A TEORIA DA SENSIBILIDADE NA *ESTÉTICA TRANSCENDENTAL*

O objetivo deste capítulo é investigar a teoria da sensibilidade de Kant a partir dos textos da *Estética Transcendental*. Para tanto, apresento e comento os textos em que Kant explicita a relação entre os diversos elementos sensíveis que compõem uma representação: afecção, sensação, fenômeno, forma e matéria da intuição. Ao final do capítulo, teremos esboçado, a partir teoria da sensibilidade, uma caracterização das sensações na *CRP*. As sensações são a *matéria* das representações sensíveis, objetivas, distintas de meros sentimentos que se referem apenas aos estados do sujeito. As sensações em seu sentido cognitivo, objetivo, fornecem os *conteúdos* para o conhecimento empírico. Esses conteúdos, contudo, não são entendidos por Kant como objetos, mas apenas como fragmentos sensíveis. Cada fragmento sensível é a representação de alguma das propriedades específicas de um objeto, tais como impenetrabilidade, dureza e cor. Essas matérias fornecidas por sensação à capacidade representativa são, no entanto, o insumo necessário para que haja representação empírica de objetos.

2.1 Representação sensível: uma primeira aproximação

Kant inicia a *Doutrina Transcendental dos Elementos* apresentando os elementos constituintes presentes no primeiro e originário momento do conhecimento. Como vimos no Capítulo 1, Seção 1.1, esse momento inicial é o despertar da capacidade representativa mediante a afecção dos sentidos. Caimi chamou esse despertar que dá origem à representação sensível de "um tipo de milagre", uma espécie de "Big Bang, o momento zero, um ponto de partida além do

qual não é possível alcançar".²² Essas metáforas justificam-se porque Kant não fornece maiores explicações no decorrer da *CRP* sobre o ponto inicial de todo o conhecimento.

Na mesma linha de análise, Schopenhauer, reconhecendo que a explicação sobre a doação de objetos feita por intuições como insatisfatória e o pouco esforço dedicado por Kant à explicação do ponto de partida sob o qual se assenta a *CRP* como um todo, escreve:

(...) apesar de todo este enorme aparelho [as doze categorias, a síntese transcendental da imaginação, do sentido interno, a unidade transcendental da apercepção e ainda o esquematismo dos conceitos puros do entendimento], Kant nem ao menos uma vez tenta ensaiar uma explicação para o mundo exterior, que é com certeza o que há de mais importante no nosso conhecimento, e, antes, alude sempre mesquinhamente esta questão premente, recorrendo a uma fórmula metafórica que nada significa: <A intuição é-nos dada>.²³

Frente às observações desses leitores e à falta de análise mais aprofundada da *CRP*, podemos concluir que as referências esparsas que Kant faz ao ponto de partida da análise do conhecimento não nos permitem explicar em detalhe este ponto inicial. Podemos considerar, entretanto, que a explicação deste ponto inicial não faz parte da tarefa da *CRP*. A afecção sensível, qualquer que seja ela, é sempre empírica.²⁴ Desse modo, a investigação sobre a afecção e a maneira como, a partir dela, adquirimos representações empíricas é contingente. A imensa variedade de conteúdos que nos são entregues pelos sentidos não são passíveis, *per se*, de uma investigação transcendental. Isto não significa, entretanto, que Kant não faça considerações importantes sobre os diferentes papéis desempenhados pelas representações oriundas dos sentidos para o conhecimento humano.

2.2 Equivocidade do termo sensação: objetiva e subjetiva

²² CAIMI, M. Op. Cit, p. 29.

²³ *O Mundo como Vontade e Representação <Apêndice>* in *Recepção da Crítica da Razão Pura - Antologia de escritos sobre Kant (1786 - 1844)* p.494.

²⁴ Discuto o problema da afecção na seção 2.3.

Kant introduz pela primeira vez o termo sensação na *CRP* ao relacionar os diversos elementos que compõem uma intuição sensível. As sensações estão, por um lado, relacionadas às impressões sensíveis mediante a afecção, e, por outro, às intuições, que subjazem *a priori* como formas da sensibilidade. Como lemos:

O efeito de um objeto sobre a capacidade de representação, na medida em que somos afetados pelo mesmo, é sensação. Aquela intuição que se refere ao objeto mediante sensação denomina-se empírica. [*CRP* A18 = B34]

O que é dado na sensação é o que, do objeto, se mostra primariamente: é a via de acesso empírica ao objeto de uma intuição. As propriedades (o que pensamos como *qualidades*) dos objetos podem apenas ser percebidas mediante alterações dos sentidos. Propriedades como dureza, cor, peso, impenetrabilidade, etc. são propriedades *empíricas* que nos são dadas mediante sensações. Entretanto, tais conteúdos sensíveis apenas podem ser dados com uma determinada forma da sensibilidade e *mediate*, como nos afirma Kant, a relação entre a intuição e o objeto.

Kant considera que as propriedades empíricas são determinadas de duas maneiras:

i) conforme as condições formais *a priori* da sensibilidade: espaço e tempo. Ponto bem assentado na *Estética Transcendental*.

ii) conforme condições materiais *a posteriori*. Essas nos são dadas apenas quando o objeto nos afeta de uma certa perspectiva e posição empiricamente determinada e, assim, de maneira contingente e acidental.

O segundo ponto é pouco explorado na *CRP*. Felizmente, ele foi esclarecido com maior detalhe na *Dissertação de 70*.²⁵ Nessa importante obra pré-crítica, Kant acentua a importância de se considerar as condições empíricas como condições necessárias do conhecimento:

Mas como tudo o que no conhecimento é sensitivo depende do caráter particular do sujeito, atendendo a que este é susceptível desta ou daquela modificação em presença dos objetos, e como esta modificação pode variar segundo os casos e a própria diversidade dos sujeitos, e que não há conhecimento isento de uma tal condição subjetiva a não ser na medida em que concerne só ao objeto, torna-se evidente que tudo o que é pensado

²⁵ Outro texto importante sobre o assunto é a *Antropologia*.

sensitivamente é uma representação das coisas *tal como elas nos aparecem*. [Dissertação de 70 §4 Grifos do autor].

O primeiro ponto a destacar é que, apesar de Kant não utilizar explicitamente o termo sensação nessa passagem, o filósofo claramente está se referindo a ele. Por definição, sensação é uma *modificação do estado do sujeito* [CRP A320 = B376]²⁶. O outro candidato a essa referência seria o termo impressões sensíveis. Esse, contudo, está situado no reino da causalidade. Mas, afirma Kant, essa condição subjetiva é uma *representação*. Dessa forma, é possível afirmar que a condição subjetiva *necessária* para o conhecimento é sensação, pois Kant considera que *não há conhecimento isento de tal condição subjetiva*.

Além do dado sensível fornecer o *conteúdo* das representações sensíveis de acordo com as condições particulares dos sujeitos, ele supõe a presença efetiva do objeto (*wirkliche Gegenwart des Gegenstandes*) [Cf. CRP A50 = B74]. A presença efetiva não deve ser entendida neste contexto como *quid*, aquilo que fornece as propriedades do objeto. Essa categoria, como veremos no Capítulo 4, Seção 4.2, é a categoria da *qualidade*. Neste contexto, a categoria de pensamento que expressa de maneira mais adequada a relação que se estabelece entre o sujeito e objeto é a categoria da *existência*. Kant realiza a análise desse conceito puro do entendimento no *Segundo Postulado do Pensamento Empírico*. No presente contexto cumpre-me salientar apenas que o conteúdo da sensação está relacionado a duas categorias diferentes: realidade e existência. A sensação fornece o *conteúdo das representações empíricas e atesta a existência de objetos*.

Adicionalmente, ao investigarmos o tipo de informação que uma sensação pode nos trazer, ficamos perplexos com a imensa e multifacetada variedade de informações sensíveis oriundas da experiência. Desde sensações que permitem aos cientistas terem conteúdos empíricos para refletir sobre sofisticadas questões de física aplicada até a sensação de prazer que um pintor experencia quando termina um quadro. Frente à constatação de que nossos pensamentos cotidianos são repletos de sensações de todas os tipos e intensidades, me pergunto se não seria possível restringir o campo de análise de um conceito que contempla tão ampla variedade de sentidos e de tão vasta possibilidade de referentes?²⁷ Felizmente Kant, consciente da diversidade

²⁶ Essa passagem comentarei no Capítulo 3, seção 3.1.2.

²⁷ Heidegger faz a seguinte observação sobre a pluralidade de sentidos da palavra sensação: " não é imediatamente claro aquilo que visamos quando falamos de sensações. A pluralidade de sentidos não delimitada da palavra e a

de sensações a que estamos sujeitos e da multiplicidade possível de seus referentes, escreve no §3 da *CFJ*:

Se uma determinação do sentimento de prazer ou desprazer é denominada sensação, então esta expressão significa algo totalmente diverso do que se denomino a representação de uma coisa (pelos sentidos, como uma receptividade pertencente à faculdade de conhecimento), sensação. Pois, no último caso, a representação é referida ao objeto; no primeiro, porém, meramente ao sujeito, e não serve absolutamente para nenhum conhecimento, tampouco para aquele pelo qual o próprio sujeito se conhece.

Na definição dada, entendemos contudo pela palavra "sensação" uma representação objetiva dos sentidos; e, para não correremos sempre o perigo de ser falsamente interpretados, queremos chamar aquilo que sempre tem de permanecer simplesmente subjetivo, e que absolutamente não pode constituir nenhuma representação de um objeto, pelo nome, aliás, usual de sentimento. A cor verde dos prados pertence à sensação objetiva, como percepção de objeto do sentido; o seu agrado, porém, pertence à sensação subjetiva, pela qual nenhum objeto é representado. [*CFJ* §3 Ak 9]

Esta distinção entre dois sentidos diferentes do termo sensação estabelece com clareza que Kant está atribuindo um sentido objetivo ou cognitivo à sensação. Contudo, apesar de Kant não se expressar sobre esta questão neste texto, o caráter objetivo ainda deve ser relacionado às formas puras da sensibilidade. O espaço, como condição sensível *a priori* da sensibilidade, é um elemento, embora não empírico, necessário para garantir a *objetividade* das representações empíricas. Veremos esse ponto na seção 2.4.

Antes de avançar, analisarei uma passagem da *CRP* e a interpretação de Kotzin²⁸ sobre ela. Nesta passagem, Kant parece estar defendendo a posição de que as sensações não possuem um caráter objetivo e, assim, expressando uma posição diferente daquela apresentada na *CFJ*. Como lemos:

O sabor agradável de um vinho não pertence às propriedades objetivas desse vinho, portanto de um objeto, mesmo considerado como fenômeno, mas à natureza especial do sentido do sujeito que o saboreia. As cores não são

multiplicidade não dominada das coisas visadas, patenteiam, somente, a insegurança e a perplexidade que impedem uma determinação suficiente da relação entre o homem e a coisa." *Op. Cit.* p. 202.

²⁸ KOTZIN RHODA, *Kant on the role of sensation in empirical knowledge*, p.117 in Akten des 5. Internationalen Kant-Kongresses; Mainz 4.-8. April 1981

propriedades dos corpos, à intuição dos quais se reportam, mas simplesmente modificações do sentido da vista que é afetado pela luz de uma certa maneira. (...) O sabor e as cores não são, de modo algum, condições necessárias pelas quais unicamente as coisas podem ser para nós objetos dos sentidos. Estão ligados ao fenômeno apenas como efeitos da nossa organização particular que acidentalmente se juntam. Por isso, também não são representações *a priori*, mas fundamentam-se na sensação e o gosto agradável mesmo num sentimento (de prazer e de desprazer) como efeito da sensação. [CRP A28-29]

Kotzin considera que "Kant confunde os seus leitores" nessa passagem.²⁹ Com efeito, ela é citada como apoio a uma certa interpretação que considera a teoria kantiana das sensações *independente* da sua teoria do conhecimento. O único sentido legítimo para a palavra sensação seria o seu sentido *estético*. Nos termos que Kant utilizou na *CFJ*, seriam meros sentimentos. Outra não é a posição de Kotzin quando afirma:

[O] tratamento da sensação como se fosse um ato ou evento ou ocorrência cognitiva, deveria ser incorreto. E tratar dos dados [deliverances] da sensação como se fossem objetos correspondendo aos atos, deveria ser igualmente incorreto. Estrita e acuradamente, não existe nada correspondendo à sensação, como tal e considerada por ela mesma, que é observada, conhecida ou percebida.³⁰

Tal interpretação do papel das sensações para o conhecimento contraria as afirmações de Kant que lemos acima. Justamente porque Kant distinguiu explicitamente entre um sentido *objetivo* (cognitivo) e um sentido *subjetivo* (estético), é evidente que as interpretações que alegam que aquilo que corresponde às sensações não pode ser observado, conhecido ou percebido, não podem ser sustentadas.

Na passagem acima, Kant está ressaltando o fato de que a objetividade das representações empíricas depende da representação *a priori* do espaço. O espaço é, assim, uma condição *necessária* da representação sensível. Contrastando com este fato fundamental da filosofia crítica, Kant argumenta que o que é dado empiricamente *não contém as condições necessárias pelas quais as coisas podem ser para nós objetos dos sentidos*. O foco da argumentação é, portanto, o contraste entre condições necessárias e contingentes da representação sensível.

²⁹ *Id. ibidem.*, p.115.

³⁰ *Id. Ibidem.*, p.115.

Em concordância com a passagem acima apresentada da *CFJ*, Kant considera que a representação do sabor agradável do vinho é considerada apenas como um sentimento. Entretanto, ao afirmar que as cores não são propriedades dos corpos, ele não está afirmando que a representação delas também deve ser entendida como meros sentimentos. Neste contexto, o filósofo está destacando que tal espécie de representação é distinta de uma representação que subjaz *a priori* e que garante a objetividade de nossas representações empíricas. Assim, para que a afirmação de Kant nessa passagem seja coerente com a passagem da *CFJ*, devemos entender a passagem que afirma que as cores não são propriedades dos corpos com seguinte ressalva: as cores não são propriedades *necessárias* dos corpos. De qualquer modo, essa passagem não é suficiente para justificar a leitura de Kotzin, pois Kant, certamente consciente do mal entendido que ela provocara, a retirou do texto da segunda edição.

2.3 Fenômeno, coisa em si e afecção

Os fenômenos, aos quais Kant se refere na passagem acima citada, são as coisas mesmas na medida em que temos acesso a elas e, assim, na medida que elas nos afetam conforme a nossa maneira de intuí-las. Dessa maneira, não são simples ilusões ou aparências, mas são os objetos reais e efetivos que representamos mediante afecção dos sentidos. Como lemos:

Com efeito, no fenômeno os objetos, até mesmo as propriedades que lhes atribuímos, são sempre considerados algo efetivamente (*wirklich*) dado, com a ressalva de que, na medida em que esta propriedade depende só do modo de intuição do sujeito na relação que o objeto dado mantém com ele este objeto como fenômeno é distinguido de si mesmo como objeto em si. Assim, não digo que os corpos parecem simplesmente estar fora de mim ou que minha alma parece ser dada apenas em minha autoconsciência quando afirmo que a qualidade do espaço e do tempo - conforme à qual, como condição da sua existência (*Dasein*), ponho ambos - jaz na minha maneira de intuir e não nestes objetos em si. Seria minha própria culpa se eu transformasse em simples ilusão aquilo que deveria atribuir ao fenômeno. [*CRP* B69]

Os fenômenos são os únicos objetos que nos podem ser dados imediatamente, e aquilo que neles se refere imediatamente ao objeto chama-se intuição. [*CRP* A 108-9]

As passagens apresentadas acima mostram de maneira peremptória a posição de Kant quanto aos fenômenos: eles são os objetos que nos são imediatamente dados. Esta é a posição que adoto neste trabalho, pois as sensações objetivas referem-se aos objetos tal como eles nos

aparecem e não a meras ilusões.³¹ Entretanto, o problema de caracterizar a natureza do objeto que nos afeta foi levantado desde muito cedo na tradição de comentários a Kant. Para os propósitos deste trabalho, algumas observações, ainda que preliminares sobre o assunto, fazem-se necessárias, para esclarecer em maior detalhe a relação entre afecção, sensação e fenômeno.

Jacobi, da primeira geração de kantianos, foi o primeiro a apresentar o problema que passou a ser conhecido como problema da afecção.³² Posto que a mente tem que ser afetada por objetos para termos materiais para o conhecimento, apenas dois candidatos são possíveis: o fenômeno ou a coisa em si. Na interpretação de Jacobi, a afecção empírica é descartada porque o fenômeno seria "nada mais do que uma espécie das minhas representações" [CRP A370], e, desta forma, Kant não poderia nos falar de objetos nos afetando empiricamente. A afecção da coisa em si é descartada porque, se a filosofia de Kant está certa, não podemos ter nenhum conhecimento das coisas em si. [CRP A243; A492-95 = B522-23] Além dessas duas alternativas, há uma terceira que resultaria da união de ambas, ou seja, seríamos afetados tanto pelos fenômenos, entendidos como uma espécie de representação, quanto pelas coisas em si, entendidas como incognoscíveis para nós.

Este trilema surge se considerarmos a *representação* como um estado meramente subjetivo, como se fosse mera modificação do estado do sujeito. Ou, de outra forma, como se sensações e intuições fossem cognitivamente equivalentes. Apesar de Kant utilizar a expressão sensações objetivas, a objetividade das sensações *depende* das intuições puras do tempo e do espaço. Com as formas puras da sensibilidade intuímos imediatamente os fenômenos em suas propriedades sensíveis formais. Com a matéria da afecção e, assim, com a modificação dos estados do sujeito, recebemos conteúdos para as nossas representações. Apenas quando esses

³¹ Essa caracterização geral dos fenômenos em oposição às coisas em si mesmas não pretende resolver a série de problemas exegéticos que se apresentaram ao longo da tradição de comentários a Kant. Os problemas exegéticos encontrados na letra de Kant tornam uma interpretação completamente coerente da distinção entre fenômeno e coisa em si uma tarefa difícil e que fugiria do escopo desta dissertação. Buscamos apresentar uma posição quanto à questão com o intuito de evitar ser mal entendido quanto à concepção de fenômeno, intuição e sensação que adoto neste trabalho.

³² Cf. discussão que ALLISON H., faz do problema em *Kant's Transcendental Idealism*, New Haven: Yale University Press, 1982. Pp. 247-54.

conteúdos encontram-se com uma determinada forma sensível pura é que há uma representação de caráter cognitivo.

Allison compara as filosofias de Kant e de Berkeley sobre este assunto e argumenta que o problema da afecção "repousa sobre uma simples confusão dos fenômenos kantianos com as idéias berkeleyanias".³³ Esta é uma pista profunda que nos servirá de guia para elucidar o conceito kantiano de 'sensação' e a sua dependência de uma caracterização das formas da intuição por oposição às sensações do idealismo material de Berkeley. Para tanto, é necessário caracterizar de que maneira a representação empírica difere de estados meramente subjetivos.

A representação empírica não é apenas sensação. Três elementos estão intimamente relacionados a ela. São eles: matéria e forma da intuição e fenômeno. O acesso aos objetos não nos é dado simplesmente por meio de nossas sensações, mas *imediatamente* dado pela nossa intuição do espaço, que é considerado a *forma do sentido externo* [CRP B41] e é a garantia da objetividade de nossas representações empíricas. O fenômeno, em seu aspecto formal, é imediatamente dado por uma intuição, mas o seu conteúdo empírico é dado apenas mediante afecção. A representação empírica é, assim, a união entre sensação e intuição. A primeira não é dada sem a última, pois esta é condição da nossa receptividade. Dessa forma, modificações do estado do sujeito apenas representam objetos exteriores a nós de acordo com as formas da sensibilidade. Como sempre dependemos de uma forma da sensibilidade para intuirmos e da matéria do fenômeno para termos afecções, nunca intuimos os objetos independentes de nossas condições subjetivas (como eles seriam em si), mas apenas como fenômenos.

No momento, cumpre reforçar a idéia de que, quando Kant contrasta o fenômeno e a coisa em si, ele não está contrastando a realidade de como as coisas são efetivamente no mundo com meras aparências ou fantasmas³⁴. Os fenômenos que vêm ao nosso encontro de maneira imediata são os objetos de fato ao qual temos acesso. Como nos esclarece Heidegger:

³³ ALLISON H., *Op. Cit.*, 249

³⁴ Cf. FALKENSTEIN L., *Op. Cit.*, pp. 105-6. "Fenômenos deveriam ser coleções de sensações ou constructos construídos sobre sensações e, como tais, eles deveriam ter o estatuto, não de objetos externos estabelecidos, mas apenas de fantasmas ou imagens criadas em nós pelo processo cognitivo"

Os fenômenos não são simples aparências, não mais do que alguma emanção arbitrária das coisas, mas os objetos mesmos, as coisas mesmas. Eles não são portanto outras coisas, justapostas ou anteriores às coisas em si, mas precisamente as coisas mesmas enquanto elas vão ao encontro.³⁵

No homem, o modo de intuir é sensível, ou seja, limitado às nossas formas de intuição e ocorre apenas na medida em que os objetos nos afetam. Como o objeto nos é dado por afecção, não conhecemos todos os predicados que possam convir aos objetos, mas apenas aqueles que podem se apresentar dentro das condições formais da intuição e à medida que eles estão, de fato, nos afetando. Assim, as propriedades que podemos ter acesso dos objetos são apenas aquelas propriedades relacionais que podem nos chegar ou por meio das formas puras da intuição ou por meio da relação de afecção e são, portanto, sensíveis; isto é, são algo para nós.

A diferença entre fenômeno e a coisa em si depende, de alguma maneira, da possibilidade lógica de haver outros tipos de intuição que não a nossa. Assim, é forçoso reconhecer que a coisa em si é um conceito que salvaguarda essa possibilidade no que tange aos objetos e suas propriedades. Isto não significa que haja *de fato* outras propriedades desconhecidas para nós e que estejam presentes no objeto, mas que é possível ao menos conceber outros modos de relação com o objeto que não o nosso. Como afirma Kant: "a coisa em si (*ens per se*) não é um outro objeto (*Objekt*), mas uma outra relação (*respectus*) ao mesmo objeto".³⁶

³⁵ HEIDEGGER, M. *Interprétation Phénoménologique de la «Critique de la Raison Pure de Kant»* trad. para o francês de Emmanuel Martineau. [Collection Bibliothèque de Philosophie, série OEuvres de Martin Heidegger]. Paris: Gallimard, 1982. p. 107.

³⁶ *Opus Postumum*, Akademieausgabe, t. XXII. P. 26. Apud HEIDEGGER, M. *Interprétation Phénoménologique*, p. 107. Há uma interessante problematização da posição que estamos assumindo aqui em LEBRUN., *Sobre Kant* (Org.), TORRES FILHO R., São Paulo: Iluminuras/EDUSP, 1993. p. 53 Ao comentar precisamente esta passagem também citada por Heidegger em *Kant e o problema da Metafísica*, Lebrun escreve "Sobre o único testemunho desses textos, a causa parece estar decidida. Há, infelizmente, outros textos. E basta reportar-se ao minucioso dossiê reunido por Adickes (*Kant und das Ding an sich*) para perceber que, em outros momentos, as coisas em si, separadas dos fenômenos e constituindo um reino à parte, forçam seu retorno". Lebrun esclarece sobre a causa deste retorno da coisa em si na filosofia crítica ao escrever: "A hesitação na determinação da coisa em si indica, sobretudo, que há dois motivos distintos no coração da Crítica, motivos que chegam, sem dúvida, a coexistir, por bem ou por mal, mas que, não raro, entram rapidamente em dissonância. A restrição do conhecimento ao fenômeno não se ajusta tão perfeitamente, como pretende Kant, à utilização prático-dogmática, que ela certamente prepara, mas que em troca, arrisca a todo o momento arrebatá-lo à ciência o monopólio da objetividade". P. 68. Em função do nosso tema, nos satisfaremos em explicitar e aceitar a posição da coisa em si como um conceito limite oriundo das restrições da nossa sensibilidade, mas tal atitude certamente que não esgota o tema nem as suas dificuldades, como procuramos ressaltar com as advertências expressas acima.

O mesmo objeto pode, em tese, ser intuído tanto por uma intuição derivada como a nossa, quanto por uma intuição originária, de Deus. Com a nossa sensibilidade podemos intuir as propriedades sensíveis dos objetos. Sobre o modo de intuição divino, nada podemos saber. Kant expressa esta possibilidade mediante o recurso a um exercício de pensamento: imaginar um *intuitus originarius*, que intuiria intelectualmente os seus objetos. A salvaguarda lógica da possibilidade de outros tipos de intuição acaba por nos forçar a reconhecer um conceito limite (*Grenzbegriff*). Tal conceito é o conceito de coisa em si. Como lemos:

Portanto, o conceito de *noumenon* é simplesmente um conceito limite [*Grenzbegriff*] para restringir a pretensão da sensibilidade, sendo portanto de uso meramente negativo. Tal conceito não é, entretanto, inventado arbitrariamente, mas se conecta com a restrição da sensibilidade, sem contudo poder colocar algo de positivo fora do âmbito da mesma. [CRP B311]

Os fenômenos, portanto, não são invenções arbitrárias de nossa mente (*Gemüt*), mas são as coisas mesmas na medida em que nos afetam e à medida que podemos representar os conteúdos de tais afecções. Allison nos esclarece sobre este ponto ao afirmar:

[C]onsiderar coisas como fenômenos é considerá-las em relação às condições sensíveis sobre as quais são dadas à mente na intuição. Correlativamente, considerá-las como coisas em si é pensá-las separadas de toda a referência a essas condições.³⁷

Assim, o mundo de nossas afecções e das sensações que temos a partir delas é o mundo dos fenômenos, ou seja, o mundo que podemos intuir mediante a sensibilidade humana. Como o tempo e o espaço são formas da nossa receptividade, é possível estabelecer *a priori* que todos os objetos que nos aparecem possuem a propriedade de serem espaciais e temporais e são, por conseguinte, intuídos como fenômenos. Nessa medida, o acesso que temos à forma dos fenômenos é imediato e antecede a toda a experiência. As propriedades sensíveis são determinadas pela experiência, e, assim, representadas como objeto empírico.

Contudo, se é assim, por que Kant considera o fenômeno como objeto *indeterminado* de uma intuição empírica?

³⁷ ALLISON H., *Op. Cit.*, p. 241.

2.4 Fenômeno, objeto indeterminado de uma intuição empírica

Esclarecer o que seja o objeto indeterminado de uma intuição empírica é especialmente importante para marcar a diferença entre o que é dado na sensibilidade e o que é unificado ou sintetizado pelo entendimento. A diferença entre o que é dado e o que é sintetizado encontra-se entre o que é determinado e o que é indeterminado em uma intuição empírica. Kant, ao tratar o fenômeno como objeto indeterminado de uma intuição empírica, está abstraindo o que o entendimento pensa acerca do objeto e levando em consideração apenas o que é dado pela sensibilidade. Heidegger, ao comentar essa passagem, esclarece sobre o uso que Kant faz do termo ao afirmar:

[I]ndeterminado aqui significa: não pensado, então não conhecido, quer dizer não conhecido no sentido de conhecimento físico-matemático (...) Objeto indeterminado designa o objeto ainda não conhecido de maneira teórico - científica"³⁸.

Ser um objeto indeterminado nesse contexto não significa ser pura e simples indeterminação, uma mera multiplicidade confusa e disforme. O fenômeno é sensivelmente determinado neste contexto pelo objeto na medida em que este afeta o sujeito, ou seja, pelo que é dado na sensação, no sentido objetivo apresentado por Kant acima. Assim, são os *data* dos sentidos que me apresentam o objeto que se encontra no meu intuir, como, por exemplo, a sua dureza, a sua cor, o seu peso, etc. De um modo geral, as propriedades dos objetos passam a ser representadas numa intuição empírica apenas na medida em que são dadas por meio de sensações e localizadas no tempo e no espaço. Assim, o que é dado por sensação é dado como empiricamente determinado, ainda que, para a análise das condições transcendentais do conhecimento, o dado empiricamente determinado seja pensado como indeterminado. Como lemos:

Com respeito ao último elemento [à sensação], que nunca pode ser dado de maneira determinada a não ser empiricamente, não podemos ter nada *a priori* que não sejam conceitos indeterminados da síntese de sensações possíveis, na

³⁸ HEIDEGGER, M. *Op. Cit.*, p. 109.

medida em que pertencem à unidade da apercepção (numa experiência possível)³⁹

Da mesma maneira que as sensações são vistas, da perspectiva da sensibilidade, como empiricamente determinadas, mas da perspectiva do entendimento como indeterminadas, o fenômeno também é considerado determinado do ponto de vista sensível, mas *indeterminado* do ponto de vista do entendimento. Nesse sentido, há uma distinção fundamental entre o que é próprio do pensamento do objeto daquilo que é próprio da intuição do objeto. Kant esclarece este sentido de determinação da seguinte maneira:

Mediante o fato do simples pensar não conheço qualquer objeto, mas somente posso conhecê-lo enquanto determino uma intuição dada com vista à unidade da consciência, na qual consiste todo o pensamento. *CRP* [B406]

O conhecimento somente se dá à medida que o pensamento determina intelectualmente, isto é, conceitualiza, algo que já é, de antemão, estética ou sensivelmente determinado na intuição. Este dado anterior ao conceito é uma condição para o conhecimento, ou seja, a intuição empírica já deve ter sido dada para que o entendimento possa determinar algo.

Para exemplificar a diferença entre o que é determinado na intuição e o que é determinado pelo pensamento, Kant escreve na *Lógica* que há uma diferença entre dois tipos de perfeição. Por um lado, há a perfeição lógica, fruto das atividades do entendimento. Por outro, Kant reconhece a perfeição estética e, com isso, sugere que o que é dado na intuição comporta um tipo de clareza independente de toda a atividade do entendimento e que deve ser pressuposta para que possamos pensar este dado da sensibilidade como um objeto para o conhecimento. Como lemos:

Sobre esta distinção entre conhecimentos intuitivos e conhecimentos discursivos ou entre intuições e conceitos, fundamenta-se a diversidade entre perfeição estética (*ästhetischen Vollkommenheit*) e a perfeição lógica (*logischen Vollkommenheit*).

Um conhecimento pode ser perfeito ou segundo as leis da sensibilidade ou segundo as leis do intelecto. No primeiro caso, é esteticamente perfeito, no segundo, logicamente perfeito. As duas perfeições são, portanto, de espécie diversa, a primeira relativa à sensibilidade, a segunda ao intelecto. A perfeição lógica do conhecimento repousa sobre o acordo deste com o objeto e, portanto, sobre leis de validade universal e pode por isso ser julgada também segundo

³⁹ Cf. *CRP* [A723 = B751] Nesta passagem Kant distingue explicitamente entre um sentido de determinação presente na sensibilidade e um sentido de determinação mediante conceitos. Precisamente o ponto para o qual estamos chamando a atenção.

normas *a priori*. A perfeição estética consiste no acordo do conhecimento com o sujeito e fundamenta-se sobre a sensibilidade particular do homem. [*Lógica* Ak36].

Kant explicita o fato de que a determinação levada a cabo pelo pensamento não é uma determinação das coisas no sentido de constituí-las, mas de pensá-las. O dado sensível não é algo obscuro presente na intuição e que, mediante o pensamento, passa a ser dotado de clareza. Kant afirma expressamente que há uma perfeição estética. Ou seja, a clareza estética de um conhecimento pode ser dada independentemente do fato de pensarmos tal conhecimento de maneira obscura. A representação sensível que temos da Lua é independente das diversas teorias que explicaram o seu brilho e movimento no transcorrer dos séculos. Caso venhamos a alterar a teoria que explica a nossa percepção do satélite da Terra e, assim, tornar mais distinto esse conhecimento, isto não altera a perfeição estética do que vemos no céu. A perfeição estética é resultado apenas da sensibilidade do homem, ou seja, apenas do que é dado por meio de afecção e a maneira como representamos este dado conforme a nossa forma de intuir.

A expressão 'objeto indeterminado de uma intuição empírica' pode levar ao equívoco de considerarmos que o que é dado pela sensibilidade, o múltiplo que vem ao encontro da capacidade representativa como efeito do objeto, é mera indeterminação, um agregado disforme que somente pode ser determinado pelas regras do entendimento. Este múltiplo dado por meio de sensações, a dureza, a impenetrabilidade, a cor, a extensão, o formato de um objeto empírico qualquer, uma caneta, por exemplo, são dados de maneira sensivelmente determinada, na medida em que percebo este objeto como tendo uma extensão e não outra, um formato e não outro, uma cor e não outra, uma dureza e não outra, etc.

Kant atribui à intuição empírica não apenas uma matéria, que deve ser procurada na experiência e ser assim sempre dada *a posteriori*, mas também uma forma, que reside *a priori* na mente. O que é dado na sensação, os elementos propriamente materiais da representação, não são dados independentemente das suas formas e posteriormente organizados. O que é dado na sensação quando temos a intuição empírica de um prado verde, é o prado verde que se apresenta em minha frente e não uma mera indeterminação, ainda que eu possa não dispor do conceito de prado e mesmo do conceito de verde. Frente aos textos apresentados acima, podemos concluir que o fenômeno é o objeto sensivelmente determinado como objeto imediato de uma intuição

empírica, que permanece indeterminado apenas em relação aos predicados determinados que resultam das atividades do pensamento, vale dizer, dos juízos determinantes.

2.5 Os dados da sensação e as formas da intuição

Kant estabelece que a intuição é o modo como o conhecimento se refere imediatamente a objetos. Não sem precauções, devemos considerar seriamente tal afirmação. A referência do conhecimento a objetos imediatamente dados por intuições não fica, contudo, completamente clara com esta afirmação. Como vimos, os objetos empíricos são dados pela afecção dos sentidos, ou seja, por meio de sensações. Assim, seriam os dados da sensação que deveriam ser considerados como o modo de referência imediato aos objetos. Mas, Kant nos diz, é a intuição empírica o modo imediato de acesso aos objetos, e *não* a simples sensação.

Kant distingue entre a mera modificação dos estados do sujeito e a representação sensível, ponderando que, além de condições materiais, a representação sensível possui como elementos constituintes certas condições formais. Assim, o esclarecimento do que seja a intuição enquanto um modo, de fato, um modo imediato de referência aos objetos do conhecimento, passa por uma análise do que Kant denomina de formas da intuição, que são *distintas* e complementares à matéria da representação sensível. Kant estabelece a distinção e a relação entre sensação e intuição da seguinte maneira⁴⁰:

Denomino matéria do fenômeno aquilo que nele corresponde à sensação; denomino, ao invés, forma do fenômeno aquilo que faz com que o múltiplo do fenômeno possa ser ordenado em certas relações. Já que aquilo unicamente no qual as sensações podem se ordenar e ser postas em certa forma não pode, por sua vez, ser sensação, então a matéria de todo o fenômeno nos é dada

⁴⁰ É ilustrativo que a diferença que Kant estabelece na *Estética Transcendental* seja já encontrada no § 4 da *Dissertação de 70*. Como lemos: “Mas há em toda a representação sensível alguma coisa a que se chama matéria, a saber, a sensação, e uma outra coisa que se pode chamar a forma, a saber, a configuração das coisas sensíveis, que varia atendendo a que a própria variedade das coisas que afetam os sentidos são coordenadas por uma certa lei do espírito. Ora, da mesma forma que a sensação que constitui a matéria da representação sensível testemunha a presença de qualquer coisa sensível, mas depende, quanto à qualidade, da natureza do sujeito, atendendo a que este sujeito pode ser modificado pelo objeto, também a forma desta representação atesta bem uma certa ligação, uma certa relação às coisas sentidas, mas não é propriamente um reflexo ou projeção do objeto; ela não é mais do que uma certa lei incluída no espírito em virtude da qual ele coordena o que sente em consequência do sentimento da presença do objeto.”

somente *a posteriori*, tendo porém a sua forma que estar toda à disposição *a priori* na mente e poder ser por isso considerada separadamente de toda a sensação. [CRP A19 = B34]

As formas da intuição a disposição na mente, espaço e tempo, permitem representar o múltiplo dos sentidos como algo ordenado e em certas relações. Este ordenamento não é resultado apenas do que é dado mediante afecção, como também da maneira como este dado pode ser relacionado espaço-temporalmente com o sujeito. Enquanto a matéria de nossas representações deve ser haurida na experiência, nos diz Kant, as regras das relações de posição da matéria com o sujeito não podem ser encontradas na experiência nem ser derivadas de outras sensações, já que estas são dadas apenas *a posteriori*. Kant considera, assim, que a forma da sensibilidade deve estar subjacente no sujeito inteiramente *a priori*.⁴¹ As premissas do argumento apresentado para afirmar a aprioridade da forma em relação à matéria encontram-se expressas nas duas passagens abaixo:

i) "aquilo unicamente no qual as sensações podem se ordenar e ser postas em certa forma não pode, por sua vez, ser sensação" CRP [A20 = B34];

ii) "a matéria de todo o fenômeno nos é dada somente *a posteriori*" CRP [A20 = B34].

O que organiza o dado de uma representação sensível são as relações de lugar, tais como a justaposição, a posposição, anteposição, etc., bem como as relações temporais como antes, durante e depois. Quando somos afetados por um objeto fenomênico qualquer, não recebemos a esquerda e a direita, o acima ou o abaixo do objeto - tais relações não nos são dadas pelos objetos, ainda que, quando o representemos, devamos reconhecer necessariamente tais relações. De fato, a esquerda ou a direita abstraídas de seus objetos não são objeto de afecção. Ainda na *Dissertação de 70* Kant apresenta este ponto ao afirmar:

Os objetos não excitam os sentidos pela forma ou configuração; de maneira que é preciso, para que as diversas propriedades objetivas que afetam os nossos sentidos sejam reunidas numa certa totalidade de representação, que haja um princípio interno do espírito servindo para dar uma certa configuração a esta diversidade.⁴²

⁴¹ Cf. Capítulo 1, seção 1.4.

⁴² *Op. Cit.* §4.

A forma, explica Kant, deve ser compreendida como uma certa totalidade de representação regida por princípios internos do espírito (*Gemüt*). A forma do espaço e a forma do tempo podem ser, assim, consideradas como princípios internos de organização do múltiplo, e dão uma certa configuração ou espacial ou temporal ao múltiplo oriundo da afecção. Essas formas, contudo, não são elas mesmas percebidas. Da impossibilidade de perceber as relações espaciais ou temporais sem que haja *algo* ocupando o tempo ou o espaço determinados, Kant conclui a aprioridade da forma em relação à matéria.

Esta conclusão é surpreendente. Berkeley, por exemplo, se colocou os mesmos termos do problema e, todavia, forneceu uma resposta bem diferente ao ponto em questão.⁴³ O desconforto com a conclusão extraída por Kant acerca da aprioridade do tempo e do espaço não poderia ter sido expresso de maneira mais clara, ainda que em outro contexto, por Strawson na seguinte passagem:

[N]ão podemos tomar consciência de perceber a posição, extensão e forma de um ocupante do espaço a não ser tendo consciência dessas propriedades espaciais em algum modo sensório específico. As propriedades ou relações espaciais devem ser discriminadas através das propriedades específicas do modo sensório em questão. Tomamos ciência da forma, tamanho e posição dos ocupantes do espaço através da consciência de limites definidos pelas qualidades visuais e táteis, em sutil relação umas com as outras, e com outros tipos da experiência sensível: tomamos ciência dos objetos no espaço como coloridos ou sombreados de vários modos, ou como rígidos, macios, lisos, ásperos, resistentes ou moles.⁴⁴

Strawson argumenta que somente é possível pensar a extensão e a forma de um objeto qualquer porque é possível apreender esta extensão e esta forma mediante as condições materiais que são dadas, ou seja, mediante afecção. Dessa maneira, a apreensão da forma deveria ser *posterior* à apreensão da matéria: não sendo possível apreender tais condições materiais, não seria possível representar a extensão e a forma de um objeto qualquer. Colocada a questão nesses

⁴³ No *Tratado sobre os Princípios do Conhecimento Humano*, Berkeley escreve: “(...) se tentamos abstrair a extensão e o movimento de outras qualidades, e considerá-los em si mesmos, perdemos-os de vista e caímos em grandes extravagâncias, provindas de abstração dupla: primeiro, crer possível abstrair a extensão das outras qualidades; segundo, supor que a entidade da extensão pode abstrair-se de ser percebida. Mas quem reflita, e se esforce por compreender o que diz, compreenderá, se não erro, que todas as qualidades sensíveis são igualmente sensações e igualmente reais, onde há a extensão há a cor, isto é, no espírito;” BERKELEY *Tratado Sobre o Conhecimento Humano*, [Ed. Os Pensadores] São Paulo, SP: Abril Cultural, 1980. p. 38

⁴⁴ STRAWSON P., *Análise e Metafísica*, Trad. Armando Mora de Oliveira, São Paulo: Discurso Editorial, 2002. p. 90.

termos, quais são as razões que levam Kant a concluir em *CRP* [A21 / B35] que a extensão e a figura devem estar subjacentes a todo o dado da sensação?

As razões de fundo que levam Kant a concluir a aprioridade da forma, são profundas e interessantes. Kant reconhece que a ordenação do múltiplo que nos afeta não é resultado do múltiplo, nem pode ser causalmente determinado por ele, mas é determinado por um sujeito ativamente discriminando e reconhecendo. Ou seja, espaço e tempo enquanto condições da ordenação da matéria são produto de algum tipo de disposição (receptividade) que se acha *a priori* na mente. Essa disposição é chamada por Kant de faculdade, neste caso a faculdade da sensibilidade, que estabelece condições formais de doação de objetos anteriores a toda afecção.

Como lemos:

(...) a forma da intuição (enquanto disposição subjetiva da sensibilidade) precede toda a matéria (as sensações), por conseguinte, espaço e tempo precedem todos os fenômenos e todos os dados da experiência e, antes, tornam esta pela primeira vez possível. [*CRP* A267= B323]

Kant considera que as formas da sensibilidade são encontradas no sujeito. Por essa razão, pôde concluir que as formas encontram-se *a priori* enquanto disposição subjetiva da sensibilidade. Tal disposição deve ser melhor investigada porque mediante ela é que os objetos nos são dados e a objetividade do conhecimento matemático e da ciência da natureza assegurado.

Tais afirmações nos levam a analisar dois pontos distintos sobre a noção de precedência da forma em relação à matéria:

- i) a relação entre a matéria e a forma não é estabelecida em termos de relações causais;
- ii) é a forma que torna pela primeira vez possível a representação do fenômeno.

A forma precede a matéria porque é a condição da nossa receptividade (subjetiva) e, mediante a qual, nos é possível representar objetos exteriores a nós. As formas puras da sensibilidade são consideradas como uma *totalidade* de representações que antecede as diversas propriedades objetivas que afetam os nossos sentidos. Elas são condições para a representação da

diversidade sensível, porque configuram o dado sensível de acordo com certos princípios de relações.

Ao comentar a distinção entre matéria e forma da representação sensível, Fonseca considera que a distinção entre ambos deve ser feita porque "não há uma relação necessária entre a ligação de nossas representações e a ligação que os itens sensivelmente dados possam apresentar por si próprios".⁴⁵ A matéria e a forma devem ser distinguidas porque uma *precede* a outra, não como uma relação de causa e efeito, mas como uma relação entre o nível das representações causalmente determinado e o nível das representações determinadas *a priori*. A ordem de apreensão de um objeto da intuição independe da ordem de representação do fenômeno. Basta reparar que, ao observar uma estátua, por exemplo, eu posso começar observando-a da esquerda ou da direita que a representação do *objeto* estátua, *ceteris paribus*, será a mesma. Kant explicita a precedência da forma em relação à matéria da seguinte maneira:

Ora, visto que a receptividade do sujeito ser afetado por objetos necessariamente precede toda intuição destes objetos, compreende-se como a forma de todos os fenômenos pode ser dada na mente antes de todas as percepções efetivas, por conseguinte *a priori*, e como ela, enquanto uma intuição pura na qual todos os objetos têm que ser determinados, pode conter, antes de toda a experiência, princípios das relações dos mesmos. [CRP A26 = B42]

A forma é identificada como a estrutura que ordena a receptividade do sujeito mediante princípios de relação que regem a doação dos dados sensíveis e, nesta medida, tudo o que pode nos ser dado por meio de afecção deve coadunar-se necessariamente com a receptividade do sujeito. A receptividade do sujeito é estabelecida antes de qualquer dado, e, portanto, precede este dado e o determina em suas relações possíveis.⁴⁶ Obviamente, isto não quer dizer que a forma *empírica* do objeto seja dada antes mesmo dele ser dado à capacidade representativa. As formas, para Kant, são formas da sensibilidade e não as formas dos objetos empíricos que subjazem *a priori* (como se fossem idéias de Platão). Em sentido empírico, a forma do objeto depende, em

⁴⁵ FONSECA R., *Consciência & Objeto em Kant: Os parágrafos 16 e 17 da Dedução Transcendental (B)*; Dissertação de Mestrado, defendida no PPGFil UFRGS, Porto Alegre, 1999.

⁴⁶ Uma conseqüência fundamental que Kant extrai desta caracterização da forma da sensibilidade reside no fato de que é possível antecipar todas as relações que podem ser estabelecidas entre os objetos, e nesta medida, fundar uma ciência das relações formais dos objetos que baseia-se *a priori* nas propriedades do espaço: a geometria.

parte, do que é dado empiricamente. Em sentido transcendental, as formas da sensibilidade são condições da nossa receptividade.

Kant considera que as formas da nossa receptividade, quando abstraídas de tudo o que nelas é dado por sensação, são consideradas formas puras, isto é, independentes das formas empiricamente determinadas. Como lemos:

Denomino puras (em sentido transcendental) todas as representações em que não for encontrado nada pertencente à sensação. Conseqüentemente, a forma pura de intuições sensíveis em geral, na qual todo o múltiplo dos fenômenos é intuído em certas relações, será encontrada *a priori* na mente. Essa forma pura da sensibilidade também se denomina ela mesma intuição pura. [CRP A19 = B34]

As condições presentes no sujeito anteriormente a todo o dado material são o que Kant denominou de formas puras. Mas, como vimos, as formas são também consideradas como princípios de organização do múltiplo dado e, assim, podem ser conhecidas como propriedades de nossas representações anteriormente a toda a aparição do fenômeno. Assim, a forma precede a matéria como aquela ordem de *relações* que podemos conhecer dos objetos antes mesmo deles nos aparecerem. Esta precedência Kant denomina de *transcendental*. A aprioridade da forma somente pode ser estabelecida porque ela é uma condição da receptividade do sujeito. O que é dado por meio das sensações é o conteúdo da representação, que é o efeito de uma causa que se encontra no objeto.

Com a caracterização da matéria e da forma da representação sensível, nos deparamos com uma delicada questão. A forma da representação é condição da receptividade do sujeito. Por outro lado, a forma da representação, nos diz Kant, é a forma do fenômeno, ou seja, dos objetos exteriores a nós. A forma da representação e a forma do fenômeno devem, para o idealismo transcendental de Kant funcionar, serem a mesma coisa. Mas, como Kant não é um idealista material, a matéria da representação e a matéria do fenômeno devem ser distinguidas. Vejamos este ponto com maior atenção.

2.5.1 Matéria do fenômeno e matéria da representação

A matéria do fenômeno *corresponde* à sensação, que é dita, por sua vez, ser a matéria da representação. Apesar do cuidado com que Kant caracteriza as sensações, como aquilo que corresponde à matéria do fenômeno, ainda assim, o termo ‘matéria’ pode levar a equívocos, podendo ser utilizado às vezes como matéria do fenômeno e às vezes como matéria da representação sensível. Tal ambigüidade entre o uso de duas acepções bastante distintas de ‘matéria’ pode induzir ao idealismo material, doutrina que colapsa a distinção entre estados mentais (meramente subjetivos) e representações (subjetivas, mas voltadas às propriedades objetivas dos fenômenos). Para Kant, sensação é a matéria da representação do objeto, *distinta* da matéria do objeto. Nas *Lições de Metafísica*, Kant realiza explicitamente a distinção entre ambas as acepções de matéria ao afirmar:

A matéria no sentido físico é o substrato dos objetos extensos, a possibilidade dos corpos. Mas no sentido transcendental todo o dado é matéria, enquanto a relação dos dados é a forma. Matéria transcendental é o determinável; ao passo que a forma transcendental é a determinação ou o ato de determinar. A matéria transcendental é a realidade ou o dado para todas as coisas. *Realidade e Existência*, p.85.

Dois sentidos para a concepção kantiana de matéria são demarcados com este texto⁴⁷. No sentido físico, a matéria é o substrato dos objetos extensos, ou seja, é a matéria *do fenômeno*; de objetos lógicos e realmente distintos do sujeito. Esta acepção de matéria é analisada por Kant nos *PPMCN* e não na *CRP*. No sentido transcendental é o *conteúdo* de nossas representações. Um contemporâneo de Kant nos explica a diferença entre ambas as acepções de matéria da seguinte maneira:

Quem quiser ter uma imagem intuitiva da diferença entre matéria e objeto de uma representação, pense numa árvore a uma distância que torne impossível divisar qual a sua espécie, forma e tamanho, assim como as suas qualidades mais próximas. Aproxime-se, então, pouco a pouco da árvore: nessa mesma proporção, a sua representação irá adquirindo mais e mais matéria. A matéria

⁴⁷ Na sequência imediata do texto Kant faz o seguinte esclarecimento quanto a sua distinção entre dois sentidos diferentes de matéria: “A matéria distingue-se em *materia ex qua*, *in qua* e *circa quam*. - *Materia ex qua* é o próprio determinável; uma coisa que já é determinada. *Materia circa quam* significa a matéria no próprio ato da determinação (*in ipso determinationis actu*); por exemplo, o texto de um sermão não é matéria *ex qua* mas *circa quam*, isto é, matéria sobre a qual alguém trata. - *Materia in qua* significa o sujeito da inerência. *Materia circa quam* propriamente significa os pensamentos por intermédio dos quais é dada a forma a uma coisa. Por exemplo, o projeto de um edifício é *materia circa quam*; mas as pedras, a madeira, etc. são *ex qua*. A diferença é muito subtil.” *Realidade e Existência: Lições de Metafísica*, [Trad. Armando Rigobello], São Paulo: Paulus, 2002. - (Coleção filosofia)

da sua representação ir-se-á modificando, aumentando, enquanto que o objeto em si permanecerá sempre o mesmo.⁴⁸

Matéria do fenômeno é o substrato dos objetos extensos e deve ser entendida em uma acepção ampla como natureza. Os objetos nessa acepção são apresentados de maneira sistemática nos *PPMCN*. Como nos diz Kant:

[E]ntende-se, pois, por essa palavra [matéria] a totalidade de todos os fenômenos, ou seja, o mundo dos sentidos, com a exclusão de todos os objetos não sensíveis”. [*PPMCN* Ak13 -14]

Como há uma diferença fundamental entre o nosso sentido interno (tempo) e o sentido externo (espaço), a natureza em sentido material é objeto de uma dupla teoria da natureza: a doutrina dos corpos e a doutrina da alma. A primeira considera a natureza extensa, e a segunda, a natureza pensante. Cada uma dessas doutrinas ao formar um sistema, entendido por Kant como “um todo de conhecimento ordenado segundo princípios”, fundamenta a ciência da natureza como um todo, que se divide em ciência da natureza e antropologia física e psicológica. Assim, no sentido físico, a matéria é objeto de investigação sistemática e base sobre a qual se constituirá a ciência da natureza, a antropologia e a psicologia.

Enquanto matéria *da representação*, matéria é tudo o que é dado na representação e que põe em funcionamento as atividades do entendimento. Neste sentido, matéria é condição necessária e indispensável da nossa capacidade de representar, também denominada por Kant de *sensação*. Como lemos: “aquilo que neles [nos objetos] corresponde à sensação é a matéria transcendental de todos os objetos” [*CRP* A143 = B182].

Na *Anfibologia dos Conceitos de Reflexão*, Kant explicita este ponto, repetindo e aprofundando em relação às *Lições de Metafísica* a distinção entre matéria e forma da representação:

Matéria e forma. Trata-se de dois conceitos postos a fundamento de toda a outra reflexão, seja quão inseparavelmente conjungidos estejam com todo o uso do entendimento. O primeiro significa o determinável em geral, o segundo a sua determinação (ambos em sentido transcendental, já que se abstrai de toda a diferença do que é dado e do modo como é determinado).

⁴⁸ REINHOLD K., *Op. Cit.*, p. 183 in *Recepção da Crítica da Razão Pura - Antologia de escritos sobre Kant (1786 - 1844)* Coordenação F. GIL, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1992.

No sentido transcendental, a matéria é um dos elementos presentes na reflexão transcendental. Esta é uma “reflexão [que] não tem nada a ver com os objetos mesmos”. Dessa maneira, não é a reflexão adotada pelo pensamento científico, “mas é o estado da mente em que nos dispomos inicialmente a descobrir as condições subjetivas sob as quais podemos chegar a conceito” [CRP A260 = B316].

A reflexão transcendental versa sobre as condições presentes no sujeito que possibilitam as representações que tornam o conhecimento humano possível. Dessa maneira, a distinção entre matéria e forma é produto de uma reflexão transcendental sobre as condições subjetivas da experiência. A elucidação do que seja a matéria e o que seja a forma da representação sensível não deve ser procurada nos objetos que nos afetam, mas nas condições subjetivas necessárias para o conhecimento. De maneira rigorosa, são as formas *a priori* que determinam a nossa racionalidade (entendida como a série de disposições subjetivas necessárias para o conhecimento, quer puro, quer empírico), mas esta racionalidade somente atua e se atualiza no mundo da experiência. Ser é ser no mundo. Como somos seres *senscientes*, dotados de apercepção transcendental, conceitos puros, formas puras da sensibilidade e órgãos sensíveis, dependemos sempre que o conteúdo de nossas representações seja dado, em algum momento, por meio de nossa sensibilidade. Neste contexto de análise, não interessa quais sejam as sensações que temos ao representar um objeto qualquer, mas para podermos representar um objeto qualquer, necessariamente representamo-lo com uma matéria determinada e formas *a priori* presentes na mente.

Na representação do objeto, a matéria (que como vimos, equivale a sensação) cumpre duas funções epistêmicas fundamentais: fornece conteúdos para as representações e atesta a existência. De fato, Kant afirma que:

(...) no fenômeno, considerado como aquilo pelo qual todos os objetos nos são dados, há dois elementos: a forma da intuição (espaço e tempo), que pode ser conhecida e determinada completamente *a priori*, e a matéria (o elemento físico) ou o *conteúdo*, que significa algo que se encontra no espaço e no tempo, e que, por conseguinte, *contém uma existência* e corresponde à sensação. CRP [A723 = B751] Grifos meus.

O conteúdo da representação (matéria) designa uma propriedade do objeto e lhe atesta a existência. Kant analisa, nas passagens que temos em mira, essa questão de um ponto de vista

transcendental. Dessa perspectiva, o que interessa ao filósofo é marcar o lugar ocupado pelos conteúdos das representações empíricas – das sensações – na paisagem do conhecimento.

Além dessa perspectiva, algumas vezes Kant se refere ao conteúdo da representação de uma perspectiva empírica. Sob esta ótica, o conteúdo empírico das representações é propriamente o que afetou a capacidade representativa: o vermelho do sofá, a dureza da tecla que apertou, etc. (essa questão é vista em detalhe no Capítulo 3).

2.5.2 *Matéria da representação*

Considerado o papel que as formas da sensibilidade desempenham na apreensão de objetos e a distinção entre matéria do fenômeno e matéria da representação, passo a investigar quais são as conseqüências dessa concepção de forma da sensibilidade para a concepção de matéria da sensibilidade. Ou, de outra forma, como é possível caracterizar a condição material que deve estar presente em toda a representação sensível a partir da concepção de Kant das formas da intuição?

Vejamos, inicialmente, uma interessante explicitação da caracterização kantiana do dado da sensação e, assim, do que devemos entender por condição material de uma representação sensível, feita por Heidegger:

Num fenômeno, isto é numa coisa que vem ao encontro, como por exemplo este giz, se manifesta a mim uma certa coloração, uma certa dureza, um certo brilho, uma certa impenetrabilidade, ou ainda, se esta coisa cai, uma certa sonoridade; esta diversidade me é dada, na intuição por meio dos sentidos sem que eu preste atenção aos órgãos sensoriais e as suas funções. A cor determinada é neste caso a cor do giz ele mesmo, ela é a cor-da-coisa, indistinta do branco sentido como tal. Aquilo que corresponde ao fenômeno, isto é ao objeto mesmo, àqueles data da sensação logo desapercibidos, e mesmo muito difíceis de apreender com a visão - a cor-da-coisa determinada do giz, a dureza-da-coisa, todo este diverso que me é dado, Kant denomina a matéria do fenômeno, do objeto.⁴⁹

⁴⁹ HEIDEGGER, M. *Interprétation Phénoménologique*, p. 110.

Na nossa experiência cotidiana, quando falamos dos objetos não prestamos atenção naquilo que Kant estudou com tanto afincio: as condições de possibilidade do conhecimento. Quando percebo a janela em minha frente não presto atenção às sensações que me são dadas, presto atenção na janela. Tampouco considero o que estou vendo como uma representação de alguma coisa que, em si e por princípio, me é desconhecida. Justamente por ser uma representação que medeia a relação entre o homem e a coisa, em geral não prestamos atenção às características específicas das sensações, pois dada a sua diversidade e efemeridade, elas podem ser mais propriamente caracterizadas como fragmentos sensíveis.

A noção de condição material que, em princípio nos devia explicar parcialmente o caráter de dado dos objetos, acaba por gerar uma noção extremamente abstrata. O giz, enquanto objeto que seguro nas minhas mãos, não é, propriamente falando, dado por afecção; apenas as suas propriedades empíricas me chegam mediante a afecção dos meus diferentes órgãos sensoriais e elas não são suficientes para que eu possa representar um objeto propriamente. A dureza me é dada pelo tato, a cor, pela visão, o som, pela audição e o mesmo ocorre com todas as outras propriedades. A união dessas diferentes propriedades como a representação de um objeto é realizada mediante uma complexa interação das condições materiais com as condições formais da representação.

O material de nossas representações é fornecido por meio de sensações, não como algo distinto e separável das formas, mas como algo distinto porém não separável: a matéria de nossas representações é dada juntamente com as suas formas e pode ser abstraída das formas apenas quando atenta-se ao que é especificamente empírico em nossas representações. Essa especificidade é, entretanto, fragmentada. Mesmo nesse exemplo simples do giz há uma diversidade de propriedades que provocam correspondente diversidade de sensações.

Quando percebo o giz, o percebo de um certo ponto de vista, com um tamanho determinado, percebo a sua cor de maneira determinada, percebo que ele tem limites de largura, comprimento e profundidade determinados. Percebo esses limites porque *sinto* os limites do objeto com meus órgãos sensíveis, quer sejam coloridos, quer sejam opacos ou transparentes; ou seja, tenho consciência dos limites porque as condições materiais do objeto se constituem como limitações do espaço uno [Cf. A24 = B39].

As formas da sensibilidade estruturam o que pode ser dado na percepção. As sensações, por sua vez, podem fornecer apenas aspectos perceptivos que, por si sós, não nos permitem a representação de objetos. Ainda assim, os diversos fragmentos sensíveis são a condição material para a nossa percepção dos objetos. Mesmo que em nossa percepção ordinária esse fluir de sensações não seja objeto de atenção, a concepção das sensações como estanques e facilmente separáveis e analisáveis em suas propriedades empíricas vigorou no pensamento científico da época de Kant e ainda vigora.

2.6 Os conteúdos empíricos como fragmentos sensíveis

Na *Estética Transcendental* Kant analisa a representação sensível abstraindo da sua análise uma investigação acerca das condições materiais da sensibilidade e se detém apenas em suas condições formais. De fato, o exercício de abstrair, na representação sensível (a intuição empírica), a matéria, é realizado no final do parágrafo 1 da *Estética Transcendental*⁵⁰.

Quando separo da representação de um corpo aquilo que o entendimento pensa a respeito, tal como substância, força, divisibilidade, etc. bem como aquilo que pertence à sensação, tal como impenetrabilidade, dureza, cor, etc., para mim ainda resta algo dessa intuição empírica, a saber, a extensão e figura. Ambas pertencem à intuição pura, que mesmo sem um objeto existente (wirklichen) dos sentidos ou da sensação ocorre *a priori* na mente como uma simples forma da sensibilidade. CRP [A20-1 = B35]

Este exercício de abstração é realizado mediante um ato de reflexão transcendental, ou seja, é uma distinção dos elementos da nossa representação empírica e não uma separação de propriedades dos objetos. Nessa passagem, Kant realiza dois níveis diferentes de abstração.

⁵⁰ Este exercício de abstração também é realizado na introdução à Segunda Edição, não com vistas à caracterização *a priori* da sensibilidade, mas do entendimento : "Em vosso conceito de experiência de um corpo, renunciad aos poucos a tudo o que nele é empírico: à cor, à dureza ou à maleabilidade, ao peso e mesmo à impenetrabilidade, mesmo assim resta o espaço que ele (agora completamente desaparecido) ocupou e o qual não podeis suprimir. Da mesma maneira, quando suprimirdes do vosso conceito empírico de um objeto corpóreo ou incorpóreo todas as propriedades ensinadas pela experiência, não podereis tirar-lhe aquela pela qual o pensais como substância ou como aderente a uma substância (não obstante esse conceito conter maior determinação do que a de um objeto em geral). Convencidos pela necessidade com que esse conceito se vos impõe, tereis portanto que confessar que ele tem a sua sede em vossa faculdade de conhecimento *a priori*." [CRP B5-6]

Inicialmente separa em nossa representação empírica aquilo que pertence ao entendimento e, depois, separa aquilo que é dado propriamente por sensações, a matéria da representação.

O ponto importante para os objetivos deste trabalho consiste na caracterização da matéria da representação como aquele conjunto de propriedades - qualidades sensíveis - que são separáveis dos elementos puros do entendimento e da sensibilidade. Nesse exercício fica, portanto, claro que Kant tem em vista três diferentes elementos necessários e complementares para o conhecimento. O que pertence à sensação, como representando propriedades dos objetos, é um elemento que, apesar de fundamental como fonte de conhecimentos, não é objeto de estudo da filosofia transcendental. Porém, esta afirmação deve ser considerada com a seguinte ressalva: os aspectos materiais dos fenômenos representados por sensação são objeto de estudo das ciências empíricas, mas existem também aspectos formais da sensação. Esses aspectos fazem parte do centro da reflexão da *CRP*. Entretanto, somente podem ser compreendidos ao levarmos em consideração certos aspectos do entendimento e sua relação com os dados da sensibilidade. Antes de passar a essas questões, objetos de estudo dos Capítulos 3 e 4, é interessante observar as conseqüências desse exercício de abstração para a teoria da percepção devido aos seus desdobramentos sistemáticos.

O que a experiência nos dá, como nos mostra esse exercício de abstração, não são propriamente objetos, mas apenas *aspectos* ou *propriedades* dos objetos na medida em que essas nos afetam. Dados da sensação são, por exemplo, a dureza, a impenetrabilidade ou a cor de um corpo. A impenetrabilidade, considerada por si só, não dá nenhum objeto, mas apenas um aspecto do objeto: uma propriedade sensível. Este fato se explica na filosofia de Kant porque o objeto somente se constitui mediante uma complicada operação que relaciona as condições *a priori* da sensibilidade e do entendimento com os dados empíricos.

Tal maneira de considerar as sensações como cognitivamente relevantes, isto é, como propriedades ou fragmentos sensíveis na representação do objeto, é o que se tornou usual na moderna ciência da natureza. Entretanto, a operação de abstração efetuada por Kant é uma operação artificial de desvincular as sensações de seus objetos, ou seja, de seu domínio de doação, e procurar quantificá-las como grandezas independentes dos seus respectivos objetos. Dessa maneira, o que a sensação me dá, por exemplo, é um branco gelo quando existem condições de iluminação apropriadas. O objeto, entretanto, não é o branco gelo em minha frente

que está me afetando. O objeto, propriamente falando, somente se constitui com as formas da intuição que me permitem apreender a sua forma quadri-dimensional e com as formas do entendimento que me permitem pensar a representação: a mesa com tampo branco gelo em minha frente. O objeto é a mesa, ainda que nenhuma sensação considerada separadamente me dê ela enquanto tal. Adicionalmente, posso direcionar a atenção para uma parte específica da mesa com tampo branco: o tampo branco. Agora o meu objeto de pensamento é o tampo da mesa. Meus órgãos sensíveis fornecem à minha capacidade representativa diversas sensações que correspondem às diversas propriedades empíricas do objeto ‘tampo branco’. O branco do tampo é apenas um aspecto dessa representação. Existem outras propriedades do objeto que me são dadas, como a sua dureza e a sua textura, e nenhuma delas sozinha me dá o objeto. O objeto é sempre produto de uma síntese de diversas sensações *mais* a atividade produtiva da imaginação, que permite preencher a representação do objeto com propriedades do objeto que não estão me afetando durante o meu ato perceptivo.

Os aspectos perceptivos têm ainda uma outra característica importante. Ao serem abstraídos e considerados independentes dos outros elementos da percepção, eles podem ser *mensurados*. Isto é, permitem que a sua apreensão possa ser descrita em termos de relações matemáticas. O fato de ser possível mensurar o peso dos corpos, por exemplo, não é um aspecto casual que uma propriedade empírica específica detém. Ao contrário, a possibilidade de mensuração de todas as propriedades empíricas exige uma prova transcendental. Esta é realizada na *Analítica dos Princípios*, no princípio das *Antecipações da Percepção*, seção da *CRP* que veremos em detalhe no Capítulo 4, Seção 4.2.

A teoria da percepção que Kant defende, entretanto, não pode ser totalmente aceita. Ainda que possam ser atribuídos méritos inegáveis ao avanço da ciência com a matematização da natureza, não calculamos e mensuramos o mundo que percebemos cotidianamente. A percepção calculativa e matematizada é apenas uma maneira muito específica de percepção da realidade. Quando prestamos atenção a esse aspecto da percepção é possível fazer boa ciência, mas é igualmente possível não perceber os objetos aos quais dirige-se a atenção. Numa palavra: ao especificar o domínio de doação dos objetos, perdem-se os objetos. Heidegger analisa essa questão em profundidade na seguinte passagem:

A física afirma que a causa das cores são ondas luminosas no Éter. Cada cor tem o seu número de vibração próprio, por exemplo, o vermelho tem o comprimento de onda de $760\mu\mu$ e 400 bilhões de vibrações por minuto. Isto é o vermelho; é o que vale como vermelho objetivo, diante da impressão meramente subjetiva da sensação de cor. Seria ainda melhor se, também, se pudesse reconduzir a sensação de cor, enquanto atitude de excitação, a correntes elétricas nas fibras nervosas. Quando se chegar aí, saberemos o que são objetivamente as cores.

Uma tal explicação da sensação parece ser muito científica e, no entanto, não o é, na medida em que são imediatamente abandonados os domínios de doação da sensação e aquilo que deve ser explicado, a saber, a cor enquanto dado. (...) É necessária uma atitude muito complicada e artificial para se conceber a cor da sensação enquanto tal, em vez da cor de uma coisa. Contudo, se prestarmos atenção - distanciando-nos de qualquer teoria do conhecimento - à doação da cor de uma coisa, por exemplo, ao verde de uma folha, não encontraremos aí nada que seja uma causa que provoque um efeito, mas como o verde da folha.

Mas onde - tal como acontece na moderna física matemática - a coisa e o corpo são representados como extensos e resistentes, aí a diversidade intuída reduz-se a uma diversidade de dados sensíveis.⁵¹

Seja como for, apesar desta crítica à concepção moderna das sensações e à teoria do conhecimento que se apóia nela, Kant considera que o que é dado propriamente por sensação são dados sensíveis, que podem ser analisados separadamente do espaço e do tempo, porque “sensação não é intuição que contenha espaço ou tempo, apesar de colocar em ambos o objeto que lhe corresponde” [*Prolegômenos* §24]. Sensação, de acordo com a concepção de conhecimento da *CRP*, é tão-somente o momento perceptivo que se esvai e desvanece e ao qual nem sempre estamos absolutamente conscientes em nossa percepção ordinária. Ainda que a porta de minha casa, pela qual passo várias vezes por dia, possa me dar a cor marrom ou a sua dureza, não percebo propriamente todas as suas propriedades empíricas todas as vezes que tenho de ultrapassá-la. Se, do ponto de vista cotidiano, não presto atenção a todas as sensações que me chegam do mundo que me afeta, isto não significa que do ponto de vista do progresso do conhecimento empírico, as sensações consideradas como fragmentos sensíveis não sejam fundamentais para as ciências empíricas (ou, de acordo com o vocabulário de Kant, artes).⁵²

⁵¹ HEIDEGGER M., *Que é uma coisa?* Trad. Carlos Morujão. [Coleção: Biblioteca de filosofia Contemporânea]. Lisboa: Edições 70, 1987. pp. 200-1

⁵² *PPMCN*, pp.16-17.

Kant observa que a matematização da natureza (assunto que abordarei em detalhe no Capítulo 4) é uma condição *sine qua non* do pensamento científico e esta matematização depende essencialmente da fragmentação da percepção do dado sensível em propriedades que possam ser matematicamente mensuráveis.

Na época de Kant, ciências como a química e a biologia ainda não estavam equipadas com o arsenal matemático e estatístico necessários para elevá-las ao *status* de ciência ao lado da brilhante física newtoniana e da sólida matemática euclidiana. Aos poucos o projeto de matematização da natureza, que encontra na matematização da percepção efetuada por Kant uma de suas explicações filosóficas mais elaboradas, alcançou os diversos ramos do saber. Como as “sensações (...) constituem a qualidade própria das representações empíricas” [*Prolegômenos* §24], cada ramo do saber passou a ser ciência ao circunscrever e delimitar um conjunto específico de qualidades presentes no fenômeno com um certo método de mensuração.

3. O GUIA EMPÍRICO E O CARÁTER COGNITIVO DAS SENSações

Neste capítulo apresento um certo modo de interpretar e criticar a doutrina das sensações presente em alguns comentadores da tradição anglo-saxã, especialmente na obra de Robert Pippin intitulada *Kant's Theory of Form*. Tal interpretação julga que as sensações não desempenham nenhum papel cognitivo. De fato, para Pippin as sensações não podem sequer ser consideradas como representações. O principal argumento consiste em ponderar que todo o conhecimento deve poder ser verdadeiro ou falso. Como as sensações não cumprem essa cláusula essencial para o conhecimento, não podem ser consideradas sequer como um elemento que pode vir a ser utilizado para o conhecimento e, assim, conclui o intérprete, sequer podem ser consideradas como uma espécie de representação. Procuo argumentar que essa interpretação é muito forte e torna incoerentes diversas e importantes afirmações de Kant acerca do conhecimento empírico em geral e da doutrina das sensações em particular. Kant reiteradamente afirma que o conhecimento intuitivo é uma modalidade específica de conhecimento, independente e complementar ao conhecimento conceitual e que as sensações são uma espécie de representação que pode ser utilizada para o conhecimento.

Apresento, para sustentar a interpretação que estou sugerindo, um exemplo discutido pelo próprio Kant na *Segunda Analogia* e uma contraprova do papel cognitivo das sensações. Kant considera que as sínteses do entendimento não podem ser *arbitrárias*, mas devem se guiar pelo *objeto*, que fornece guia e correção para o entendimento. Se o conceito de 'casa' pode ser compreendido, é porque a *ligação* que o entendimento faz entre as diferentes percepções do objeto 'casa' (as portas, as janelas, a soleira, o telhado, etc., bem como de suas partes constituintes) não é realizada apenas por meio das atividades do entendimento, e, assim, de

maneira arbitrária. Se é forçoso que o telhado esteja acima das janelas, por exemplo, isto não se deve apenas à maneira como o entendimento atua, mas à maneira como apreendemos tais dados empíricos e ao fato de que é devido a este guia determinado *empiricamente* que pode-se legitimamente utilizar o conceito de casa. Avanço nesta análise argumentando que o entendimento, tal como é considerado por Kant, é meramente *formal* (no sentido lógico-transcendental), incapaz de intuir seus conteúdos. Os *conteúdos* sob os quais o entendimento trabalha são *sempre* dados pela sensibilidade mediante a experiência do homem no mundo (quer sejam dados atualmente, quer sejam dados indiretamente mediante as atividades da imaginação reprodutiva). As atividades do entendimento – o pensamento – guiam-se para a obtenção de conhecimentos empíricos *legítimos* mediante sensações e, sem elas, o entendimento não teria matéria sob a qual trabalhar. Dessa maneira, as sensações desempenham um papel central na teoria do conhecimento de Kant na medida em que elas, nas palavras de Harper, “ligam a minha maquinaria mental ao mundo”⁵³.

3.1 Constituinte vs constituído: uma ambigüidade no tratamento das sensações?

Ao considerarmos que é apenas mediante sensações que os conceitos e as intuições empíricas possuem conteúdos, nos deparamos com o que Baumgartner⁵⁴ considerou como uma ambigüidade no tratamento kantiano das sensações. A seguir, apresento dois textos de Kant que afirmam que as sensações desempenham um duplo papel na crítica do conhecimento. Estes textos, contudo, não são suficientes para afirmarmos que este duplo aspecto das sensações constitua-se como uma ambigüidade irreduzível, mas são importantes para observarmos a importância de uma doutrina das sensações para o conhecimento em dois níveis de análise diferentes: um nível em que as sensações são consideradas como um dos elementos da análise que Kant empreende da estrutura da representação, e, outro nível, em que Kant analisa representações empíricas determinadas. Vejamos os textos.

⁵³ HARPER W., *Kant on Space, Empirical realism and the foundations of Geometry*, In Carl J. Posy (org.), *Kant's Philosophy of Mathematics*. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 1992, p. 267.

⁵⁴ BAUMGARTNER J., *An Ambiguity in Kant's Account of Sensation and Sensible Qualities in the Transcendental Aesthetic*, in: Akten des IX. Internationalen Kant-Kongresses, Band II: Sektionen IV, p. 122 - 128

Na já citada passagem do início da *CRP* [B1] Kant afirma que os nossos sentidos em parte produzem por si próprios representações, e em parte põem em movimento as atividades do nosso entendimento para compará-las, conectá-las ou separá-las.

Além deste texto em que encontramos Kant afirmando explicitamente um duplo aspecto das sensações enquanto fornecem os conteúdos das representações empíricas, Baumgartner cita a seguinte passagem para mostrar que não apenas há uma ambigüidade na concepção kantiana de sensação, mas que esta ambigüidade é irredutível:

Fora do espaço, aliás, não há outra representação subjetiva e referida a algo externo que pudesse *a priori* chamar-se objetiva. De fato, de nenhuma dessas representações pode-se derivar proposições sintéticas *a priori*, tal como se pode fazê-lo da intuição do espaço (§3). Para falar com precisão, por conseguinte, não se atribui idealidade a nenhuma dessas representações, embora concordem com a representação do espaço no fato de pertencerem apenas à disposição subjetiva do modo dos sentidos serem, por exemplo da visão, do ouvido, do tato mediante as sensações das cores, dos sons e do calor; mas pelo fato de serem meras [bloß] sensações e não intuições, essas representações não dão a conhecer, muito menos *a priori*, objeto algum. *CRP* [B44]⁵⁵

Baumgartner faz a seguinte análise dessa passagem:

Claramente, quando Kant fala sobre meras sensações como opostas às intuições, ele se refere ao que é constitutivo, isto é, à sensação como o fator material na representação de qualidades sensíveis. Como tal fator, a sensação não tem qualquer estatuto cognitivo: ela não é nem mesmo cega no sentido em que Kant afirma que intuições sem conceitos são cegas. (...) Esta visão da sensação é requerida pelo tratamento transcendental do conhecimento empírico segundo o qual o último requer, além do fator *a posteriori*, material, dois elementos formais, *a priori*, isto é, espaço e tempo como formas puras da sensibilidade e os conceitos puros ou categorias do entendimento. Entretanto, como a expressão 'sensações das cores, dos sons e do calor' indicam, Kant entende por sensação também o que é constituído e assim tem estatuto cognitivo, que é, a representação das qualidades sensíveis nelas mesmas.⁵⁶

São expressas, portanto, duas posições acerca das sensações pelo referido autor:

1) enquanto são por si próprias representações, as sensações são consideradas como constituídas e possuem estatuto cognitivo; é neste sentido que Kant considera as sensações das

⁵⁵ Tradução de *bloß* alterada da tradução Rodhen-Moosburger de 'só' para 'meras', para enfatizar a oposição entre sensações consideradas em si mesmas e a intuição do espaço.

⁵⁶ BAUMGARTNER J., *Op. Cit.*, p. 122

cores, dos sons e do calor, isto é, estes são exemplos de análise de representações empíricas determinadas sensivelmente.

2) enquanto as sensações se associam às formas da intuição e põem em movimento as atividades do nosso entendimento, são consideradas como elementos constituintes do conhecimento. Neste sentido, Kant se refere às meras sensações como opostas às intuições e realiza a sua análise no contexto transcendental, isto é, realiza uma análise da estrutura da representação empírica em geral.

Ainda que os conteúdos empíricos fornecidos por sensações possam ser considerados em um duplo aspecto, como fica estabelecido pela análise dos textos citados acima, não fica estabelecido, como sustenta Baumgartner, que este duplo aspecto constitui uma ambigüidade irremediável no tratamento kantiano das sensações.⁵⁷ Especialmente ao considerarmos a passagem de *CRP* [B1], onde Kant está plenamente consciente deste duplo aspecto das sensações e o distingue formalmente. Dessa maneira, parece mais adequado procurarmos compatibilizar ambas as concepções do papel cognitivo das sensações na crítica ao conhecimento executada por Kant do que afirmar uma ambigüidade irreduzível no tratamento kantiano das sensações, uma ambigüidade que comprometeria os fundamentos do realismo empírico que Kant pretende defender.

Entendendo que a distinção apresentada acima deve-se a uma diferença de níveis de análise, apresento o sentido constitutivo como o sentido em que Kant trata do papel cognitivo das sensações a partir do nível geral de análise da sua teoria da representação. Ainda que esta seja a análise mais estudada por parte dos comentadores de Kant, sustento que a análise e uma atribuição de um sentido constituído para as sensações é fundamental para a compreensão e para a coerência da teoria do conhecimento de Kant.

3.1.1 Sentido constituinte: apresentação de uma interpretação.

Apresento agora as passagens em que certos intérpretes, que considero como pertencentes a um mesma escola de interpretação da *CRP*, parecem mostrar variantes da concepção das sensações apenas enquanto constituintes do conhecimento, ou seja, o que é dado na sensação pode ser considerado como uma cognição somente após a determinação sensível pelas categorias do entendimento. Como lemos:

(...) consideradas como um tal múltiplo, sensações não podem em nenhum sentido serem consideradas como um modo de conhecimento, ou representações determinadas. Relação a um objeto é alguma coisa que deve sempre ser estabelecida pelo entendimento no juízo, e deve ser estabelecida apenas porque nenhuma relação imediata aos objetos está contida na sensação. Ele também está exigindo, de maneira mais geral, que a informação sensível não pode ser considerada uma informação de alguma coisa complexa ou determinada.⁵⁸

(...) de acordo com a teoria da sensibilidade de Kant, a intuição sensível fornece à mente para conceitualização unicamente dados brutos, não conhecimentos determinados de objetos⁵⁹

(...) sensação não é estritamente uma forma de consciência, uma vez que ela não tem verdadeiros objetos, mas que ela é um modo de consciência *sui generis*; sem ela a experiência de particulares seria impossível, embora seja falso descrevê-la como apresentando particulares para serem descritos.⁶⁰

Entre os intérpretes que defendem que as sensações sejam apenas constituintes do conhecimento, sigo a interpretação proposta por Robert Pippin em seu livro *Kant's Theory of Form*. Optei pela apresentação desta interpretação exemplificada por Pippin por ser este o autor que mais detalhadamente analisou e sustentou a posição que considera as sensações apenas enquanto elementos constituintes do conhecimento e que, por seu próprio direito, não fornecem nenhum conhecimento determinado de objetos (tampouco de suas propriedades ou qualidades).

Pippin encontra como justificativa para a sua interpretação o fato de haver poucas passagens na *CRP* em que Kant trata explicitamente da questão das sensações para o

⁵⁷ Como sugerimos anteriormente (capítulo 2), mesmo do ponto de vista da análise da estrutura da representação sensível em geral, Kant atribui um importante e decisivo papel para as sensações como elemento material das intuições empíricas, sem o qual nada se inicia.

⁵⁸ PIPPIN, R. *Kant's Theory of Form*, Yale: Yale University Press, 1982. p. 33.

⁵⁹ ALLISON H., *Kant's Transcendental Idealism*, p.67. Tradução de Brum Torres, J. C. in *Cognição Intuitiva e Pensamento de Re, Analytica*, p.42, volume 4, número 2, 1999.

⁶⁰ WALSH, *Kant's Criticism of Metaphysics*, p.13-14. Tradução de Brum Torres, J. C. in *Cognição Intuitiva e Pensamento de Re, Analytica*, p. 42, volume 4, número 2, 1999.

conhecimento⁶¹. Diz este intérprete que a determinação da natureza do papel cognitivo das sensações mediante uma análise dos sentidos em seu funcionamento fático poria a perder o ponto que Kant se propõe a investigar. A análise dos sentidos em seu funcionamento empírico é um tópico secundário para a filosofia crítica, porque os sentidos participam do mundo fenomênico da mesma maneira que os outros objetos passíveis de percepção, os fenômenos, e, portanto, também requerem uma fundamentação transcendental. Perguntar pelo conhecimento empírico na *CRP* consiste em perguntar pelas suas condições de possibilidade, cuja resposta somente pode ser encontrada mediante uma investigação do sujeito a partir de uma perspectiva transcendental.

Desta perspectiva de investigação, uma análise do funcionamento dos sentidos e das qualidades sensíveis teria pouco a acrescentar às questões acerca da possibilidade dos juízos sintéticos *a priori* ou da objetividade do conhecimento. Portanto, as sensações seriam um tópico de pouca importância para a *CRP* na medida em que elas fossem consideradas como um dos elementos constituintes do conhecimento, que somente adquirem um papel cognitivo quando conectadas às atividades do entendimento e às condições puras da sensibilidade, espaço e tempo.

Em outras palavras, a perspectiva de análise que é apresentada quando consideramos as sensações como elementos constituintes do conhecimento é uma perspectiva de análise da estrutura formal da representação e, neste sentido, é uma análise que decompõe a representação em seus elementos constituintes fundamentais. Nesta análise, Kant não está, evidentemente, interessado em analisar quais são os modos de apreensão sensível, de que modo operam os sentidos e quais são os conteúdos específicos de sensações determinadas. Antes pelo contrário, o que preocupa Kant em sua análise dos elementos constituintes da representação é que a matéria dada sensivelmente (empiricamente) é aquele elemento passivo-receptivo, do qual o sujeito não tem nenhum controle, que deve ser representado espaço-temporalmente e pensado de acordo com as categorias de modo que possamos formar representações que resultem em conhecimentos. Portanto, enquanto elementos constituintes do conhecimento, as sensações são vistas como a matéria do conhecimento, que é entendida como o determinável em geral a ser determinada pelas formas puras *a priori*, que poderiam ser ditas determinantes. *CRP* [A266 = B322].

⁶¹ PIPPIN, R. *Op. Cit.*, pp. 36.

Resumidamente, Pippin coloca a concepção ‘positiva’ das sensações da seguinte maneira: estas não são um modo de conhecimento por seu próprio direito (mesmo obscuro), são apenas a matéria para o conhecimento que deve ser sintetizada pelo entendimento no juízo para serem constituídas como conhecimentos. Como lemos:

(...) a consciência sensível (sensory awareness) não é em nenhum sentido um modo (mesmo obscuro) de conhecimento, (...) ela é apenas o mero ‘material’ da experiência.⁶²

Pippin apresenta um argumento para justificar a sua posição de por que as sensações não podem ser consideradas, por seu próprio direito, como um modo de conhecimento e busca embasá-lo em textos da *CRP*, dos *Prolegômenos* e, também, da *Antropologia*.

3.1.2 O argumento: os sentidos não erram

Os sentidos não podem ser contados como um modo de conhecimento porque não representam nem verdadeira nem falsamente. Uma característica essencial para todo e qualquer modo de conhecimento é que ele possa ser considerado verdadeiro ou falso e, portanto, se as sensações não possuem este traço peculiar a todo o conhecimento, dificilmente podem ser consideradas como um modo de conhecimento.

Com efeito, verdade ou ilusão não estão no objeto enquanto é intuído, mas no juízo sobre ele enquanto é pensado. Portanto, pode-se em verdade dizer corretamente que os sentidos não erram, não, porém, porque eles não julgam corretamente, mas porque eles não julgam de modo algum. Conseqüentemente, tanto a verdade quanto o erro, portanto, também a ilusão, enquanto induz ao último, podem encontrar-se somente no juízo, isto é, na relação do objeto com o nosso entendimento. Num conhecimento que concorda universalmente com as leis do entendimento, não há erro algum. Tampouco há algum erro numa representação dos sentidos (porque ela não contém nenhum juízo). *CRP* [A293-4 = B350]

Esta passagem utilizada como apoio ao argumento de Pippin é importante por demonstrar algumas razões de fundo que levam Kant a considerar as sensações como a mera matéria do conhecimento, e, ademais, porque traça uma diferença importante entre o que é próprio da atividade do entendimento daquilo que é próprio da atividade da sensibilidade. À primeira cabe

ligar representações no juízo. Apenas mediante estas ligações que pode-se afirmar que algo é verdadeiro ou falso. À segunda cabe fornecer um dado, um material sobre o qual convirá a verdade ou a falsidade, mas que, enquanto tal, não é nem verdadeiro nem falso.

Prestemos atenção, entretanto, ao fato de que Kant afirma que tampouco há erro numa *representação* dos sentidos. Ele não está afirmando que os sentidos fornecem uma mera indeterminação a ser determinada pelo entendimento, antes, que as representações fornecem algo determinado pelos sentidos. Notemos que este ponto do argumento de Kant, que considera que os sentidos forneçam por si sós representações [Cf. *CRP* B1] não é levado em consideração no argumento que Pippin pretende atribuir a Kant.

Esta omissão não é casual, antes pelo contrário, está no centro da caracterização que Pippin faz das sensações (que não é em absoluto um modo de representação). Esta omissão é um dos principais motivos que nos levam a considerar a interpretação proposta por Pippin como insatisfatória, já que Kant escreve:

O gênero é representação em geral (*representatio*). Sob ele está a representação com consciência (*perceptio*). Uma percepção que se refere unicamente ao sujeito enquanto modificação do seu estado é sensação (*sensatio*). [*CRP* A320 = B376]

O argumento apresentado acima é retomado por Kant nos *Prolegômenos*, ao explicar alguns dos fundamentos mais importantes da *CRP* que haviam sido mal compreendidos pelos seus contemporâneos na primeira edição da obra. Kant novamente considera que os sentidos não erram nem acertam, mas, ainda assim, fornecem um modo de representação subjetivo determinado, que, é verdade, apenas mediante as formas puras *a priori* da mente (*Gemüt*) pode adquirir objetividade, e, assim, verdade ou falsidade. É o que se lê na seguinte passagem:

Quando nos é dado um fenômeno, somos ainda completamente livres para julgar a coisa, a partir dele, como quisermos. Na verdade, aquele fenômeno repousa sobre os sentidos, ao passo que o julgamento, sobre o entendimento, e é de se perguntar se há verdade ou não na determinação do objeto. Mas a diferença entre verdade e sonho não resulta da natureza das representações relacionadas com os objetos, pois são idênticas em ambos, mas pela conexão dos mesmos de acordo com as regras que determinam as relações das representações no conceito de um objeto e até que ponto podem estar juntos

⁶² *Id Ibidem...*, pp. 27.

na experiência. E, portanto, não depende dos fenômenos se o nosso conhecimento toma ilusão por verdade, isto é, se a intuição, através da qual nos é dado um objeto, é tomada por conceito do objeto ou também da existência do mesmo, o que só o entendimento pode pensar. Os sentidos representam-nos o curso dos planetas, ora como progressivo, ora como regressivo, no que não há erro, nem verdade, pois, enquanto nos limitarmos a vir nisso só aparência, não julgamos nada sobre a constituição objetiva de seus movimentos. Mas porque, se o entendimento não tomar providências para impedir que este modo de representação subjetivo seja tomado por objetivo, pode daí facilmente resultar um juízo falso, então se afirma: eles parecem se mover para trás; só que a ilusão não deve ser lançada à conta dos sentidos, mas do entendimento, ao qual compete tirar da aparência um juízo objetivo. *Prolegômenos*, Observação III Grifos meus

Kant está, nesta passagem dos *Prolegômenos*, fornecendo uma importante justificativa para a sua tese de que os sentidos fornecem apenas o mero material do conhecimento e, assim, fornecendo um argumento para a tese de que as sensações são apenas elementos constituintes do conhecimento. É compreensível que os sentidos representem verdadeiramente, e quando consideramos a questão apenas deste ponto de vista nos surpreendemos com a recusa de Kant de considerar as sensações, por seu próprio direito, como um modo de conhecimento de objetos (e não apenas de seus aspectos). A recusa kantiana adquire força e se mostra relevante quando nos deparamos com a exigência de que todo o conhecimento deve também poder ser falso. Como poderíamos explicar a possibilidade de sensações falsas? Se os sentidos representam falsamente, então teríamos de considerar que eles representam o que não era, o não-ser. É exatamente esta questão que Kant levanta ao afirmar que a ilusão não deve ser lançada à conta dos sentidos, mas do entendimento. O quão longe não iríamos se procurássemos explicar a possibilidade de representar não-seres? Evidentemente não faz sentido afirmarmos que temos sensações falsas, já que as sensações contêm um aspecto necessariamente subjetivo e podem estar apenas se referindo aos estados do sujeito e não a um objeto. Neste sentido, não podemos afirmar de um homem que alucina que ele está tendo sensações falsas ao ver um moinho de vento como um gigante. Podemos afirmar que o entendimento e a imaginação o estão enganando, não os sentidos. Portanto, mesmo neste caso extremo, os sentidos não podem estar representando falsamente.

Já que o material do conhecimento fornecido pelos sentidos não pode satisfazer um critério crucial do conhecimento, poder ser falso, Pippin conclui que, por si só, as representações sensíveis não podem contar como um modo de conhecimento. A verdade ou falsidade e, portanto, o conhecimento somente é possível quando o entendimento unifica as diferentes representações sensíveis no juízo. Notemos que a verdade ou a falsidade é afirmada quando procuramos atribuir

objetividade ao material dos sentidos. O mero olhar, a mera sensação visual enquanto minha, é uma representação sobre a qual é possível fazer um juízo.

Mas independente de meu juízo e do conhecimento que esta informação empírica possa trazer, o meu olhar é sobre algo determinado e diferenciável. Se olho um planeta, então o meu órgão sensível leva à capacidade representativa Marte, Vênus, Júpiter e não represento estes astros como se fossem uma campina ou uma maçã. Dito de outra forma, sou constrangido pelos meus órgãos sensíveis a representar o que me aparece de acordo com o que me aparece, certamente ainda não como conhecimento constituído de maneira teórico científica, mas como algo sensivelmente determinado sobre o qual o conhecimento se constituirá.

A interpretação apresentada acima das sensações enquanto constituintes do conhecimento - como o mero material ou dados brutos - , todavia, não satisfaz aspectos importantes da teoria das sensações em particular e da teoria da sensibilidade de um modo geral como apresentado anteriormente. Defendo que, quando Kant considera as sensações como o elemento constituído (ou determinado, contraposto ao sentido apresentado acima de determinável ou de constituinte) do conhecimento, ele está realizando uma análise de uma representação empírica determinada. Não determinada no sentido de determinada pelo entendimento, mas determinada enquanto representação de um fenômeno empiricamente dado. Na medida em que a análise dirige-se a uma representação determinada e não mais à estrutura da representação, o elemento empírico não pode mais ser considerado como aquele elemento passivo-receptivo que deve ser determinado pelas formas puras *a priori* da mente sem atenção ao seu conteúdo específico. Antes pelo contrário, na medida em que Kant realiza uma análise de representações determinadas sensivelmente, as sensações fornecem justamente os conteúdos empíricos da representação, que são as qualidades empíricas tais como as cores, a impenetrabilidade, a dureza, etc. Como lemos:

Com respeito a este elemento material [sensação], cujo único modo de ser dado é o empírico, nada podemos ter *a priori* a não ser conceitos indeterminados da síntese de sensações possíveis na medida em que estas pertencem à unidade da apercepção numa experiência possível. CRP [A723 = B751]

Como fica evidente, o conhecimento *a priori* não pode determinar o específico de nossos conhecimentos *a posteriori*, sem o qual o entendimento não possui guia nem correção para desempenhar as suas atividades. Esta questão é tema da próxima seção.

3.2 A interpretação proposta e o problema do guia empírico

A partir da reconstrução do argumento que considera as sensações enquanto elementos constituintes do conhecimento e são assim mero material indeterminado para o conhecimento, surge o problema de saber em que consiste exatamente a natureza deste material fornecido pelos sentidos. Não se segue desta afirmação, entretanto, que este material entregue pelos sentidos seja simples indeterminação, já que, como vimos, Kant afirma que as sensações são uma espécie de representação [Cf. *CRP* A320 = B376].

O conhecimento de objetos requer que o múltiplo seja conceitualizado pelo entendimento, como nos mostrou o argumento de que os sentidos não julgam nem, tampouco, representam falsamente. De outra parte, entretanto, o múltiplo somente pode ser conceitualizado se puder ser determinado quais são os conceitos que podem convir propriamente ao múltiplo. Ao considerar que os sentidos fornecem o mero material para o conhecimento, ou dados brutos, incapazes, por si só, de serem um modo de conhecimento, surge o problema de explicar como o entendimento pode unificar corretamente representações se não apelarmos para aquilo que o múltiplo deve fornecer por seu próprio direito. Uma clara exposição deste problema é feita por Sassen quando afirma:

Se as operações sintéticas do entendimento não são guiadas pelo que é dado na sensação, então não faz nenhuma diferença para o entendimento qual conteúdo particular sensível é dado quando ele sintetiza aquele conteúdo. É obscuro, então, o que determina que o entendimento combine sensações de uma maneira melhor do que de outra.⁶³

Este problema não pode ser evitado se aceitarmos completamente a interpretação que considera as sensações apenas enquanto elemento constituinte do conhecimento. Parece simplesmente evidente que nas representações dadas sensivelmente o entendimento se guia pelo que é dado nas diferentes sensações, que são consideradas efeitos do objeto sobre a capacidade representativa e às quais correspondem diferentes propriedades empíricas dos objetos. Portanto,

⁶³ SASSEN, B. *Kant's Early Critics and the Question of Empirical Guidedness*, in: Akten des IX. Internationalen Kant - Kongress Band II: Sektionen I - V pág. 665.

além das considerações acerca do papel da síntese do entendimento em todo o conhecimento, há ainda a questão de determinar a natureza do que é dado sensivelmente.

Como já foi sugerido anteriormente, ambas as análises acerca do papel cognitivo das sensações podem ser compatibilizadas na medida em que consideramos que há uma diferença em termos de níveis de análise entre o que sejam os elementos constituintes do conhecimento e o que sejam as representações constituídas. Já mostramos em linhas gerais o primeiro nível de análise, o lugar transcendental que as sensações ocupam na crítica de Kant ao conhecimento.

Considerar, contudo, que o único nível de análise feito por Kant é o das sensações enquanto elementos constituintes do conhecimento, nos leva a dois problemas de difícil solução para essa interpretação: como considerar as várias afirmações de Kant de que as sensações são uma espécie de representação determinada, que representa as qualidades dos fenômenos, e como considerar que o que é dado na sensação é aquilo mediante o qual o entendimento guia as suas atividades?

3.2.1 O que, no fenômeno, contém as condições necessárias da apreensão, é o objeto.

O problema do 'guia empírico' é o problema do papel determinado do dado sensível na cognição e, assim, o problema de determinar em que medida as atividades de síntese do entendimento se guiam pelo o que é dado na sensibilidade. Esse problema seria mera especulação se Kant não abordasse essa questão e não fornecesse prontamente uma resposta clara sobre o papel desempenhado pelo dado sensível na análise da constituição (pelo entendimento) de representações empíricas determinadas.

Numa passagem importante da *Segunda Analogia*, Kant nos explica de que maneira as atividades de síntese do entendimento se guiam pelo que é dado no fenômeno de modo que possamos formar representações empíricas dos objetos. Esta explicação inicia por colocar a questão que estamos perseguindo (o problema de caracterizar um sentido em que as sensações são consideradas representações constituídas e não meras indeterminações e sem forma mediante as quais o entendimento guia as suas atividades) em termos de uma pergunta:

como pode estar ligado o diverso no próprio fenômeno?

Enfatizo que a pergunta de Kant procura uma resposta para a natureza da ligação do múltiplo sensível pelo entendimento. Uma outra maneira de fazer a mesma pergunta: de que modo as atividades de síntese do entendimento se guiam pelo que é dado no fenômeno? A resposta coloca totalmente à mostra a insatisfação com a interpretação que defende que todo o conhecimento depende exclusivamente do resultado das operações de síntese do entendimento sem levar em consideração aquilo que é dado empiricamente pela sensibilidade:

Considera-se aqui, como representação, o que se encontra na apreensão sucessiva, e o fenômeno que me é dado, não sendo mais que o conjunto destas representações, é considerado como objeto das mesmas, com o qual deverá concordar o meu conceito, extraído das representações da apreensão. Logo se vê que, sendo a verdade o acordo do conhecimento com o objeto, aqui se podem indagar as condições formais da verdade empírica e o fenômeno, por oposição com as representações da apreensão, só pode ser representado como objeto destas representações, distinto de elas, porque essa apreensão está submetida a uma regra que a distingue de qualquer outra e impõe, necessariamente, um modo de ligação do diverso. O que, no fenômeno, contém as condições desta regra necessária da apreensão, é o objeto. *CRP* [A191 = B236]

Esta passagem é fundamental para compreendermos os motivos de fundo que nos obrigam a corrigir a interpretação apresentada acima que considera as sensações apenas como um elemento constituinte do conhecimento, indeterminado e sem forma. No plano de análise que Kant desenvolve nessa importante passagem, não estão sendo consideradas as condições gerais da teoria da representação, mas, antes, a maneira como se nos apresentam os objetos empíricos de representações empíricas determinadas. As questões fundamentais para a compreensão das sensações como representações constituídas já estão presentes nessa passagem e, no que se segue, analiso os diferentes aspectos do dado sensível, mediante os quais as atividades do entendimento se guiam⁶⁴.

Inicialmente duas observações se fazem necessárias.

A primeira observação é sobre o duplo sentido que Kant dá ao conceito de 'objeto'. Nesta passagem ele está utilizando um sentido lato de 'objeto' que o equipara a fenômeno, o objeto

⁶⁴ Utilizamos como guia da interpretação que estamos sugerindo: HARPER W., *Kant's empirical realism and the distinction between Subjective and Objective Succession*, in *Kant on Causality, Freedom, and Objectivity* org William Harper e Ralf Merrbote, Minneapolis: University of Minnesota, 1984.

indeterminado de uma intuição empírica. Neste sentido lato o objeto é meramente intuitivo e não é, propriamente falando, objeto no sentido rigoroso do termo para Kant. Objeto no sentido estrito não é apenas o que é dado ou sentido, como também é o fenômeno já submetido às categorias do entendimento e, portanto, pensado. As representações parciais de uma casa são apreensões do fenômeno, mas o objeto em sentido rigoroso é apenas o objeto conceitualizado 'casa'. O importante para a compreensão desta passagem é reparar na importância que o objeto considerado em sentido lato, equiparado a fenômeno, desempenha na ligação do múltiplo dado. Ou seja, mediante o que é dado no fenômeno, isto é, intuição empírica, que as atividades de síntese do entendimento se guiam de modo a formar a representação do objeto considerado em sentido estrito.

A segunda observação deve-se ao fato de Kant estabelecer uma relação entre dois níveis diferentes de representações. Num primeiro nível, estão as representações que encontramos na apreensão sucessiva. Num segundo nível está a representação do objeto que é composta pelas representações apreendidas sucessivamente numa unidade. O primeiro nível de representações é justamente o que é dado imediatamente pela sensibilidade, - as diferentes intuições empíricas do objeto. Kant expressa este ponto da seguinte maneira: "considera-se aqui, como representação, o que se encontra na apreensão sucessiva, e o fenômeno que me é dado". Evidentemente que o dado é o que é dado mediante uma intuição empírica. É interessante relacionar esta distinção entre dois níveis de representação com a já citada passagem de B1 onde Kant afirma que a faculdade do conhecimento deve ser despertada para o exercício através de objetos que tocam os nossos sentidos e, em parte, produzem por si próprios representações e, em parte, põem em movimento a atividade do nosso entendimento para compará-las, conectá-las ou separá-las. Neste caso, a apreensão gera, em parte, representações que colocam as atividades do entendimento em funcionamento, de modo a formar a representação constituída pelo entendimento, que é propriamente onde encontramos os objetos em sentido rigoroso.

O objeto 'casa' é o resultado da síntese das representações parciais dadas pela sensibilidade ao entendimento numa unidade. Na apreensão sucessiva apreendo as paredes, as portas e janelas, o telhado, etc. em suas diferentes qualidades empíricas que me são dadas por sensações tais como formatos, cores e texturas. Na representação do objeto 'casa' o entendimento unifica estas diferentes representações parciais dadas pela sensibilidade de uma maneira não

arbitrária. Ou seja, a unificação das diferentes representações depende das características empíricas do próprio objeto (considerado como fenômeno) enquanto este afeta a minha capacidade representativa. Na medida em que estou sendo afetado, a representação do múltiplo sensível dado empiricamente *constrange* o entendimento a representar este múltiplo de representações parciais como a representação de um objeto empírico determinado. Não depende da vontade do observador que o teto fique abaixo do chão ou que a porta esteja entre as janelas, por exemplo. Quando Kant afirma que o que, no fenômeno, contém as condições desta regra necessária da apreensão é o objeto, devemos entender que é necessário que o objeto forneça a regra da apreensão e, dessa maneira, constranja o que é possível representar como objeto a partir das diversas representações sensíveis que vêm ao encontro do sujeito.

Kant fornece um exemplo esclarecedor sobre como o entendimento se guia, mediante as representações parciais dadas pela sensibilidade, de modo que a representação do objeto deva depender não apenas da síntese do múltiplo pelo entendimento, mas também do que é dado empiricamente enquanto representação sensível na apreensão do objeto.

No exemplo anterior de uma casa, as minhas percepções podiam começar na apreensão do teto e terminar no seu chão, mas também começar embaixo e terminar em cima, do mesmo modo como podiam apreender à direita ou à esquerda o múltiplo da intuição empírica. Na série dessas percepções não havia, portanto, nenhuma ordem determinada que tornasse necessário onde eu teria que começar na apreensão para ligar empiricamente o múltiplo. Esta regra, porém, encontrar-se-á sempre na percepção daquilo que acontece, e ela torna necessária a ordem das percepções que se sucedem (na apreensão deste fenômeno). *CRP* [A182-3 = B237-8]

Assim, se devemos seguir a tese expressa neste texto de que o entendimento se guia pelo que é dado no objeto para a organização do múltiplo apreendido sucessivamente, então a representação do que é dado na sensibilidade, a intuição empírica e a representação das qualidades sensíveis tais como o formato, as cores, a dureza, o peso, a impenetrabilidade, etc., desempenham um papel central na apreensão dos objetos para o conhecimento. Kant afirma que a regra de ligação do múltiplo encontra-se sempre na percepção, na medida em que são precisamente os dados da sensibilidade, como representações parciais (as propriedades ou qualidades) empíricas dos objetos, que fornecem à capacidade representativa os materiais para que formemos a representação do objeto empírico 'casa'.

Neste sentido, o entendimento determina o que é representado apenas na medida em que as informações empíricas são dadas na apreensão. É importante observarmos que mesmo quando o entendimento determina o múltiplo da sensibilidade na representação do objeto empírico 'casa', as intuições empíricas conceitualizadas que formam a representação empírica 'casa' são ainda intuições empíricas, ou seja, a representação da 'casa' ainda é uma representação intuitiva da 'casa', mas, agora, pensada ou apreendida conceitualmente. Aquila observa que as intuições "são conceitualizadas em virtude de alguma alteração interna ou elevação, não em virtude de alguma coisa que é anexada ou imposta a elas."⁶⁵ Esta observação deve ser feita para evitar atribuir ao entendimento uma função criativa, no sentido de fornecer elementos para a representação do objeto empírico 'casa' que não sejam dados na sensibilidade. Ou, dito de outra maneira, para evitar considerar que a ligação do múltiplo sensível pelo entendimento seja arbitrária.

Com o que foi dito acima, devemos abandonar parcialmente a interpretação de que as sensações são apenas os elementos constituintes do conhecimento, porque o que é dado pela sensibilidade desempenha um papel fundamental para a representação de objetos pelo entendimento. Nesse sentido, além de considerar o dado empírico da sensibilidade um elemento constituinte na análise da estrutura geral da representação, Kant também considera que, ao analisar representações empíricas determinadas, o que é dado empiricamente fornece a regra que torna necessária a representação empírica de um modo determinado. Como Kant afirma que o que é dado empiricamente é o que é próprio da sensação Cf. *CRP* [B34; B74-5] e que a representação de um objeto empírico depende do que é dado empiricamente, e, já que é este dado empírico que justifica a ligação do diverso numa representação determinada, então Kant sustenta que o que é dado empiricamente são representações determinadas mediante as quais o entendimento se guia para formar representações de objetos no sentido rigoroso de objeto. Por conseguinte, devemos concluir que apenas quando as representações empíricas são constituídas pelo que é dado empiricamente na sensibilidade (por meio de sensação), o entendimento se guia de modo a formar representações empíricas de objetos determinados.

⁶⁵ AQUILA R., *Matter in Mind: A Study of Kant's Transcendental Deduction*, Bloomington, IND: Indiana University Press, 1989. p. 5.

3.2.2 O entendimento se guia pelo que é dado na afecção

As faculdades de conhecimento, sensibilidade e entendimento, embora envolvam representações *a priori* - forma da intuição e categorias - por si sós não têm conteúdos, qualidades ou propriedades sensíveis, já que estas dependem da experiência e somente podem ser dadas *a posteriori*, portanto, dependem do que seja dado por intermédio dos sentidos.⁶⁶ Como vimos, Kant distingue entre as diferentes funções cognitivas que devem ser atribuídas aos elementos da sensibilidade, as suas formas e as suas matérias, e estabelece que as formas da sensibilidade, espaço e tempo, por si sós, não podem ser percebidas. Para tanto, é necessário que algo, mediante a sensação, seja dado, de modo que possamos, com isto, perceber algo locado no espaço e no tempo. Portanto, as sensações, que fornecem os conteúdos para as intuições e conceitos, de uma certa forma, constroem as atividades da mente na medida em que apenas por intermédio dos sentidos que as intuições e os conceitos adquirem conteúdos e podem, assim, serem percebidas. Este constrangimento deve-se ao fato de que o que é dado mediante sensação não depende da vontade do sujeito que percebe. Isto é, caso eu olhe para uma bola azul em minha frente, não posso evitar (não depende de minha vontade) a intuição empírica com um conteúdo determinado, a saber, de uma bola da cor azul. Na medida em que os conteúdos das representações são fornecidos por afecção, a mente (*Gemüt*) é constrangida a representar esta afecção enquanto uma representação sensível dotada de propriedades empíricas determinadas que apenas a experiência pode fornecer. Desta maneira, as sensações que percebo como efeitos de um objeto preenchem as representações formais do tempo e do espaço com conteúdos empíricos determinados de modo que sejam formadas intuições empíricas..

Na passagem da *Segunda Analogia* [*CRP* A191 = B236] analisada acima, Kant afirma que o que guia as atividades do entendimento é o objeto, e, assim, o que é dado empiricamente pela sensibilidade. De fato, o que é dado pela sensibilidade não é o objeto constituído (porque para a constituição de um objeto para o conhecimento é imprescindível a atividade de síntese do entendimento), mas as representações parciais dadas pela sensibilidade, intuições empíricas e,

⁶⁶ Cf. texto já citado de *CRP* [B207]

nesta medida, as formas puras da sensibilidade mais o que é dado, mediante sensações, empiricamente, ou seja, as propriedades empíricas. Harper parece enfatizar a tese expressa por Kant na *Segunda Analogia* de que o entendimento se guia pelo que é dado empiricamente ao comentar a seguinte peculiaridade cognitiva fundamental das sensações:

Quando eu olho uma bola, o que eu vejo depende da bola, das circunstâncias perceptivas, e de minhas circunstâncias psicológicas; mas dada a especificação destas contingências ela é independente da minha decisão. Eu posso decidir olhar ou não olhar mas, se eu olho, o que eu vejo não é decidível por mim. De acordo com Kant, sensações são essenciais para esta independência. Neste sistema elas ligam minha maquinaria mental ao mundo. [Grifos meus]⁶⁷

É esta ligação da maquinaria mental com o mundo que é estabelecida mediante sensações dos aspectos dos objetos que se me apresentam e que possibilitam que as atividades de síntese do entendimento se guiem pelo que é dado pela sensibilidade. Ao ser constrangido (porque não depende de minha vontade) a representar a bola como uma bola quando olho para aquele objeto esférico em minha frente, não estou simplesmente atestando a existência deste objeto. Este objeto me é percebido mediante as suas propriedades empíricas que não são propriedades do sujeito (ainda que as condições cognitivas, quer empíricas, quer transcendentais do sujeito sejam imprescindíveis para a percepção dessas propriedades), mas são propriedades que também dependem de quais sejam as propriedades empíricas que o fenômeno apresenta e que o sujeito, ao percebê-las, conceitualiza. Ou seja, o fenômeno é constituído pelo entendimento como um objeto na medida em que tenho impressões sensíveis dele, e na medida em que o entendimento sintetiza estes materiais sensíveis determinados que constroem a minha capacidade de representação, de modo que a representação do objeto em sentido estrito pelo entendimento não depende apenas das regras de síntese do entendimento, mas daqueles constrangimentos empíricos dados pelo objeto no sentido lato (o fenômeno). No exemplo de Harper acima, represento uma bola enquanto uma bola porque ela me foi dada empiricamente e pelo fato de suas propriedades empíricas (as suas qualidades) terem sido dadas é que se torna possível pensá-la enquanto um objeto conceitualizado como bola pelo entendimento.

⁶⁷ HARPER W., *Op. Cit.*, 267.

4. A DOCTRINA DAS SENSACÕES NO PRINCÍPIO DAS ANTECIPAÇÕES DA PERCEPÇÃO COMO RESPOSTA AO GUIA EMPÍRICO

Neste capítulo avanço na análise da doutrina das sensações ao apresentar e interpretar o princípio das *Antecipações da Percepção*, ou seja, ao procurar *refinar* a análise da relação que Kant estabelece entre as sensações objetivas e as atividades do entendimento - o que a tradição convencionou chamar de 'problema do guia empírico'. É na análise deste princípio cercado de dificuldades que considero que estejam esboçadas as grandes linhas para a explicação da questão do 'guia empírico', ou seja, para a explicação de *como* as atividades do entendimento são guiadas pelo que é dado na sensação. Na primeira parte deste capítulo estudo os pressupostos histórico-teóricos que Kant assume ao considerar a percepção como passível de mensuração e, assim, de matematização. Na segunda parte do capítulo apresento o princípio das *Antecipações da Percepção*, que mostra que o "real, que é objeto de sensação, tem uma grandeza intensiva, isto é, um grau". Desse modo, será esboçado a resposta ao problema do guia empírico, pois o entendimento se guia pelo que é dado no fenômeno na medida em que pode, em princípio, mensura-lo.⁶⁸

4.1 Pressupostos da Análise

⁶⁸ Pippin busca uma resposta a esta questão a partir da filosofia de Sellars, o que consideramos insatisfatório para os propósitos de uma interpretação da filosofia de Kant.

A análise do princípio das *Antecipações da Percepção* é o lugar sistemático onde Kant apresenta em maior detalhe a sua concepção da relação entre as atividades do entendimento e a doutrina das sensações. Entretanto, esse princípio é especialmente difícil e há certos pressupostos adotados por Kant que necessitam ser explicitados. Para tanto, inicio a análise do princípio de uma perspectiva mais ampla, da história das idéias, procurando situar a discussão de alguns dos seus principais pressupostos a partir do momento histórico em que Kant desenvolveu a sua filosofia. O chão histórico da *CRP* é o momento de afirmação da física newtoniana, que envolve uma nova concepção da natureza e da ciência da natureza. Essa concepção de ciência e de natureza que nasce com Newton é decisiva para a compreensão do sensível em Kant, e a teoria da sensação de Kant está decisivamente relacionada a essa nova concepção da ciência da natureza. Portanto, uma análise mais acurada do que é dado na sensação e da maneira como o entendimento se guia por este dado depende também da compreensão da concepção de ciência da natureza adotada e pressuposta por Kant.

Ressalto, entretanto, que a análise que se segue é uma *tentativa* de aprofundar a análise do guia empírico de modo a explicitar algumas relações que Kant estabelece entre o dado empírico e as atividades do entendimento. Quais sejam: os conceitos de realidade, grandezas intensivas e qualidades. Uma apresentação completa de toda a questão ultrapassaria em muito o escopo deste estudo e, num certo sentido, é a própria questão da *CRP*.

4.1.1 O acesso ao mundo dos fenômenos é o acesso ao mundo newtoniano

O mundo físico (objetivo) que Kant pretende constituir com a sua análise da experiência é o mundo que nós conhecemos e ao qual temos acesso. O modo como temos acesso a este mundo é, entretanto, algo um tanto quanto vago, já que há diversas maneiras de compreender o modo de acesso aos objetos mediante afecção. Mas Kant, ao tratar do modo de acesso que temos mediante sensações objetivas refere-se especificamente (na primeira *Crítica*) ao acesso ao mundo físico *newtoniano* e este mundo, que é objeto de estudo da ciência da natureza, é considerado como a

interação de forças entre si e com a nossa capacidade de representação⁶⁹. O tratamento kantiano das sensações na *CRP* está voltado especificamente para a compreensão de como temos acesso e como interagimos com este mundo de interações físicas entre essas forças de modo a termos conhecimento. Este tratamento não é, contudo, empírico e a *CRP* estabelece unicamente as condições transcendentais para as sensações (o que é especificamente empírico em nossa cognição) que fundamentam - em parte - a ciência da natureza.

4.1.2 Uma complexa operação cognitiva

Uma conseqüência fundamental da concepção kantiana das sensações objetivas consiste, como vimos no Capítulo 2, na redução da nossa apreensão dos objetos empíricos, de uma flor, por exemplo, numa complexa operação cognitiva onde apreendemos as diferentes propriedades físicas do objeto flor, tais como a cor, a dureza, a textura, o odor, etc., que são os materiais das intuições empíricas. A estas se conjugam as estruturas *a priori* das formas da intuição pura, espaço e tempo. O resultado da união de matéria e forma da intuição empírica é, então, processado pelo entendimento, que o subsume às categorias puras do entendimento, de modo que possamos atribuir conceitos e, assim, julgar, refletir e abstrair sobre a flor que, eventualmente, pode estar em nossas mãos. Em todo este complexo mecanismo, o que é abstraído para a compreensão das estruturas transcendentais da mente (*Gemüt*) é justamente o que há de especificamente empírico em nossas cognições. É a nossa experiência fática e, por conseguinte, o mundo tal qual estamos acostumados a interagir e conhecer – que apresenta uma flor em minhas mãos como sendo apenas uma flor, e não um conjunto de propriedades empíricas interagindo com a capacidade de representação de acordo com certas regras estabelecidas *a priori*. Do mesmo modo, a cor vermelha da flor é apenas uma cor e não uma propriedade empírica que pode ser mensurada em termos de graus. Quando perguntamos sobre as sensações objetivas na experiência já analisada, a resposta de Kant *não* resulta na reconstituição do mundo objetivo tal qual o senso comum o concebe. Antes, o mundo objetivo perde a sua familiaridade porque a flor é vista como

⁶⁹ Sobre este ponto, Heidegger faz a seguinte afirmação: "A experiência, no sentido do experimentado e do experimentável, no sentido de objeto da experiência, é a natureza, entendida na acepção dos <princípios> de Newton, como <Systema Mundi>. *Op. Cit.* P. 127-8.

o resultado de afecções de um conjunto de forças em interação conosco que estão como que incrustadas na estrutura transcendental que nos é necessária para o conhecimento e que depende de síntese do entendimento para ser considerada um *objeto* no sentido kantiano. Assim, ao fim e ao cabo, a resposta à pergunta: o que são as sensações objetivas? é desconcertante. O especificamente empírico é algo tão abstrato que se torna extremamente difícil de capturar, pois ele é o *efeito* (de uma força na aceção da ciência da natureza da época de Kant) sobre a capacidade representativa, onde a caracterização deste efeito passa por uma complexa interação da filosofia crítica com a ciência da natureza de Newton. É bem verdade que a *CRP* não trata do estudo das forças físicas, mas é o solo no qual são fundadas as condições de possibilidade do conhecimento da ciência da natureza. Adicionalmente, é na *CRP* que é esclarecido que o tratamento das sensações deve ser transcendental e não empírico, pois a preocupação de Kant consiste em determinar as características de uma sensação *em geral*, isto é, (surpreendentemente) sem levar em conta os elementos empíricos presentes em cada sensação particular. Ora, este nível de análise é o que anteriormente havíamos denominado de sentido constituinte - ainda que este pressuponha que as sensações, ao serem dadas, são necessariamente dadas de maneira constituída - e é precisamente o sentido da análise da *estrutura da representação*, onde Kant determina o lugar dos diversos elementos constituintes do conhecimento na paisagem transcendental.

Na *CRP*, Kant se limita a investigar a matéria da *representação* e não a matéria do fenômeno, considerando que a primeira nos é dada, como vimos, por meio de sensação⁷⁰. Nos

⁷⁰Lorne Falkenstein em seu *Kant's Intuitionism: A Commentary on the Transcendental Aesthetic* p.106 considera que existem três diferentes posições que alguém poderia adotar sobre a maneira como Kant vê as sensações agindo na cognição: 1) sensações são a matéria dos fenômenos; 2) sensações são a matéria das intuições, mas não dos fenômenos; 3) sensações são sentimentos que se referem a nada mais do que elas mesmas e pelas quais o sujeito é meramente informado que é afetado. Elas apenas correspondem às matérias representadas na intuição, mas não são elas mesmas matérias ou da intuição ou do fenômeno. Ainda segundo o autor, a visão 2 pode ser considerada de duas maneiras: 2a) sensações são matéria de intuições externas (espaço-temporais) tanto quanto de internas (estritamente temporais); 2b) sensações são matéria apenas de intuições internas. Falkenstein argumentará que a posição de Kant sobre as sensações é melhor capturada pela visão 2a. Esta classificação feita por Falkenstein resume parcialmente as discussões feitas em língua inglesa sobre o papel cognitivo das sensações na *CRP*. Como o autor citado, consideramos que as sensações são a matéria das intuições tanto externas quanto internas e, já que elas também fornecem o conteúdo para o entendimento, são as matérias de nossas representações. Há, todavia, uma relação fundamental entre a matéria do fenômeno e a matéria da representação, posto que é mediante esta relação que a noção de verdade por correspondência é possível. Ainda que obscura, a distinção entre matéria do fenômeno e matéria da representação deve, de algum modo, ser mantida (a despeito da posição de Kant no Quarto Paralogismo e de comentadores como R. AQUILA), sob pena de cairmos no idealismo. Pois quando olho o campanário da igreja através da janela, eu vejo o fenômeno - o objeto - e não a sua representação. Tampouco consideramos a posição de

PPMCN, Kant trata da matéria *do fenômeno*. Portanto, na *CRP* Kant investiga o *efeito* das forças físicas interagindo entre si e em relação à nossa capacidade de representação. O estudo das condições *a priori* da representação orienta e fundamenta decisivamente a compreensão e o conhecimento do mundo físico newtoniano. Esta investigação não versa sobre as condições empíricas do mundo, já que esta seria uma investigação empírica sobre fatos contingentes, mas sobre as *condições transcendentais* requeridas para se pensar os objetos da física newtoniana e, desse modo, fundamentar a possibilidade da ciência da natureza. É neste contexto de constituição das condições transcendentais do conhecimento do *objeto* kantiano - entendido como objeto da ciência da natureza tal qual concebida por Newton - que Kant apresenta a análise transcendental das sensações objetivas, ou seja, consideradas enquanto elementos constituintes do conhecimento.

4.1.3 A concepção de natureza e a fundamentação transcendental da *CRP*

A fundamentação transcendental da ciência da natureza é efetuada na *CRP* porque a própria compreensão do que sejam a natureza (ou a experiência) e a *ciência* depende de caracterizações necessárias e universais, que, para Kant, podem ser estabelecidas somente *a priori*.⁷¹ Mediante o estabelecimento das regras *a priori*, é circunscrito o *domínio* e a maneira como podem ser considerados os objetos passíveis de conhecimento legítimo. A fundamentação transcendental é requerida para se pensar os objetos do mundo físico newtoniano porque é esta fundamentação que determina, para usar uma expressão cara a Heidegger, *a coisalidade da coisa*.⁷² Ou seja, a compreensão do mundo físico, e mesmo a sua possibilidade de compreensão dependem de que, de um ponto de vista geral, o ser das coisas seja compreensível de antemão, *a priori*. Somente mediante esta compreensibilidade essencial, fundada e delimitada *anteriormente* a toda a experiência é que a ciência da natureza, tal qual Kant a concebia, é possível.

que as sensações seriam meros sentimentos, posto que o §3 da *CFJ* é suficientemente explícito quanto a esta distinção.

⁷¹ Esta é a famosa revolução copernicana de Kant, que considera que a *CRP* “é um tratado acerca do método, não um sistema da própria ciência; porém, circunscreve-a totalmente, não só descrevendo o contorno dos seus limites, mas também a sua estrutura interna.” *CRP* B XXII

4.1.4 A razão humana é antecipadora

É importante observar que, num certo sentido - em seu aspecto formal - a constituição dos objetos fenomênicos é realizada previamente, isto é, *antes* do objeto empírico (a matéria das minhas representações) me ter sido dado. Este é um dos aspectos mais instigantes do *a priori* kantiano. Isto denota uma importante característica do pensamento kantiano: a razão humana é *antecipadora*. Ela antecipa *a priori* um conjunto de características (formais) que delimitam e determinam o domínio do que pode nos ser dado na experiência (os elementos materiais). Este fato fundamental da filosofia kantiana tem importantes desdobramentos no tratamento das sensações objetivas e na relação que Kant estabelece entre a filosofia da primeira crítica e a ciência da natureza newtoniana, porque mesmo o que é especificamente empírico - a sensação (em geral) - pode ser *antecipado*, pois esta também possui condições formais que circunscrevem e delimitam anteriormente a todo o dado sensível o que pode e de que maneira algo pode ser considerado legitimamente como uma sensação. O esclarecimento geral da maneira como a razão humana pode antecipar certos aspectos - os necessários e universais - da cognição empírica, é feito com atenção à relação que Kant estabelece entre matemática e ciência da natureza.⁷³

4.1.5 Ciência da natureza e matemática

Ao explicar o conteúdo essencial da *CRP* nos *Prolegômenos*, Kant desdobra a questão da possibilidade da metafísica como ciência em quatro perguntas⁷²: 1) Como é possível a matemática pura? 2) Como é possível a ciência pura da natureza? 3) Como é possível a metafísica em geral? 4) Como é possível a metafísica como ciência?⁷³, afirmando que a "solução destas tarefas deve

⁷² Cf. *Op. Cit.*.

⁷³ Kant afirma que as sensações fornecem à capacidade de representação as *qualidades empíricas dos objetos*. [*CRP* A175=B217] É justamente porque a tal espécie de representação [*CRP* A320=B376-7] é atribuída a representação das qualidades que o fundamento metafísico da ciência da natureza deve ser procurado - ainda que parcialmente - nas *Antecipações da Percepção*. Neste princípio Kant apresenta de que maneira é possível matematizar as qualidades - isto é, é considerar as qualidades não como grandezas extensivas, mas intensivas - que podem ser mensuradas em graus.

constituir o conteúdo essencial da *Crítica*”⁷⁴ Vemos, deste modo, a *centralidade* que a busca pela determinação do estatuto científico das diferentes áreas do conhecimento como ciência representa para o projeto crítico.

Mas, para além da determinação do domínio de cada uma das ciências, Kant estabelece, ao menos entre duas delas, uma *relação de ordem*. Como lemos: "a teoria da natureza conterà tanta ciência genuína quanta a matemática que nela aplicar se pode" [*PPMCN* Ak9]. Esta relação de ordem que Kant estabelece entre a matemática e a possibilidade da ciência da natureza é essencial para compreendermos por que Kant trata das sensações objetivas da maneira que o faz na *CRP*. Podemos apreender dos textos apresentados acima duas teses fundamentais de Kant acerca da possibilidade de uma ciência da natureza:

- 1) A possibilidade de haver uma ciência pura da natureza *depende* de uma caracterização *metafísica*, que deve ser procurada e encontrada na *CRP*;
- 2) A possibilidade de haver uma ciência da natureza *depende* que esta possa ser matematizável; Em outras palavras, a possibilidade da ciência pura da natureza depende da possibilidade de se poder matematizar *a priori* (metafisicamente) a ciência da natureza.

Com essas caracterizações podemos observar que, ao estabelecer esta relação de ordem entre a matemática e a ciência da natureza, há uma visão de *matematização* da ciência da natureza fundamentada metafisicamente, algo que, como nota Heidegger, constitui-se como o modo de pensar essencialmente moderno. Esta questão não é de somenos importância em nosso estudo. Considerando que a totalidade da *ciência* pura da natureza é exatamente igual à possibilidade de matematizar o mundo dos fenômenos, então a possibilidade de fundar a ciência da natureza como matematizável deve ser procurada e encontrada na fundamentação própria do *objeto* kantiano, isto é, na *Analítica dos Princípios*.

Adicionalmente, os textos apresentam a possibilidade da matemática e da ciência da natureza como questões particulares da questão geral da possibilidade da metafísica como

⁷⁴ *Prolegômenos*, §5, p. 24 Ed. Os Pensadores.

ciência. Desse modo, a relação que Kant estabelece entre matemática e ciência da natureza deve ser procurada, não no âmbito das ciências particulares e de suas relações perspicuas, mas no âmbito da metafísica, ou, de maneira mais precisa, no âmbito da filosofia transcendental.

A questão que nos aflige no momento consiste em compreender de que modo a matemática torna-se condição de possibilidade da ciência da natureza, isto é, de que maneira a matemática contribui para a determinação *a priori* do que seja ciência da natureza. Ao colocarmos o problema nesses termos, parece simplesmente evidente que a concepção kantiana de matemática *neste contexto* não pode ser apenas a concepção da *ciência* da matemática do seu tempo, mas uma questão anterior que abrange tanto o domínio legítimo da ciência da matemática quanto o domínio da ciência pura da natureza.⁷⁵ Portanto, a questão fundamental consiste em esclarecer o que Kant entende por matemática neste contexto.

4.1.6 O projeto matemático

O sentido que Kant estabelece da matemática ao considerá-la como condição de possibilidade da ciência da natureza não é no sentido *estrito* de ciência da matemática tal qual os nossos contemporâneos a estudam, é sim o princípio anterior à ciência da matemática, que a fundamenta e a determina. Chamaremos esta perspectiva anterior à ciência da matemática, acompanhando Heidegger, de *projeto matemático*. O matemático é anterior à matemática (entendida no sentido estrito de ciência da matemática) da mesma maneira que a filosofia (no sentido do filosofar) é anterior à filosofia enquanto um *corpus* doutrinário. O matemático é, assim, uma certa perspectiva que deve ser assumida anteriormente a constituição da ciência da matemática e que a orienta e a determina em seus aspectos fundamentais. Heidegger, de quem tomamos a lição e que analisa esta questão detalhadamente, faz a seguinte ponderação:

A pergunta decisiva é esta: que significa aqui «matemática» e «matemático»? Parece que só podemos fornecer a resposta a esta questão a partir da própria

⁷⁵ Allison argumenta, no contexto da *Estética*, que a legitimidade da fundamentação kantiana da matemática *não depende* da legitimidade da matemática euclidiana. *Kant's Transcendental Idealism: An Interpretation and Defense*. New Haven and London: Yale University Press, 1983. p.99.

matemática. Isto é um erro, na medida em que a própria matemática é uma configuração do matemático.⁷⁶

Ao interpretar que a matemática é uma configuração do matemático, Heidegger considera que o matemático é uma *perspectiva* a partir da qual consideramos as coisas (especialmente no que nos preocupa: a ciência da natureza). É uma perspectiva assumida de antemão e que resulta num considerar prévio acerca das coisas que já conhecemos e a qual, "num certo modo, levamos conosco até elas". Mas é uma perspectiva que se assumiu com o pensamento moderno e o constitui. Não pretendemos apresentar a tese de Heidegger sobre a consolidação do projeto matemático como o modo de pensar essencialmente moderno, porque isto nos aproximaria da filosofia de Heidegger e nos distanciaria demasiado dos objetivos propostos neste trabalho. Apresentaremos apenas em linhas gerais o que se configura como características essenciais do projeto matemático e que, consideramos, encontram-se presentes como pressupostas na concepção kantiana do conhecimento de um modo geral e das *Antecipações da Percepção* especificamente. Fazemos isto apenas na medida em que uma caracterização geral da essência do projeto matemático nos permite: i) entender a exigência kantiana de que a matemática é condição de possibilidade da ciência da natureza; ii) enxergar por que Kant trata as sensações objetivas num princípio que se intitula *Antecipações da Percepção*; iii) por que a antecipação do que é próprio do elemento empírico envolve a possibilidade *mensurá-lo* em termos de graus; e, iv) explicitar o papel cognitivo das sensações à medida que se esclarece a ligação entre matemática, ciência da natureza e as quantidades intensivas (qualidades)⁷⁷. Estas questões não se mostram de imediato no confronto com o texto, e necessitam ser explicitadas.

⁷⁶ HEIDEGGER M., *Que é uma coisa?* . p.75.

⁷⁷ Notemos que a explicação do papel cognitivo desempenhado pelas sensações na *CRP* pode ser traduzida, *salva veritate*, na explicação de por que é possível antecipar à experiência a mensuração das sensações em termos de graus. Acerca das sensações é possível afirmar: i) há um elemento anterior a toda experiência presente em toda a sensação possível que é esclarecido na *Análítica dos princípios*; ii) a concepção kantiana das sensações envolve também uma concepção matematizada da natureza e a relação entre ambas é encontrada anteriormente a toda a experiência. iii) a matematização das sensações implica que a visão de natureza subjacente a esta concepção é igualmente matematizada. iv) o conteúdo propriamente empírico das sensações é dado somente *a posteriori*, ainda que as suas condições de possibilidade sejam dadas *a priori*. Com iii, torna-se claro que a explicação é circular. Como nota Heidegger, a explicação dos princípios adotada por Kant é circular, porque: "Os princípios são demonstrados por um regresso àquilo cujo surgimento eles possibilitam, na medida em que estes princípios não devem trazer à luz do dia senão este movimento circular, porque este movimento constitui a essência da experiência. (...) Os princípios são proposições que fundamentam o que os demonstra e que estabelecem esse fundamento sobre o que os demonstra. Dito de outra forma: o fundamento posto por eles, a essência da experiência, não é uma coisa subsistente, em direção

O projeto matemático determina uma certa perspectiva de apreensão dos objetos que experienciamos *anteriormente* à própria experiência. É uma certa maneira de considerar o objeto que, ao mesmo tempo o antecipa e o ultrapassa. Antecipa certas características do objeto que são determinadas anteriormente à experiência. Por exemplo, o fato de todo o objeto físico - objeto de estudo da ciência da natureza - ter anteriormente à experiência uma permanência no tempo, uma figuração espacial e estar submetido a relações de causa e efeito. Mas, ao mesmo tempo em que tais características são dadas e pensadas anteriormente à experiência, elas também ultrapassam o objeto, à medida que é possível estabelecer relações e analisar conexões entre os objetos e, assim, fundar uma ciência, a partir das propriedades que podem ser antecipadas. Numa palavra, a partir da antecipação de certas propriedades dos objetos, podemos ultrapassá-los e considerá-los como parte de um sistema da natureza, como constituintes de uma ciência que se preocupa em estudar as relações que os objetos físicos podem ter conosco e entre si de maneira antecipada.⁷⁸

A antecipação de quais são as propriedades dos objetos não é, entretanto, fortuita. Ela é fundada de maneira *axiomática* e tem a sua expressão na letra de Kant no *Sistema de Todos os Princípios do Entendimento Puro*. Um pequeno conjunto de axiomas (entendidos, evidentemente, não como axiomas matemáticos, mas transcendentais) estabelece o domínio e determina as condições de possibilidade do conhecimento das propriedades (formais) presentes em todos os objetos; numa palavra, determina o domínio da possibilidade da experiência.⁷⁹ Tal conjunto de propriedades que delimitam o domínio da experiência é antecipável, pode ser determinado *a priori* – e é estabelecido de maneira tal que há um "agarrar prévio" dos objetos - em suas características essenciais.

Ao considerar que o que pode ser antecipado de um objeto pode ser igualmente antecipado dos demais objetos e que tais antecipações podem ser organizadas de maneira axiomática, Kant determina o *domínio* que engloba todas as coisas que possuem tal essência e

à qual possamos regredir e sobre a qual possamos, em seguida permanecer. A experiência é um acontecimento que, em si mesmo, origina um círculo e pela qual se abre aquilo que se encontra no interior do círculo. Mas este aberto não é senão um «entre» - entre nós e a coisa." HEIDEGGER M., *Que é uma coisa* PP. 229-30.

⁷⁸ Não é precisamente este movimento que demonstra a possibilidade da ciência da natureza *a priori*?

⁷⁹ Tal posição não poderia ser melhor expressa por Kant do que na formulação dos *Postulados do Pensamento Empírico*, especialmente quanto à formulação do *Primeiro Postulado*, onde lemos: "O que está de acordo com as condições formais da experiência (quanto à intuição e aos conceitos) é possível." [CRP A218 = B266]

que são, em princípio, objetos possíveis de experiência. Este domínio antecipadamente caracterizado é o domínio da possibilidade da experiência. Como escreve Heidegger ao caracterizar a concepção de natureza moderna:

A natureza já não é mais o que, como faculdade interna do corpo, determina a forma do seu movimento e do seu lugar. Natureza é agora o domínio, esboçado no projeto axiomático, da conexão dos movimentos espaciais uniformes, no qual, somente, os corpos nele inseridos podem ser corpos.⁸⁰

Assim, a ciência da natureza já não investiga mais as propriedades e a natureza interna de cada objeto. A determinação da essência do objeto não é mais - tal como os antigos faziam - realizada analisando as leis internas e os movimentos próprios de cada objeto conforme a sua natureza específica. Antes, as leis são gerais, são válidas em *todo* o domínio circunscrito de maneira axiomática e *definem* o que pode ser considerado legitimamente como um *objeto* e de que maneira ele pode ou deve interagir com os demais objetos do seu domínio. Esta nova maneira de considerar os objetos – ao mesmo tempo submetidos e explicitados por axiomas gerais - considera que os corpos não têm propriedades, forças ou poderes internos, ocultos ou escondidos. Eles se apresentam apenas em relações espaciais e temporais, de quantidade de massa e de atividade das forças. Ora, é justamente sobre a antecipação das quantidades de força presentes nos objetos da experiência possível que versa o princípio das *Antecipações da Percepção* (Cf. Cap. 4, seção 4.2.2.2). O importante a observar é que a *maneira* como os objetos se mostram - como fenômenos - é indicado antecipadamente pelo projeto matemático a partir de axiomas. Esta determinação do domínio dos objetos anteriormente à experiência torna possível *questionar* sobre a essência de algum objeto da experiência anteriormente à doação do objeto, da mesma maneira que "põe antecipadamente as condições a partir das quais a natureza deve responder de tal ou tal modo"⁸¹.

Temos, como consequência do que foi exposto, que o projeto matemático estabelece a partir de axiomas a *uniformidade entre todos os corpos*, que é estabelecida tanto em relação ao tempo e ao espaço, quanto ao movimento.⁸² Já que todos os corpos estão submetidos ao mesmo

⁸⁰ HEIDEGGER M., *Que é uma coisa?*. p.93.

⁸¹ *Id. Ibidem.*

⁸² Heidegger argumenta que a primeira formulação desta maneira de conceber a natureza e os objetos circunscritos em seu interior é a formulação da lei da inércia feita por Newton. *Que é uma coisa?*, p.84.

conjunto de regras e compartilham igualmente a mesma essência que os torna objetos, é razoável supor que, dada esta *homogeneidade* fundamental, todos os corpos sejam mensuráveis de acordo com os mesmos critérios (justamente os critérios estabelecidos antecipadamente). Evidentemente, o pressuposto de que todos os objetos de uma intuição em geral são igualmente mensuráveis *não* deve ser procurado na ciência da matemática, mas no que a fundamenta e, assim, a legitima: a filosofia transcendental. Como lemos:

É certo que, na Analítica, na tábua dos princípios do entendimento puro, também mencionei certos axiomas da intuição; simplesmente, o princípio aí citado não era ele mesmo um axioma, mas servia unicamente para fornecer o fundamento de possibilidade dos axiomas em geral e era apenas um princípio extraído de conceitos. De fato, a possibilidade da matemática deve ser demonstrada na filosofia transcendental. CRP [A733 = B 761]

A uniformidade dos objetos estabelecida na filosofia transcendental requer uma possibilidade de mensuração que seja igualmente aplicável a todos os objetos da natureza. Tal possibilidade de mensuração, universalmente idêntica, é o *número*. O número possibilita a mensuração de todos os fenômenos (por definição, os objetos da *nossa* experiência), porque somente podemos perceber os objetos localizados no *continuum* espaço-temporal e como objetos empíricos – ou seja, objetos dotados de propriedades empíricas que *preenchem* este *continuum*.

A partir da possibilidade da mensuração (e, assim, da própria inteligibilidade do dado sensível) de todos os objetos circunscritos no domínio da possibilidade da experiência, é possível construir uma matemática específica que se aplique a ele. O projeto matemático estabelece, assim, uma matemática específica, aplicável a todos os corpos delimitados e determinados pelos seus axiomas. Como lemos:

Mas determinar *a priori* no espaço uma intuição (uma figura), dividir o tempo (a duração) ou simplesmente reconhecer o que tem de universal a síntese de uma só e mesma coisa no tempo e no espaço e, como resultado, a grandeza de uma intuição em geral (o número), é *operação racional* por construção de conceitos e chama-se *matemática*. CRP [A724 = B752] *Grifos do autor*.

A matemática oriunda do projeto matemático é uma matemática que torna possível a mensuração dos objetos circunscritos no domínio da experiência (o que Kant chama de *intuição em geral*). Tal mensuração é garantida, por sua vez, no bojo do projeto matemático, que fundamenta a própria noção de mensurabilidade das quantidades que nós homens podemos intuir: quantidades extensivas e intensivas (Cf. Cap 4, seção 4.2). Assim, a ciência da matemática tal

como entendida por Kant implica numa certa compreensão da natureza onde *todos os objetos* – uma intuição em geral que contém sensações em geral - *são mensuráveis* a partir do número, porque todos os objetos do domínio (a natureza que deve ser compreendida pela ciência da natureza) são homogêneos. Porque é possível mensurar *via número* os objetos da natureza que a ciência da natureza, enquanto pretende afirmar necessária e universalmente acerca dos objetos do domínio da experiência, é possível. Sem a possibilidade de mensuração garantida de antemão, anteriormente a toda a experiência, não é possível conceber a ciência da natureza, bem como a matemática do tempo de Kant. Assim, na possibilidade de mensuração tanto das intuições (*Axiomas da Intuição*), quanto das sensações (*Antecipações da Percepção*) fundamenta-se a própria possibilidade da ciência da matemática e da ciência da natureza (ainda que a totalidade da prova exija as *Analogias da Experiência* e os *Postulados do Pensamento Empírico*).

Esta possibilidade de mensuração do domínio de objetos é possível de dois modos: 1) mediante as propriedades formais do tempo e do espaço, as intuições puras; o que Kant denomina de (como veremos adiante, neste capítulo) quantidades extensivas; 2) mediante as propriedades empíricas - estas não se reduzem às quantidades extensivas, mas são relativas às quantidades intensivas, ou seja, a um outro modo de mensuração que é próprio das sensações objetivas.

O que pode ser objeto de uma sensação objetiva deve poder estar circunscrito antecipadamente no domínio estabelecido dos princípios e deve poder ser mensurado pelo número. É especialmente digno de nota que as propriedades *universais* dos corpos - os empíricos - devem ser determinadas por axiomas. Por conseguinte, podem ter antecipadas as suas propriedades gerais: a sua essência, a maneira como eles interagem entre si e a maneira como podemos pensá-los. Podemos, assim, determinar *a priori* a maneira como os objetos do domínio da experiência possível *guiam* as atividades de síntese do entendimento.

O princípio que interessa analisar para os propósitos desta *Dissertação* é o princípio das *Antecipações da Percepção*. Como observa Falkenstein, é esta “a seção da *Crítica da razão Pura* que é a fonte primária de sua [de Kant] visão sobre a função das sensações como cognição”.⁸³ É a partir da análise desta seção que compreenderemos de que maneira é possível mensurar

antecipadamente a matéria da representação e, portanto, compreender como o projeto matemático se expressa na concepção kantiana das sensações objetivas. Veremos que a ciência da natureza é possível porque a matéria – o seu conceito fundamental – pode ser *pensada* antecipadamente como mensurável dentro de um domínio de objetos claramente delimitado. O papel cognitivo das sensações é demonstrado porque elas designam o real dos fenômenos (que podem ser sempre apropriadamente quantificáveis) ao representarem as qualidades (que, com exceção da continuidade, são sempre empíricas) dos objetos da percepção.

4.2 A análise do Princípio das Antecipações da Percepção

4.2.1 A formulação do Princípio

O princípio puro do entendimento que rege o pensamento do que é dado por sensação, conforme formulado na edição B, é o seguinte: “Em todos os fenômenos, o real, que é um objeto da sensação, possui quantidade intensiva, isto é um grau”⁸⁴ [CRP B207].

A palavra ‘*Antecipação*’ presente na formulação deste princípio deveria ser, estritamente falando, aplicada a todos os princípios, como esclarece Paton: “porque todos eles antecipam a experiência e nos informam, antes de qualquer experiência particular, quais características necessárias um objeto da experiência deve ter”.⁸⁵ Não obstante, a palavra ‘*Antecipação*’ é especialmente apropriada neste princípio porque antecipa *a priori* o que é próprio do elemento *a posteriori* da representação. Essa antecipação é realizada pelo entendimento puro e estrutura – no sentido transcendental – o que pode ser dado por meio de sensação.

⁸³ FALKENSTEIN L., *Kant's intuicionism: A Commentary on the Transcendental Aesthetic*, Toronto: University of Toronto Press, 1995. p. 107

⁸⁴ Na versão da primeira edição o princípio é assim formulado: “Em todos os fenômenos, a sensação e o real que lhe corresponde no objeto (realitas phaenomenon) têm uma grandeza intensiva, isto é, um grau”. Acompanhando Paton em *Kant's Metaphysics of Experience, Op. Cit.*, V. II, p. 134, consideramos ambas as formulações como equivalentes.

⁸⁵ PATON H. J., *Op. Cit.*, V. II, p. 134.

Kant, ao tratar da sensação em geral, ou seja, em seu sentido constituinte, considera que a *matéria* que corresponde à sensação em geral é a matéria transcendental – o *determinável* em geral tal qual explicitado na *Anfibologia dos Conceitos de Reflexão* [CRP A266 = B322]. Contudo, isto não significa que em nossa experiência fática nós sejamos afetados por objetos em geral. Ou, que os princípios puros do entendimento permaneçam eternamente puros. Do ponto de vista empírico, sempre seremos afetados por objetos *empiricamente* determinados que possuem propriedades determinadas e que provocam em nós sensações constituídas. São essas sensações empiricamente constituídas que são as guias para o conhecimento empírico, por fornecerem ao entendimento puro o que lhe falta: matéria. Mas a explicação de como as sensações fornecem guia para as atividades do entendimento é dada do *ponto de vista transcendental*, e, assim, como nos esclareceu Pippin, do ponto de vista *formal*. O que significa dizer: as condições formais (transcendentais) que possibilitam que tenhamos conhecimento oriundo dos sentidos, independente de quais sejam os conteúdos *específicos* presentes em cada sensação⁸⁶. Portanto, a explicitação do princípio refere-se às sensações em seu sentido *constituente* com vistas a explicar de que modo as sensações, entendidas em seu sentido *constituído*, ampliam o conhecimento empírico.

Para a compreensão deste difícil tópico da *CRP*, esclareço os principais conceitos envolvidos neste princípio: *quantidades intensivas e realidade*; tais conceitos são decisivos para compreender a concepção kantiana de *qualidades*, que, com exceção da continuidade, são sempre *determinadas* empiricamente. Dessa maneira, teremos a explicação, ainda que esquemática, do guia empírico – ou seja, de como as atividades do entendimento se guiam pelo que é dado na sensação.

4.2.2 *Quantidades intensivas*

As sensações são consideradas por Kant, como vimos no Capítulo 2, seção 2.5, como correspondendo aos fragmentos sensíveis. Isto é, consideradas nelas mesmas são apenas a representação de aspectos materiais do objeto. Kant fornece vários exemplos do que ele considera

⁸⁶ PIPPIN R., *Kant's Theory of Form*. . pp. 12 ss.

que seja dado por sensação, tais como cores, sons, calor [CRP B44], e impenetrabilidade, dureza e cor [CRP A21 = B35]. O que tais propriedades dos objetos dadas por meio de sensação possuem em comum? Elas possuem em comum o fato de, ao serem pensadas, serem pensadas como possuindo uma *quantidade intensiva*, isto é, um *grau*. Como lemos, no §24 dos *Prolegômenos* que o peso tem um grau e no §26 que o calor e a luz são descritos como tendo graus de intensidade, bem como lemos em [CRP A172 = B214] que a gravidade ou o peso são citados como exemplos de quantidades intensivas.

O que é esta quantidade própria das sensações? Por que ela é mensurada em graus? Kant afirma nos *Prolegômenos* §26: *Quantitas qualitatis est gradus* (A quantidade é grau da qualidade). Isto é, o que as sensações dão na representação sensível, como a matéria da representação, é o que pode ser pensado como a *quantidade intensiva do fenômeno*. Para o esclarecimento do que sejam as *quantidades* intensivas, devemos, inicialmente analisar a concepção kantiana de quantidades, pois a *quantidade* própria do que é dado na sensação é considerada independentemente das *quantidades* de espaço e de tempo (consideradas como quantidades extensivas), porque a investigação do que é dado na sensação não versa sobre a relação entre extensões, mas sobre a *qualidade* específica presente em uma extensão ou em um instante determinado - ou seja, é uma quantidade que é estabelecida apenas no *preenchimento* de tempos e espaços determinados. De outra parte, é igualmente importante ressaltar que, ao contrário das quantidades extensivas, que são determinadas *a priori*, as quantidades intensivas são determinadas apenas empiricamente.

Vejamos com maior atenção este ponto.

4.2.2.1 A análise das quantidades presente nos Axiomas da Intuição

Para elucidarmos o que seja a *quantitas* de uma *qualitas*, devemos preliminarmente apresentar a análise da quantidade que tem lugar nos *Axiomas da Intuição*, que, na ordem da exposição da *CRP*, *precede* a exposição das quantidades intensivas.

Inicialmente convém observar que a noção de quantidade em Kant é ambígua. O termo utilizado em alemão é *Größe* (geralmente traduzido por grandeza, mas também por magnitude e quantidade),⁸⁷ que possui um duplo significado de importantes conseqüências. Para evitar ser mal compreendido, Kant torna mais preciso o termo ao colocar entre parêntesis os termos latinos que indicam a acepção em que o termo 'quantidade' está sendo utilizado. Os dois termos latinos são *Quantum* e *Quantitas*. Nos *Axiomas da Intuição* encontra-se as duas diferentes designações para o termo:

Por exemplo, entre dois pontos só é possível uma linha reta; duas linhas retas não encerram nenhum espaço, etc. Estes são os axiomas que propriamente só dizem respeito a quantidades (*quanta*) enquanto tais. Mas no que diz respeito à quantidade (*quantitas*), isto é, à resposta dada à questão: quão grande é algo?, não existe nenhum axioma em sentido próprio... CRP [B204]

Quando se considera a quantidade no sentido de *quantitas*, se procura a resposta para a pergunta: qual quantidade? Procura-se saber com esta pergunta sobre a *medida* de alguma coisa. Por exemplo: o comprimento desta folha de papel que tenho em minhas mãos. O comprimento é uma grandeza que é quantificada, por exemplo, em centímetros (pode ser também em metros, polegadas ou qualquer outro sistema de medidas arbitrário). Logo, a resposta à questão "quão grande?" pode ser respondida em centímetros: esta folha de papel tem 29 cm. Esta é a grandeza no sentido de *quantitas*. Kant assinala este ponto ao explicar que a mensuração é possível na medida em que é possível pensar quantas vezes uma unidade arbitrária pode ser posta num objeto.

Ninguém pode explicar o conceito de grandeza (*Größe*) em geral, senão aproximadamente da seguinte maneira: ela é a determinação de uma coisa, pela qual se pode pensar quantas vezes a unidade é posta nela. Este "quantas vezes", entretanto funda-se sobre a repetição sucessiva, por conseguinte sobre o tempo e a síntese (do homogêneo) nela. CRP [A242 = B300]

O sentido de *quantitas* está profundamente associado às atividades do entendimento, por ser a "determinação de uma coisa, pela qual se pode pensar quantas vezes a unidade é posta nela". Dessa maneira, a determinação da *quantitas* é um ato de pensar, fruto das atividades do entendimento que determinam a quantidade comparativamente, de acordo com as regras de

⁸⁷ Na tradução Rodhen-Moosburger, *Größen* é traduzido por 'quantidade' na *Análítica dos Princípios* e por 'magnitude' na *Estética Transcendental*, ao passo que na tradução de Santos e Morujão, por 'grandeza'.

síntese aplicadas à homogeneidade sobre o tempo.⁸⁸ Neste sentido é uma quantidade que se determina sempre com referência à outra quantidade.

Todavia, esta mensuração da *quantitas* somente se torna possível porque a folha de papel (ou qualquer outro objeto sensível), considerada como um objeto de percepção, é representada espacialmente e, assim, à medida que o *quantum* subjaz às determinações do entendimento, sendo dado pela sensibilidade. Portanto, na medida em que os objetos do sentido externo são passíveis de mensuração, eles devem fazer *necessariamente* referência aos *quanta* dados pela sensibilidade. Heidegger explica esta noção de *quantum* afirmando que "Kant, por este termo, entende aquilo que poderíamos designar como o que é dotado de grandeza (*das Grösshafte*) em geral."⁸⁹

Esta diferença entre *quantum* e *quantitas* é essencial. Num *quantum* o todo precede as partes, porque ele é o contínuo a partir do qual serão determinadas as partes. Como contínuo espacial, o *quantum* pode ser indefinidamente divisível. Já a grandeza (*quantitas*) é "sempre um *quantum discretum*; ela é somente possível através de uma divisão posterior e da unificação correspondente (síntese no interior e na base do *quantum*)"⁹⁰. Podemos depreender desta diferença que a *quantitas* é sempre a possibilidade de comparar dois *quanta* mediante uma medida arbitrária tomada como parâmetro de medida.

O princípio que rege as grandezas extensivas, como fica evidente do texto apresentado acima, é o princípio que rege as grandezas *comparativas*. Por conseqüência, o objeto que ele constitui também é comparativo, consistindo na comparação com outras grandezas extensivas. Mas, este princípio seria *suficiente* para fornecer a *constituição* do objeto? Cohen se indaga sobre essa questão da seguinte maneira:

Entretanto, o objeto deveria se constituir apenas de tais relações comparativas? Ao contrário, a comparação ela mesma pressupõe alguma coisa que é presente em si e por si, independente do fato que ele deve servir com vistas à comparação.⁹¹

⁸⁸ Sobre a concepção kantiana de 'homogêneo', cf. subseção 4.1.7 deste capítulo.

⁸⁹ HEIDEGGER M., *Que é uma coisa?*, p. 189.

⁹⁰ *Id. ibidem*.

⁹¹ COHEN H., *La théorie kantienne de l'expérience*. [Tradução para o francês de Éric Dufor e Julien Servois]. Paris: Les Éditions du Cerf, 2001. p. 429.

A pergunta pela constituição do objeto nos leva, em última instância, à pergunta sobre como é assegurada a relação que deve *necessariamente* existir entre o fenômeno e a representação. O objeto não pode ser constituído apenas de relações comparativas pois, deste modo, jamais sairíamos do domínio das representações e, portanto, a *maquinaria transcendental* estaria desvinculada do domínio dos fenômenos, do mundo da verdade e da ciência, ainda que este mundo seja apenas *nosso*.⁹² Claramente o princípio dos *Axiomas da Intuição é insuficiente* para garantir este vínculo. Assim, se deve colocar o *fundamento* da grandeza em outro princípio. Uma dupla direção deve ser explorada:

- 1) a grandeza comparativa deve ser completada por um fundamento da grandeza, onde o conceito de unidade deve-se a um outro conceito do que aquele da unidade comparativa.
- 2) a grandeza a ser procurada deve ser mais do que uma simples grandeza comparativa, então ela deve ainda se produzir em relação a um elemento da consciência científica, distinto do elemento da intuição, mas, ainda assim, um elemento *sensível*.

Quais são os candidatos que podem fundamentar a noção de objeto que restam? Como vimos⁹³, Kant considera que haja apenas dois elementos sensíveis: matéria e forma da intuição. A matéria é dada por sensação, enquanto as formas (puras) da intuição, espaço e tempo, subjazem *a priori* como os elementos formais de nossa sensibilidade. O que é dado por meio de sensações, enquanto preenche o espaço ou o tempo, os preenche não como grandeza extensiva que se adiciona a um *quantum*, mas, nos diz Kant na formulação do princípio das *Antecipações da Percepção*, como grau - como grandeza intensiva. É possível *mensurar* (que é sempre uma atividade do entendimento) um *quantum* (que é dado pela sensibilidade) de duas maneiras diferentes: enquanto *quantitas* e enquanto *qualitas*. Ou seja, como grandeza extensiva (comparativa) e grandeza intensiva. Portanto, a sensação deve ser procurada como fundamento da grandeza, por ser o único elemento da sensibilidade que dá o objeto de maneira não comparativa. Justamente por isso, a resposta ao problema do guia empírico que estamos perseguindo passa pela

⁹² Sobre o sentido que conferimos à noção de fenômeno, cf. capítulo 2, seção 2.3.

⁹³ Cf. Capítulo 2.

análise e explicação do princípio que fundamenta as grandezas intensivas: as *Antecipações da Percepção*.

Vejamos, portanto, o que é próprio das grandezas intensivas, ou seja, das qualidades.

4.2.2.2 A análise das qualidades presente nas Antecipações da Percepção

O problema da intensificação ou do enfraquecimento de qualidades caracteriza o problema do que sejam as grandezas intensivas, ou seja, busca resposta à pergunta: quão intenso? Tal problema filosófico é antigo e muito trabalhado tanto na tradição escolástica quanto na tradição moderna.⁹⁴ O problema das grandezas intensivas remonta a Aristóteles: qualificações admitem o mais e o menos.⁹⁵ O mais e o menos não são, contudo, propriedades triviais que se aplicam a todos os seres. Mais de cinco metros já não são cinco metros. Uma figura geométrica, bem como os números, também não admitem o mais e o menos. Um círculo não é mais circular do que um quadrado ou um cinco é mais cinco do que um quatro. Nesse sentido, há uma diferença profunda entre o fundamento da *quantitas* e o da *qualitas*. Em termos kantianos, o fundamento dessa diferença reside no fato de que a primeira fundamenta-se nas *intuições* enquanto que a segunda fundamenta-se nas sensações. Como nos explica Kant:

Como a sensação não é, em si mesma, uma representação objetiva e nela não se encontra nem a intuição do espaço, nem a do tempo, não lhe competirá uma grandeza extensiva, mas terá, contudo, uma *grandeza* (mediante a sua apreensão em que a consciência empírica pode crescer em determinado tempo, desde o nada = 0 até à sua medida dada); terá, pois, uma *grandeza intensiva*, em correspondência com a qual se deverá atribuir a *todos os objetos da percepção*, na medida em que esta contém sensação, uma *grandeza intensiva* ou seja um grau de influência sobre os sentidos. [CRP A166 = B208]

Além de destacar o fundamento da diferença entre as grandezas extensiva e intensiva, Kant faz duas importantes observações na passagem acima citada que necessitam de alguns esclarecimentos.

⁹⁴ Cf. SOLÈRE J., *The Question of Intensive Magnitudes According to Some Jesuits in the sixteenth and seventeenth Centuries*, *The Monist*, vol. 84, no. 4, pp 582-616, Peru, Illinois, 2001.

1) O fundamento das grandezas intensivas é sensação, que Kant considera como uma representação subjetiva. No Capítulo 2, seção 2.2, apresentamos a distinção que Kant faz entre sensação objetiva e subjetiva. No presente contexto, esta distinção não é desfeita por dois motivos: i) a sensação objetiva é considerada, por exemplo, como a cor verde do prado, distinta da sensação subjetiva de agrado. Ora, no contexto das *Antecipações da Percepção*, Kant está obviamente falando do primeiro caso: da cor, do peso, etc. O fato de Kant falar em sensação objetiva não esconde o fato fundamental de que as sensações *não carregam em si a objetividade de suas representações*. O que garante a objetividade do ‘verde’ do prado é a complexa interação do elemento *a posteriori* da percepção, o prado verde, com as formas puras do tempo e do espaço *mais* as formas puras do entendimento. Neste sentido, a relação que está sendo apresentada entre as atividades do entendimento e as sensações é uma maneira de explicar como que essas representações subjetivas detém um caráter *objetivo*. Fica claro, portanto, o uso *ambíguo* que Kant confere ao subjetivo neste contexto, ainda que, feitas as devidas ressalvas, se mantenha a inteligibilidade das intenções do filósofo; ii) as sensações são ditas representações subjetivas para *enfatizar a diferença* entre estas e as representações objetivas que, neste caso, são as representações objetivas do espaço e do tempo. Nesta caracterização torna-se claro o idealismo kantiano, já que o objetivo é o que subjaz *a priori* na mente (*Gemüt*), enquanto o subjetivo são as modificações causadas na faculdade de representação do sujeito por objetos exteriores a nós (sensações objetivas, no sentido explicitado no Capítulo 2, seção 2.2)

2) Caso não se aceite o reparo que fizemos acima para elucidar melhor o sentido de representação subjetiva atribuída às sensações, torna-se ininteligível a explicação para a afirmação kantiana de que *todos os objetos de percepção*, na medida que esta contém sensação, possuem uma grandeza intensiva. Ora, esta afirmação implica que *toda a percepção*, e, assim, tudo o que pertence legitimamente ao *domínio* (tal qual explicitado neste capítulo, seção 4.1.7) dos objetos da experiência possível deve, necessariamente, ser dado por meio de sensação e, nesta medida, poder ser pensado como grandeza intensiva. Podemos depreender desta tese, que o objeto, neste princípio, não é dado de modo relativo, mas é o *fundamento* que possibilita a comparação entre grandezas, ainda que este fundamento seja expressamente considerado como

⁹⁵ ARISTÓTELES, *Categories and De Interpretatione*, Trad. J. L. Ackrill, Oxford University Press, Oxford, 1963. Categories 8, 10b 27-29.

subjetivo. Nesta medida, pareceria que Cohen tem razão ao afirmar que falta um centro transcendental para o princípio.⁹⁶

Contudo, a despeito das pretensões dos cientistas – considerados pelo próprio Kant como idealistas empíricos – de um realismo transcendental no campo da ciência da natureza, o ponto de partida de qualquer investigação para a ciência não é a observação? Ainda que a *possibilidade da ciência* seja garantida *a priori*, não é a experiência que dá a pedra de toque para a ciência [CRP BXVIII]? Desse modo, não são as experiências subjetivas, dadas por meio de sensações *objetivas*, um importante (ainda que não o único, nem o mais importante) avalista para o progresso da ciência? O que garante, em última análise, a *possibilidade* dos conhecimentos *a priori* não é a própria possibilidade da experiência? E, talvez, a questão mais importante a ser colocada neste contexto não seja: como compreender o sentido humano de experiência (no sentido kantiano) *sem* considerarmos que o ponto de partida para toda a experiência sejam as impressões sensíveis [CRP B1] e, assim, o subjetivo de nossas representações?

De qualquer maneira, a mensuração da *qualitas* não envolve a adição de tempos e espaços, e, portanto, a *comparação* entre tempos e espaços distintos. Antes, trata-se de considerar a intensidade de dado momento ou de um instante. Tal intensidade não é, contudo, fruto de adições sucessivas; mas é apreendida como *unidade* à qual podemos atribuir um grau. Como lemos:

Dou o nome de grandeza intensiva àquela que só pode ser apreendida como unidade e em que a pluralidade só pode representar-se por aproximação da negação = 0. Toda realidade no fenômeno tem portanto grandeza intensiva, isto é, um grau. [CRP A168 = B210]

O ponto de partida para as atividades do entendimento, sem o qual esta faculdade opera no vazio das quimeras, deve ser procurado, portanto, nas sensações na medida em que estas são *pensadas* como grandezas intensivas. Um dado sensível, à medida que pode ser pensado como uma grandeza intensiva, pode ser pensado como simples, como um momento ou instante dotado de uma qualidade empírica determinada. Nessa medida, as grandezas intensivas apreendidas nos objetos se constituem como *fundamento* para quaisquer comparações entre objetos da experiência

⁹⁶ *Op. Cit.* P. 429.

possível. A ocupação de um tempo ou espaço é considerada, assim, como uma determinada grandeza intensiva (como unidade), que é sempre meramente empírica – e pode ser mensurada em termos de graus (essa possibilidade é determinada antecipadamente e em todo o domínio de objetos). Dessa maneira, é sempre possível mensurar (e, assim, matematizar, *todos os objetos de percepção*) mediante o grau de intensidade de uma determinada propriedade do objeto – neste sentido explica-se o tratamento kantiano das sensações como fragmentos sensíveis (cf. Cap. 2, seção 2.5) e o sentido do projeto matemático no que tange as sensações.

A investigação levada a cabo por Kant no presente contexto é uma investigação *transcendental* sobre a função cognitiva das sensações e a maneira como tal espécie de representação se liga ao resto da máquina transcendental. Assim, a análise versa sobre “a possibilidade da diferença interna da própria sensação quando se *abstrai* de sua qualidade empírica” [CRP A175 = B217]. Evidentemente, esta abstração é feita para que a análise possa ser realizada de um modo geral. Isto é, para que possa ser apresentada a maneira como as atividades do entendimento *necessariamente se guiam* pelo dado empírico, ainda que esta resposta geral seja essencial para a explicação de *todos* os casos particulares do conhecimento sensível.

A noção de que hajam certas condições para o pensamento das sensações independentes de quais sejam as qualidades empíricas *dadas* é fundamental para esclarecer a possibilidade de mensuração *a priori das sensações*. Ou seja, podemos determinar *a priori* que tudo o que é *dado* por meio de sensações deve poder ser pensado como sendo dotado de quantidade intensiva, e, assim, tudo o que é dado empiricamente deve ser *pensado* como *qualidade*. Quais sejam as qualidades empiricamente determinadas não interessa no contexto da presente análise. Tampouco, quais, dentre essas qualidades, efetivamente contribuem para o progresso da ciência da natureza. Assim, a questão que anima a investigação do filósofo no presente contexto consiste em determinar de que maneira esta relação pode ser compreendida *necessária e universalmente*, ou seja, *a priori*, de modo que a ciência da natureza seja possível. Um resultado adicional importante é a explicitação do funcionamento do conhecimento empírico à medida que as atividades do entendimento se guiam pelo que é dado na sensação – objeto da presente investigação.

Possibilidade de mensuração

As grandezas que são dadas por meio de sensação, são passíveis de mensuração, e, dessa maneira, garantem a possibilidade de matematização da ciência da natureza. A possibilidade de mensuração do que é próprio das qualidades é a *quantitas* da *qualitas*, é a intensidade. Como nos explica Kant:

Ora toda sensação é capaz de uma diminuição, de modo a poder decrescer e aos poucos desaparecer. Conseqüentemente, entre realidade no fenômeno e negação é possível uma interconexão contínua de muitas sensações intermediárias possíveis, a diferença entre as mesmas sendo sempre menor do que a diferença entre a sensação dada e o zero, ou a negação total. (...) Ora, denomino quantidade intensiva aquela quantidade que só é apreendida como unidade e na qual a pluralidade só pode ser representada mediante aproximação à negação = 0. Portanto toda a realidade no fenômeno tem quantidade intensiva, isto é, um grau. [CRP A166-7 = B209-10]

A especificidade da grandeza intensiva deve-se ao fato de ela ser apreendida como uma *unidade* e de sua variação ocorrer dentro desta unidade, tendo como limite inferior o vazio do tempo e do espaço. Dessa maneira, destaca-se a diferença fundamental entre as grandezas extensivas e intensivas. Heidegger nos explica este ponto ao afirmar

Enquanto *quantitas*, cada grandeza é a unidade de uma multiplicidade; mas as grandezas extensiva e intensiva são essa unidade em modos diferentes. Na grandeza extensiva, a unidade é sempre concebida sobre a base e por meio da reunião de muitas partes, que são postas, primeiro, de modo imediato. Pelo contrário, a grandeza intensiva é percebida imediatamente como unidade. A multiplicidade que pertence à intensidade só pode ser representada se um intensivo se aproximar da negação - do zero. As multiplicidades que constituem esta unidade não estão espalhadas nela de modo a resultar daí a unidade de muitas extensões e partes. As multiplicidades singulares da grandeza intensiva resultam, antes da redução da unidade a um *quale*: elas próprias, por seu lado, são um *quale*, são muitas unidades. A tais unidades chamamos *graus*.⁹⁷

O que é mensurável em termos de graus é dado imediatamente na afecção, juntamente com as condições *a priori* da sensibilidade, como unidades, mas não como simples. São unidades de uma multiplicidade, não extensivas, mas intensivas, e o que lhes convém especificamente pode ser dado apenas mediante recurso à experiência. As sensações preenchem o próprio espaço com diferentes graus de intensidade. Com isto, o que é próprio da matéria do conhecimento é o *quale* que preenche as formas puras *a priori* do espaço e do tempo e que pode ser tanto abstraído

⁹⁷ HEIDEGGER M., *Que é uma coisa?* p. 206.

das formas do fenômeno (como vimos no final do §1 da *Estética Transcendental*), quanto pode ser considerado, por si próprio, positivamente, como fundamento de toda a comparação.⁹⁸

A posição de que as sensações preenchem o tempo e o espaço com qualidades sensíveis e esta é uma cognição que pode ocorrer ao se ter consciência das qualidades no tempo e no espaço, de modo que possamos constituir a percepção de um fenômeno, é expressa por Kant na seguinte passagem:

Enquanto objetos da percepção, os fenômenos não são intuições puras (meramente formais) tais como espaço e tempo (pois estes não podem em si ser de modo algum percebidos). Portanto, além da intuição contém ainda as matérias para um objeto qualquer em geral (pelo qual é representado algo existente no espaço ou no tempo), isto é, o real da sensação como representação meramente subjetiva, da qual só se pode se tornar consciente que o sujeito é afetado e que é referida a um objeto em geral, em si. [CRP A166 = B207]

Assim, as quantidades intensivas podem ser determinadas *a priori*, na medida em que é possível antecipar que o dado da sensação possui um grau, ainda que a determinação deste grau seja possível somente *a posteriori*. Kant considera não somente que as condições de doação das sensações podem ser consideradas abstraindo-se das formas da intuição, mas que o dado da sensação é sensivelmente determinado de tal modo que o entendimento o pense, abstração feita das formas da intuição, como algo determinado, a saber, como o que vincula a capacidade de representação com o objeto - dado sensível último e irreduzível, (a matéria do conhecimento) que apenas a sensibilidade pode fornecer.

Até agora observamos que as sensações possuem um domínio de doação que pode ser pensado (e mensurado) independentemente das quantidades de tempo e de espaço envolvidas. As quantidades intensivas referem-se às qualidades encontradas nos fenômenos. Estas podem variar de acordo com as condições do observador sem, entretanto, deixar de representar o mesmo objeto. O que é próprio da representação dessas qualidades, quando abstraímos das condições empíricas do dado, é o que subjaz *a priori* como condição para pensar o que é dado na sensação. Kant atribui à possibilidade de pensar *a priori* uma sensação, como vimos, o conceito puro do entendimento: *realidade*. Vejamos, agora, com maior atenção este importante conceito.

⁹⁸ Kant parece estar, assim, tomando praticamente como equivalentes a matéria das sensações (analisada brevemente

4.2.3 A categoria da Realidade

As *Antecipações da Percepção* apresentam os conceitos puros do entendimento de realidade, negação e limitação. [CRP A80 = B106] agrupados sobre a categoria da qualidade. Como o lugar sistemático é a *Analítica dos Princípios*, os conceitos puros do entendimento são estudados quando aplicados à matéria da representação.

A relação das categorias da limitação, negação e realidade com as sensações é feita não enquanto estes conceitos são determinados empiricamente, mas enquanto são *condições para o pensamento* de uma sensação e, assim, da própria percepção na medida em que esta apreende os fenômenos como dotados de qualidades. Dessa maneira, a estrutura de análise do conceito de realidade repete a estrutura de análise das grandezas intensivas, vista acima. É possível estabelecer *a priori* as condições gerais das grandezas intensivas, ainda que elas sejam efetivamente determinadas na experiência *empírica*. Do mesmo modo, veremos que também é possível estabelecer as condições *a priori* do conceito puro do entendimento: realidade. Contudo, este conceito puro opera apenas se a matéria for dada e, por conseguinte, por meio de sensação. Como mostra o princípio das *Antecipações*, essas determinações empíricas podem ser mensuradas em termos de *graus* pelo entendimento. Dessa maneira, a estrutura *a priori* desses conceitos fornece as condições de inteligibilidade das sensações, ao passo que as sensações fornecem o conteúdo, a matéria, e, assim, a determinação sensível com a qual os conceitos puros que Kant utiliza para fundamentar a possibilidade da ciência da matemática e da ciência da natureza não operem no vazio, mas estejam *ligados* ao mundo dos fenômenos.

O conceito puro do entendimento que desempenha um papel central na categoria da qualidade é o conceito de realidade⁹⁹. Vejamos como Kant introduz e relaciona esse importante

na *Estética*) e as qualidades (a mesma matéria, mas que agora é pensada pelo entendimento).

⁹⁹ Nas duas traduções da CRP que temos disponíveis para o português os termos alemães *Realität* e *Wirklichkeit* são traduzidos ora por realidade ora por existência, indiferentemente. No texto do Esquematismo, em alemão lemos: "Realität ist im reinen Verstandesbegriffe das, was einer Empfindung überhaupt korrespondiert" [B182] Na tradução Rodhen - Moosburger: "No conceito puro do entendimento a realidade é aquilo que corresponde a uma sensação em geral" e na tradução Morujão - Santos: " A realidade é, no conceito puro do entendimento, aquilo que corresponde a uma sensação em geral". No texto em alemão: "Das Schema der Wirklichkeit ist das Dasein in einer bestimmten

conceito com os conceitos de grandezas intensivas e sensação. O texto que introduz esse conceito é o seguinte:

No conceito puro do entendimento a realidade é aquilo que corresponde a uma sensação em geral; é, portanto, aquilo cujo conceito indica em si mesmo um ser (no tempo). [CRP A143 = B182]

A explicação do conceito de realidade é fundamental para a explicação da possibilidade da ciência da natureza, porque, ao corresponder a uma sensação em geral, tal conceito exige que todas as sensações ao serem pensadas designem um ser, um algo, um quê (ainda que não necessariamente existente). Este conceito, que desempenha um papel fundamental na montagem do objeto kantiano é, contudo, pouco estudado e freqüentemente confundido com o conceito de existência (cf. nota sobre os problemas de tradução). Vejamos com maior atenção este importante conceito.

Zeit" [B184] Na tradução Rodhen - Moosburger: "O esquema da realidade é a existência num tempo determinado" e na tradução Morujão - Santos "O esquema da realidade é a existência num tempo determinado". No texto de abertura das Antecipações da Percepção lemos: "In allen Erscheinungen hat das Reale, was ein Gegenstand der Empfindung ist, intensive Größe, d.i. einen Grad" [B207] Rodhen - Moosburger traduzem: "Em todos os fenômenos o real, que é um objeto da sensação, possui quantidade intensiva, isto é um grau" e Morujão - Santos: "Em todos os fenômenos o real, que é o objeto de sensação, tem uma grandeza intensiva, isto é um grau". Finalmente no texto em alemão do Segundo Postulado lemos: "Was mit den materialen Bedingungen der Erfahrung (der Empfindung) zusammenhängt, ist wirklich." [B265] Rodhen - Moosburger traduzem: "Aquilo que se interconecta com as condições materiais da experiência (de sensação) é real" e Morujão- Santos: "O que concorda com as condições materiais da experiência (sensação) é real".

Estes textos de abertura de seções da Analítica dos Princípios, portanto, textos importantes, mostram que os termos *Realität* e de *Wirklich* são traduzidos indiferentemente por existência ou realidade em ambas as traduções, não levando em consideração o termo em alemão utilizado. Kant afirma que o real (*Reale*) é objeto da sensação enquanto que o existente (*Wirklich*) é aquilo que se interconecta ou concorda (*zusammenhängt*) com as condições materiais da experiência (sensação). À primeira vista a diferença que pretendemos demarcar não parece ser muito significativa, pois concordar com as condições materiais da sensação parece ser, num certo sentido, equivalente a ser objeto da sensação. Este tipo de aproximação entre realidade e existência é reforçada pelo uso contemporâneo de real como existente. Dizemos, por exemplo, que esta é a realidade dos fatos ou que isto ou aquilo realmente aconteceu, em oposição ao que era uma suposição ou um projeto. Neste sentido, usamos realidade como equivalente a existente ou efetivo para afirmar que as coisas efetivamente aconteceram desta ou daquela maneira. Este sentido contemporâneo de realidade afasta-se, entretanto, do uso que Kant faz do termo realidade e da diferença filosófico-conceitual que Kant pretende estabelecer entre realidade e existência, distorcendo tanto o sentido crítico preciso de Realidade (*Realität*) quanto o sentido crítico de Existência (*Wirklichkeit*). Kant, contudo, considera que Realidade (*Realität*) pertence à categoria da qualidade, em oposição à negação, enquanto que Existência (*Wirklichkeit*) pertence à categoria da modalidade, juntamente com as categorias da possibilidade e da necessidade. Tal diferença categorial deve servir de advertência para as importantes diferenças entre ambos os conceitos.

Segundo argumenta Heidegger,¹⁰⁰ o conceito de realidade era utilizado pela tradição escolástica e Kant tomou conhecimento do sentido que possuía entre os escolásticos através do manual de metafísica de Baumgarten. A partir do conceito, tal como concebido na tradição, Kant desenvolveu a sua compreensão crítica de realidade. Para os escolásticos, o caráter fundamental da *realitas* era a sua *determinatio*, a sua determinidade. "A *realitas* é uma *determinatio positiva et vera*, uma determinidade pertencente à verdadeira essência de uma coisa e que é posta como tal."¹⁰¹ Kant aceita esta concepção, e desenvolve, a partir dela, uma interpretação crítica. Vejamos alguns elementos centrais da concepção crítica de realidade a partir do esclarecimento feito por Heidegger da questão:

Os objetos são as coisas tal como aparecem. Os fenômenos fazem com que algo, um quê, se mostre por si mesmo. O que, antes de qualquer outra coisa, aflui aí, nos surge e nos solicita, este primeiro quê, este primeiro aspecto coisal, é chamado o "real" no fenômeno; «*aliquid sive obiectum qualificatum*, é a ocupação do espaço e do tempo» (WW, XVIII, N°6338a, p. 663). O real no fenômeno, a *realitas phaenomenon* [A168, B 209], é aquilo que, como primeiro conteúdo *quiditativo*, deve ocupar o vazio do espaço e do tempo, para que, desse modo, possa aparecer, em geral, qualquer coisa e seja possível o aparecer, o afluxo do que está diante.

O real no fenômeno, no sentido de Kant, não é o que é efetivo no fenômeno, por oposição ao que nele poderia ser não efetivo e ser uma aparência ou ilusão. O real é aquilo que deve, em geral, poder ser dado, para que se possa decidir sobre qualquer coisa, no que respeita à sua efetividade ou não efetividade. O real é o puro e, em primeiro lugar necessário, quê, enquanto tal. Sem o real, sem a coisidade, o objeto não só não é efetivo, como não é, em geral, nada, quer dizer, não tem um quê, pelo qual se determina como isto ou como aquilo. Neste quê, neste real, o objeto qualifica-se a si mesmo como o que é encontrado desta ou de aquela maneira. O real é o primeiro *quale* do objeto.¹⁰²

Realidade significa, antes de mais nada, ocupação *determinada* de um tempo ou de um espaço. Esta ocupação do espaço e do tempo deve estar de acordo com as formas do espaço e do tempo, mas isto não significa que sejam equivalentes ou redutíveis a elas. Como argumenta Kant: "a falta completa de real na intuição sensível (...) não pode ser ela mesma percebida" *CRP* [A172 = B214]. Assim, a intuição sensível para ser percebida necessita ser ocupada por um quê, por um algo. Ainda que as condições de possibilidade de que algo nos afete sejam dadas *a priori*, e que

¹⁰⁰ HEIDEGGER M., *Que é uma coisa?*, p. 205. *Los problemas fundamentales de la fenomenología* (Semestre de Verano 1927) Trad. Juan José García Norro. Madrid: Editorial Trotta, 2000.

¹⁰¹ HEIDEGGER M., *Que é uma coisa?*, p. 204

¹⁰² *id. ibidem* p. 204-5.

sejam, por assim dizer, uma exigência da razão, o objeto qualifica-se a si mesmo como fenômeno na exata medida que, através da nossa intuição empírica, ele nos seja dado. Mas, as qualidades dos objetos que podem nos ser dadas, são dadas somente *a posteriori* e, assim, por meio de sensação.

Kant relaciona, como vimos, o conceito puro do entendimento, realidade, com aquilo que apenas pode ser percebido por meio de sensação. Nesse sentido, a matéria que ocupa a intuição sensível é o real na medida em que é dado empiricamente por meio de sensação. Desta maneira, os conteúdos materiais dados *a posteriori*, ou seja, dados por meio de sensações que preenchem o espaço e o tempo, fornecem propriamente realidade para os nossos conceitos, no sentido preciso de realidade que Heidegger nos indicou. De fato, Kant afirma que "o que na intuição empírica corresponde à sensação é realidade (*realitas phaenomenon*), o que corresponde à falta dela, negação = 0". CRP [A172 = B214]. Negação = 0 não está relacionado neste contexto com a categoria da existência, mas com a ausência de determinação positiva e verdadeira (ausência de realidade). Do ponto de vista dos *Postulados do Pensamento Empírico*, essa ausência pode ser considerada como possível, efetiva ou necessária. Por exemplo, a ausência de realidade pode significar, do ponto de vista do *Primeiro* Postulado, como a impossibilidade de predicar.

No âmbito do entendimento, portanto, as sensações possuem um importante papel na cognição de objetos na medida em que é, precisamente, pelo que é dado na sensação que os nossos conceitos chegam a ter realidade, isto é, podem ser determinados positiva e objetivamente e com verdade. De outro modo, é a partir do real do fenômeno que podemos, pela primeira vez, falar na essência dos objetos. Tal determinação da essência dos objetos da experiência possível somente pode ser feita com atenção ao que é dado *a posteriori* na experiência e, assim, mediante o que nos é dado por sensações. A explicação sobre a importância da relação entre o conceito de realidade e as sensações, de modo que resulte em conteúdos positivos e verdadeiros não poderia ter sido realizada de maneira mais clara do que a feita pelo próprio Kant. Como lemos:

O espaço e o tempo não dão ainda nada de efetivo. Somente a sensação fornece o efetivo. Por conseqüência, o entendimento real é uma atividade que é paralela à sensação¹⁰³, p.430-1.

A esta reflexão de Kant, Cohen tece o seguinte comentário:

Se é na realidade possível suspeitar que as intuições e o pensamento são simples fantasias, na sensação ao contrário é reatada a ligação com o mundo exterior. Por conseqüência, se esta relação é buscada em vista da realidade e se, mais fundamentalmente, enquanto dado que a grandeza extensiva permite esta relação, um fundamento da grandeza é exigido; então podemos compreender que o fundamento, por oposição à intuição, é relacionado à sensação.¹⁰⁴

Quando pensadas pelo entendimento, a matéria oriunda de sensações tem a sua compreensibilidade de antemão garantida, já que pode ser, antecipadamente, mensurável. A matéria da representação, ao designar o real do fenômeno, não apenas garante de antemão a compreensibilidade de quaisquer objetos do domínio da natureza, como também determina de maneira positiva e verdadeira a sua essência e, assim, o nosso discurso sobre estes objetos. Isto significa que, para além da doutrina da sensibilidade, são as sensações – enquanto designam o real do fenômeno – que fornecem a base da *correspondência* entre o estado de coisas do mundo e a verdade de nossas proposições acerca do mundo. Kant, ao considerar que são as sensações que fornecem os conteúdos de nossas representações, entende que apenas mediante o dado empírico *a posteriori* que um discurso verdadeiro sobre o mundo é possível. Não pretendo, com isso, exagerar a importância cognitiva das sensações porque, elas apenas operam dentro da estrutura transcendental da representação, e isto envolve necessariamente as formas puras do tempo e do espaço e as categorias, os esquemas, etc. Mas, consideradas nelas mesmas, como uma espécie de representação, são justamente elas que, ao designarem o real dos fenômenos e ao representarem intuitivamente os dados da afecção dos sentidos como qualidades, conferem sentido, significado e verdade aos nossos conhecimentos. Como lemos:

¹⁰³ Reflexionen Kants. Ed. B. Erdmann, 1885, II, p. 247. Apud COHEN, H., *La Theory Kantienne de l'expérience*. [Tradução para o francês de Eric Dufor e Julien Serrois]. Paris: Lês Éditions du Cerf, 2001. p. 430-1

¹⁰⁴ *Ib. ibidem*, p. 431.

Se um conhecimento deve ter realidade objetiva, isto é, referir-se a um objeto e ter significação e sentido nele, então o objeto tem que poder ser *dado* de algum modo. (...) Dar um objeto – se por sua vez isto não deve ser entendido apenas mediatemente, mas significa apresentar imediatamente na intuição – não é outra coisa senão referir sua representação à experiência (seja real ou possível). Por mais puros de todo o empírico que sejam estes conceitos e por mais certo que seja que são representadas inteiramente *a priori* na mente, mesmo o espaço e o tempo não teriam validade objetiva nem sentido e significado se o seu uso necessário não fosse mostrado nos objetos da experiência; a representação deles é antes um simples esquema que se refere sempre à capacidade reprodutiva da imaginação, a qual suscita os objetos da experiência e sem a qual não teriam nenhuma significação, e assim ocorre com todos os conceitos sem distinção. [CRP A155-6 = B195-6]

Neste ponto da argumentação poderia surgir uma dúvida acerca desta tese já que freqüentemente representamos seres fabulosos ou coisas inexistentes. A estas representações também convém realidade, já que não existem, propriamente falando, sensações ou experiência empírica destes objetos? Na *Refutação do Idealismo* Kant dirime esta dúvida da seguinte maneira

[N]ão resulta que toda a representação intuitiva das coisas externas contenha simultaneamente a existência (*Existenz*) das mesmas, pois aquela pode muito bem ser o simples efeito da capacidade da imaginação (tanto em sonhos como na loucura); ela o é, porém, apenas pela reprodução de antigas percepções externas que, como foi mostrado, só são possíveis pela existência (*Wirklichkeit*) de objetos externos. [CRP B278]

Quando representamos Pégasus, tal representação contém realidade. Podemos listar todos os seus predicados, determinando o que lhe é próprio. Desta maneira, podemos distingui-lo de outros cavalos, por exemplo, daqueles que não possuem asas. A lição de Kant na *Refutação do Idealismo* consiste em mostrar que mesmo seres inexistentes têm uma representação dotada de realidade, porque a representação de Pégasus não é nada mais do que a reprodução de antigas percepções mediante um jogo da imaginação em que representamos um cavalo com asas de pássaro. Mesmo que nunca tenha existido e nem venha a existir um tal ser fabuloso, é possível representar Pégasus e listar os seus predicados reais sem que tenhamos que recorrer a nada mais do que à memória e ao livre jogo da faculdade da imaginação. Ou seja, basta para a caracterização da essência de Pégasus a composição de seus predicados reais mediante o livre jogo da imaginação. Todavia, do fato de Pégasus ser uma ficção não se segue que os seus predicados não sejam reais. São justamente os predicados reais que tornam possível falar positiva e determinadamente sobre Pégasus e reconhecer que ele não existe. Há, assim, uma distinção entre predicado real de um objeto - aquilo que permite atribuir uma realidade a meu conceito (no sentido especificado acima de uma atribuição *positiva et vera*) daquilo que me permite atribuir

existência a um objeto. Kant estabelece a diferença entre um predicado real e a atribuição de existência quando afirma: “Ser evidentemente não é um predicado real” [CRP A599 = B627]. Toco nesta questão de passagem, porque o objetivo dessa análise consiste na análise das sensações enquanto estas fornecem os conteúdos ou as qualidades (empíricas) dos objetos e não envolve diretamente a análise das condições que Kant impõe à afirmação da existência de um objeto.

4.2.4 A determinação empírica das qualidades

A partir das considerações anteriores, podemos nos perguntar acerca da origem dos predicados reais: são *a priori* ou *a posteriori*? Vimos que às sensações em geral corresponde o conceito puro do entendimento: realidade. Os algos que preenchem o tempo e o espaço, os *quês*, os conteúdos das representações que nos chegam mediante afecção, são *quales*, qualidades¹⁰⁵. Estas qualidades, Kant enfatiza, não podem ser construídas ou encontradas *a priori*, mas são sempre o que deve ser procurado na experiência e, assim, ser dado por meio de sensações.

[As qualidades, no entanto, não podem ser apresentadas em nenhuma intuição que não a empírica. Em decorrência disto, um conhecimento racional das qualidades só é possível através de conceitos. Deste modo, ninguém pode obter uma intuição correspondente ao conceito da realidade (Realität) senão a partir da experiência, e jamais é possível que dela nos apoderemos a priori a partir de nós mesmos antes de possuímos uma consciência empírica da mesma. É possível formar intuitivamente a figura de um cone simplesmente segundo o conceito e sem qualquer auxílio empírico, mas a cor deste cone tem que estar previamente dada numa ou noutra experiência. [CRP A 714 = B742-3] [Grifos meus]

Kant é bastante enfático ao afirmar que ninguém pode obter uma intuição correspondente ao conceito da realidade (*Realität*) senão a partir da experiência. Como vimos, a atribuição de realidade às representações pode ser feita diretamente através da experiência ou, também,

¹⁰⁵ “Em vosso conceito de experiência de um corpo, renunciad aos poucos a tudo o que nele é empírico: à cor, à dureza ou à maleabilidade, ao peso e mesmo à impenetrabilidade, mesmo assim resta o espaço que ele (agora completamente desaparecido) ocupou e o qual não podeis suprimir. Da mesma maneira, quando suprimirdes do vosso conceito empírico de um objeto corpóreo ou incorpóreo todas as propriedades [Morujão: qualidades, *Eigenschaften*] ensinadas pela experiência, não podereis tirar-lhe aquela pela qual o pensais como substância ou como aderente a uma substância (não obstante esse conceito conter maior determinação do que a de um sujeito em geral).” [CRP B 6]

indiretamente, mediante a reprodução de antigas percepções externas. Em qualquer um dos casos, a realidade dos conceitos só é possível porque a capacidade representativa foi afetada em algum momento do tempo, ou seja, foi-nos dado algo empiricamente mediante a afecção dos sentidos.

A análise das condições *a priori* das sensações mostra que Kant não considera sensação apenas como alteração do sujeito, despida de intencionalidade. Mas sensação possui um conteúdo intencional, que é pensado pelo entendimento como qualidade. Essa qualidade mensurada pelo entendimento em termos de graus é um *quale*, um aspecto coisal do objeto, uma realidade. As realidades que podemos representar são sempre *dadas*, e, portanto provém da experiência. Este ponto é apresentado por Kant quando afirma:

A qualidade da sensação é sempre meramente empírica, não podendo de modo algum ser representada *a priori* (por exemplo cores, gosto, etc.). (...) É digno de nota que nas quantidades em geral só podemos conhecer *a priori* uma única qualidade, a saber, a continuidade, ao passo que em toda a qualidade (o real dos fenômenos) não podemos conhecer *a priori* senão a quantidade intensiva dos fenômenos, a saber, o fato de possuírem um grau; todo o mais é deixado à experiência [CRP A176 = B217-8]

O papel cognitivo das sensações, e, assim, a resposta ao problema do guia empírico, fica assim resolvido quando Kant nos esclarece que o dado da sensação é o que corresponde às qualidades dos fenômenos. Para tanto, o dado empírico ao ser mensurado fixa um grau de intensidade que é representado pelo entendimento como o real de um conceito. O real do conceito é, assim, determinado pelo grau de intensidade que é dado pela sensação. Ao ser mensurado e, por conseguinte, ser compreendido pelo entendimento, o dado sensível representado é considerado como *qualidade*. A qualidade é uma ordem de grandeza diferente da grandeza extensiva que Kant analisa nos *Axiomas da Intuição*. A grandeza intensiva é considerada irreduzível às formas do espaço e do tempo por designar o que é próprio do empírico, do contingente. Mas, apesar do eterno devir do mundo fático, Kant reserva com a prova transcendental deste princípio o conhecimento matemático das qualidades empíricas.

Entrementes, este princípio tem qualquer coisa estranha por antecipar à experiência aquilo que lhe é próprio. De fato, Kant reconhece a estranheza desse princípio por antecipar *a priori* o

que é próprio daquilo que somente pode ser dado *a posteriori*¹⁰⁶. Ressalto, contudo, que esta antecipação somente se dá no aspecto *formal* da percepção da sensação. Isto é, só é possível antecipar que toda e qualquer sensação que pode me ser dada pela experiência deve poder ser mensurada em termos de graus de intensidade. A determinação desse grau, que é a informação cognitiva relevante, depende de que algo seja dado na sensação por meio da afecção de nossa capacidade representativa. Por fim, a única qualidade que pode ser conhecida *a priori* é a continuidade por que esta é, propriamente, a qualidade presente no tempo e no espaço, não pertencendo às condições materiais da experiência, mas sim às suas condições formais.

Assim, as sensações empiricamente determinadas e transcendentalmente mensuráveis fornecem guia e correção para as atividades de síntese do entendimento. Mediante um juízo, o entendimento deve poder mensurar o dado sensível e, assim, relacionar uma certa propriedade empírica (qualidade) a um conceito. O conceito que Kant utiliza para expressar a determinação positiva e verdadeira do pensamento no momento da apreensão sensível é o conceito *puro do entendimento: realidade*. Na relação direta entre o empírico da percepção e o entendimento, a categoria da qualidade atribuí, pela espontaneidade do entendimento, *realidade aos conceitos*. O dado sensível determinado em termos de graus pelo entendimento é a resposta para o problema do guia empírico.

¹⁰⁶ “Esta antecipação da percepção possui, todavia, algo estranho para um pesquisador habituado à reflexão transcendental e tornado por isso cauteloso, provocando alguma dúvida sobre o fato de que o entendimento possa antecipar uma proposição sintética tal como a do grau de todo o real nos fenômenos” [CRP A175 = B217]

CONCLUSÃO

Apesar de pouco explorada pela tradição, a teoria kantiana das sensações desempenha um papel fundamental em sua teoria da percepção: as sensações fornecem os conteúdos de nossas representações empíricas e, dessa maneira, as atividades do entendimento se guiam por esses conteúdos para formar conceitos e intuições empíricas. Dessa maneira, os conteúdos que podemos legitimamente representar e, assim, conhecer, são sempre e necessariamente empíricos, como já vimos na passagem da *Dedução Transcendental* citada na Introdução dessa dissertação. Quando os conteúdos empíricos são pensados pelo entendimento, eles são pensados enquanto grandezas mensuráveis em graus, designando o real de nossas representações. Esse *quê* que nos afeta e que liga a nossa maquinaria transcendental ao mundo é denominado por Kant de *quale* ou o *real* no fenômeno.

A constatação do papel que a teoria das sensações desempenha na teoria da percepção de Kant nos leva a tecer, como conclusão do trabalho, as considerações seguintes:

1) *as implicações para a teoria do juízo*. A distinção radical e sistemática entre matéria e forma da representação tem conseqüências profundas para a teoria do conhecimento de Kant. Os órgãos sensíveis são afetados por objetos empíricos. A partir desse fato inicial, formamos representações sensíveis, que representam aspectos perceptivos dos objetos. Esses aspectos perceptivos somente podem ser dados de acordo com as formas da sensibilidade. O conhecimento, estritamente falando, depende que esses elementos formais e materiais sejam sintetizados pelo entendimento. As operações de síntese do entendimento, para funcionarem,

dependem de que a faculdade da sensibilidade forneça, mediante sensações, os seus *conteúdos*. A exigência de um entendimento puramente formal, em contraste com a faculdade da sensibilidade, a faculdade que dá objetos, é uma das pedras de toque da *CRP*. Mas, para que ela seja efetiva, as sensações devem desempenhar um papel central para a teoria do conhecimento de Kant. Qual seja, fornecer os conteúdos sobre os quais o entendimento trabalha. Esses conteúdos devem ser dados de maneira *constituída*, pois o entendimento não cria o que é dado à representação. Se o entendimento é meramente formal, então o conteúdo sobre o qual ele trabalha é irreduzível às suas atividades e tampouco pode ser gerado apenas por elas. Os conteúdos dados pela sensibilidade ao entendimento permitem, assim, *qualificar* o pensamento sobre os objetos. Dessa feita, a sensibilidade não fornece *dados brutos* ao entendimento, mas fornece as qualidades sobre as quais sintetiza-se a representação de objetos empíricos, por exemplo, do branco da mesa em minha frente. Ora, a representação sensível *é* do branco em minha frente e somente posso pensá-lo como branco porque minha capacidade representativa foi afetada e, por meio dessa afecção, a matéria me foi dada. Nesse sentido, a matéria sensível é uma condição empírica necessária ao pensamento que visa o conhecimento. Kant ilustra essa questão importante da seguinte maneira:

O cego de nascença não pode formar-se a mínima representação das trevas porque não possui uma representação da luz; o selvagem não pode formar-se nenhuma representação da pobreza, porque não conhece a abundância. O ignorante não possui conceito da sua ignorância, porque não possui um conceito de ciência, etc. Portanto, todos os conceitos de negação também são derivados, e as realidades contêm os dados e, por assim dizer, a matéria ou o conteúdo transcendental para a possibilidade e a determinação completa de todas as coisas. [*CRP* A575 = B603].

Como vimos, são as realidades empíricas e independentes da vontade do sujeito que fornecem o conteúdo sobre o qual se pensa. Se do ponto de vista empírico esse conteúdo muda tantas vezes quantas muda a experiência, é uma exigência do pensar enquanto tal que a ele sempre seja dado um conteúdo. Em termos estritamente kantianos, essa necessidade fundamental de que um conteúdo seja dado ao pensar é denominada de conteúdo transcendental. A determinação do pensar depende que haja um conteúdo, uma matéria empiricamente determinada, ainda que a determinação exata do pensar somente ocorra na experiência fática.

Devo, entretanto, fazer a seguinte ressalva: o que determina a objetividade das representações empíricas é o espaço, como forma pura *a priori* e condição transcendental para a representação de objetos fora de nós. Igualmente, a objetividade depende das categorias do

entendimento, quando devidamente esquematizadas. Assim, a determinação sensível deve estar presente, como condição necessária, porém não suficiente, em toda a representação que vise o conhecimento.

2) *Limites da teoria da percepção.* As preocupações que animaram esse trabalho originarem-se de um estudo sincero e intenso de Kant. O tema escolhido, entretanto, trouxe muitas dificuldades. A maior delas, foi a surpresa de um estudante iniciante diante de um termo aparentemente simples e sobre o qual se esperaria mais alusões, pois Kant foi um filósofo que pretendia descrever a maneira como o conhecimento humano funciona, ensejasse tantas dificuldades. A razão principal que motivou Kant a escrever a *CRP* é, como o próprio nome diz, a razão pura. Mas se Kant é o filósofo da revolução copernicana, onde o homem é o centro da reflexão filosófica, o sensível, o sensório, o empírico são componentes fundamentais na explicação desse conhecimento puro. O Eu transcendental está limitado ao eu empírico, mas não como afirma de maneira dramática Falkenfeld:

Simplesmente não creio que os acontecimentos deste mundo corpóreo possam atingir minimamente nossos elementos transcendentais, e não acreditarei nisso, mesmo que uma lasca de granada francesa entre em meu corpo empírico.¹⁰⁷

Ainda que, sob a perspectiva da *CRP*, a constituição de nossos órgãos sensíveis seja contingente, um acaso, que poderia ser diferente acaso a nossa constituição neuro-fisiológica pudesse ser diferente, a *existência* torna o nosso aparato empírico necessário. Evidentemente que tal afirmação deve ser seguida de inúmeras e sérias ressalvas. A primeira e, talvez, mais importante delas é qualificar o tipo de necessidade que pode advir da existência humana tal como ela se realiza no mundo da experiência ordinária. Se do ponto de vista estritamente transcendental a nossa constituição empírica poderia ser outra, será que do ponto de vista do conhecimento *humano* ela poderia, de fato, ser outra? A constituição empírica de nosso aparato sensório não deve contar como um dos fundamentos do conhecimento humano ao lado do nosso aparato transcendental? A essas questões Kant faz poucas referências na *CRP*. Não devemos esquecer, entretanto, que a *CRP* constitui-se apenas como um dos elementos de um todo maior: o sistema crítico.

¹⁰⁷ Carta de Falkenfeld a Rickert s.l., s.n., s.d. Apud SAFRANSKI, R., *Heidegger: Um Mestre da Alemanha entre o Bem e o Mal* [Trad. Lya Luft]. São Paulo: Geração Editorial, 2000. p. 86.

Kant responde afirmativamente às perguntas feitas acima na continuação sistemática de sua obra. A *Antropologia* é o livro de Kant que trata do especificamente humano, com seus exemplos bizarros e desconcertantes. Estranho, entretanto, é a ausência de análises mais detalhadas sobre a relação entre o elemento puro e o elemento empírico que deve estar necessariamente presente em toda a cognição. Não devemos esquecer que Kant ainda está sobre os efeitos do gênio de Newton, que exigiu uma readequação de todos os campos do saber frente a um avanço espetacular do conhecimento humano. É esse paradigma de saber que Kant tem em vista ao escrever a *CRP*. É esse paradigma de saber que Kant explica na *CRP* ao matematizar a nossa percepção.

Apesar de notável, sofisticada e elegante, a teoria da percepção humana tal qual esboçada por Kant não dá conta de outros campos do saber que realizaram avanços notáveis. Seria o caso da biologia de Darwin um século depois de Kant. Ainda assim, devemos ponderar que, sem dúvida, ela fornece um princípio poderoso de explicação científica. Pois mesmo a química teve avanços significativos depois de incorporar um ferramental teórico apropriado da matemática e da estatística, e, assim, matematizando o seu objeto de estudo; bem como a economia a partir da revolução marginalista e o desenvolvimento da econometria como instrumento de explicação poderoso das trocas humanas. Ao fazer essas ponderações, concluo que esse modo matematizador da percepção humana preconizado por Kant se estendeu a todos os campos do saber empiricamente determinado, revolucionando o seu *modus operandi*, seja diretamente, como no raciocínio econômico, seja indiretamente, através de *softwares*, essencialmente construídos sob a lógica matemática, que matematiza a percepção, e que ainda assim ajudam os novos artistas e escritores a pintarem seus quadros e comporem os seus livros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLISON H., *Kant's Transcendental Idealism*, New Haven: Yale University Press, 1982.
- _____, *The Kant Eberhard Controversy*, London: Johns Hopkins University Press, 1973.
- ANSCOMBE, G.E.M. *The Intentionality of Sensation: A Grammatical Feature*. In R. J. Butler, ed. *Analytical Philosophy*, 2d series, pp. 158-81. Oxford: Blackwell, 1965.
- AQUILA R., *Is Sensation the Matter of Appearances?* In *Interpreting Kant* (Org. Moltke Gram). Iowa City, Iowa: Iowa University Press, 1982.
- _____, *Representational Mind: A Study of Kant's Theory of Knowledge*, Bloomington, IND: Indiana University Press, 1983.
- _____, *Matter in Mind: A Study of Kant's Transcendental Deduction*, Bloomington, IND: Indiana University Press, 1989.
- ALMEIDA G. *Consciência de Si e Conhecimento Objetivo na "Dedução Transcendental" da Crítica da Razão Pura* in *Analytica* vol. 1, n. 1, 1993.
- ARISTÓTELES, *Categories and De Interpretatione*, Trad. J. L. Ackrill, Oxford University Press, Oxford, 1963.
- BAUMGARTNER J., *An Ambiguity in Kant's Account of Sensation and Sensible Qualities in the Transcendental Aesthetic*, in: *Akten des IX. Internationalen Kant-Kongresses, Band II: Sektionen IV*.
- BECK, L.W. (ed) *Kant Studies Today*, Open Court, 1969.

- BERKELEY *Tratado Sobre o Conhecimento Humano*, [Ed. Os Pensadores] São Paulo, SP: Abril Cultural, 1980.
- BRITAIN Jr. J. *Kant's Theory of Science*, Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1978.
- BUCHDAHL G., *Metaphysics and the Philosophy of Science - Descartes to Kant*, Oxford: Basil Blackwell, 1969.
- CAIMI, M. *La sensación en la Crítica de la Razon Pura*. Cuadernos de Filosofía, 19, pp. 109-120. 1983.
- _____, *Structure of the Transcendental Aesthetic*, Kant-Studien, no. 87, pp. 149-165, 1996.
- CAYGILL H., *Dicionário Kant* [Coleção Dicionários de Filósofos] Trad: Álvaro Cabral. Revisão técnica: Valério Rohden. São Paulo: Zahar Editores, 2000.
- CHENET F., *L'Assise de l'ontologie critique - L'esthétique transcendentale*, Paris: Presses Universitaires de Lille, 1994.
- COHEN H., *Commentaire de la "Critique de la raison pure" de Kant*. [Tradução para o francês de Éric Dufor]. Paris: Les Éditions du Cerf, 2000.
- _____, *La théorie kantienne de l'expérience*. [Tradução para o francês de Éric Dufor e Julien Servois]. Paris: Les Éditions du Cerf, 2001.
- CONDILLAC E., *Tratado das Sensações*; tradução: Denise Bottmann. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.
- DESCARTES R., *Meditações* [Col Os Pensadores] Trad. J. Guinsburg e Bento Prado - 3ª ed. - São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- DOMINGUES F., *A Importância de uma doutrina das sensações para o conhecimento empírico*, in *Intuição, Conceito e Idéia* (org) Abel Lassale Casanave, Santa Maria: Universitária - UFSM, 2001.
- _____, *A questão das sensações na CRP e o problema do guia empírico*, in *Atas do X encontro nacional de filosofia*. Editores Fátima R. Évora e Franklin L. e Silva - Campinas, SP: Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia, 2002.
- DRETSKE F., *Naturalizing the Mind*, Cambridge, Massachussets: The MIT Press, 1997.

- ECO U., *Como se faz uma tese*. 14^a ed. Trad: Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1996.
- FALKENSTEIN L. *Kant's Intuitionism A Commentary on the Transcendental Aesthetic*, University of Toronto Press, Toronto, 1995.
- FEDER/GARVE, *The Göttingen Review*, in *Kant's Early Critics: The Empiricist Critique of the Theoretical Philosophy*, Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- FICHANT M., *L'espace est représenté comme une grandeur infinie donnée: la radicalité de l'Esthétique* in *Philosophie*, no. 56, 1997.
- _____, *Espaço Estético e Espaço Geométrico em Kant* in *Analytica* vol. 4, n. 2, 1999.
- FONSECA R., *Consciência & Objeto em Kant: Os parágrafos 16 e 17 da Dedução Transcendental (B)*; Dissertação de Mestrado, defendida no PPGFil UFRGS, Porto Alegre, 1999.
- GEORGE R., *Kant's Sensationism*, *Synthese* no. 47, pp. 452-480, 1981. .
- GRAM, M. S., *Kant, ontology, and the a priori*, Northwestern UP, 1968.
- _____, (Org) *Interpreting Kant*. Iowa City, Iowa: Iowa University Press, 1982.
- _____, *The Sense of a Kantian Intuition*, in *Interpreting Kant*. Iowa City, Iowa: Iowa University Press, 1982.
- GUYER, Paul. *Kant and the Claims of Knowledge*. New York: Cambridge University Press, 1987
- _____, *The Cambridge Companion to Kant*, (ed) Cambridge: Cambridge UP, 1992
- HAMPSHIRE S e STRAWSON P., *Perception and Identification* in *Proceedings of Royaumont Colloquium* reprinted in *The Linguistic Turn*. ed. by Rorty 1967. U. Chicago Press, 1961.
- HARPER W., *Kant's empirical realism and the distinction between Subjective and Objective Succession*, in *Kant on Causality, Freedom, and Objectivity* org William Harper e Ralf Merrbote, Minneapolis: University of Minnesota, 1984.
- _____, *Kant on Space, Empirical realism and the foundations of Geometry*, In *Kant's Philosophy of Mathematics* org. Carl J. Posy, *Netherlands: Kluwer Academic Publishers*, 1992

- HEIDEGGER, M. *Interprétation phénoménologique de la «Critique de la Raison Pure de Kant»* trad. para o francês de Emmanuel Martineau. [Collection Bibliothèque de Philosophie, série OEuvres de Martin Heidegger]. Paris: Gallimard, 1982.
- _____, *Los problemas fundamentales de la fenomenología* (Semestre de Verano 1927) Trad. Juan José García Norro. Madrid: Editorial Trotta, 2000.
- _____, *Que é uma coisa?* Trad. Carlos Morujão. [Coleção: Biblioteca de filosofia Contemporânea]. Lisboa: Edições 70, 1987.
- HOWELL R., *Intuition, Synthesis, and Individuation in the Critique of Pure Reason*, in *Nous* no. 7, 1973.
- KANT I., *Anthropologie du point de vue Pragmatique*, Trad. Michel Foucault, Paris: Librairie Philosophique Vrin, 1970.
- _____, *Anthropology from a Pragmatic Point of View*, Ed.: Hans H. Rudnick Trad. Victor Lyle Dowdell, Illinois: Southern Illinois Univ Press, 1996.
- _____, *Conflito das Faculdades*; trad. Artur Morão. Lisboa : Edições 70, 1993
- _____, *Crítica da Faculdade do Juízo*, Trad. Valério Rodhen e Antônio Marques, Rio de Janeiro e São Paulo: Forense Universitária, 1993.
- _____, *Crítica da Razão Pura*, Trad. Valério Rodhen e Udo Baldur [Coleção os Pensadores], São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- _____, *Crítica da Razão Pura*, Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão, 2ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1989.
- _____, *Kant's Inaugural Address*, Trad. John Handyside. Westport: Hyperion Press Inc., 1979
- _____, *Critique of Pure Reason*, Trad. Norman Kemp Smith. New York: St.Martin's Press, 1929
- _____, *Critique of Pure Reason*, Trad, Paul Guyer e Allen Wood. Cambridge: Cambridge UP, 1999.
- _____, *Kritik der reinen Vernunft*, Frankfurt am Maim: Suhrkamp, 1994.
- _____, *Kritik der Urteilskraft*, Frankfurt am Maim: Suhrkamp, 1994.
- _____, *Lógica*, Trad. G. A. Almeida, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

- _____, *Lectures on logic*, [Col. Cambridge Edition of the Works of Immanuel Kant], Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- _____, *Manual dos Cursos de Lógica Geral*, Trad. Fausto Castilho. EDUFU, Uberlândia e IFCH-UNICAMP, Campinas, 1998.
- _____, *Métaphysique des moeurs*. 2ª Ed. Trad. A. Philonenko. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1979.
- _____, *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime: ensaio sobre as doenças mentais*; trad. Vinicius de Figueiredo. Campinas : PAPIRUS, 1993.
- _____, *A Paz Perpétua e outros opúsculos*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1985.
- _____, *Philosophical Correspondence 1759 - 99* Edição e Tradução Arnulf Zweig, Chicago: The University of Chicago, 1976.
- _____, *Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza*, Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1990.
- _____, *Realidade e existência: Lições de Metafísica: introdução e ontologia*, Trad. do Italiano por Armando Rigobello. São Paulo: Editora Paulus, 2002.
- _____, *Textos Pré-Críticos*, Trad. José Andrade e Alberto Reis, Porto: RÉS-Editora, 1975.
- KEMP SMITH, N., *A Commentary on Kant's "Critique of Pure Reason"*, New York: Humanities Press, 1962.
- KOTZIN RHODA *Kant on the role of sensation in empirical knowledge*, in Akten des 5. Internationalen Kant-Kongresses; Mainz 4.-8. April 1981.
- _____, *On subjectivity of the perception of colors and sounds and tastes - Kant and some of his predecessors*, Heraclitean Society, Michigan: Michigan University Press, 1974.
- LANGTON R., *Kantian Humility*, Oxford University Press, Oxford, 1998.
- LEBRUN G., *Sobre Kant* Org, TORRES FILHO R, São Paulo: Iluminuras/EDUSP, 1993.
- LOCKE J., *Ensaio acerca do entendimento humano*, Trad. Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro, 3ª Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

- _____, *Essays Concerning Human Understanding*, Edição eletrônica
www.rep.routledge.com/article-bibliography/V014
- LOPARIC J., *A Semântica Transcendental de Kant* (Coleção CLE; v. 29). Campinas: CLE-Unicamp, 2000.
- MALHERBE M., *Kant ou Hume* Librairie Philosophique J. Vrin, Paris, 1980.
- MCDOWELL J., *Having the World in View: Sellars, Kant, and Intentionality*.(pp. 431-491) *Journal of Philosophy*», XCV, 1998.
- NAGEL, G. *The Structure of Experience: Kant's System of Principles*, Chicago: University of Chicago Press, 1983.
- PATON H. J., *Kant's Metaphysics of Experience*. (2 vols.) London: George Allen & Unwin, 1936.
- PIPPIN, R. *Kant's Theory of Form*, Yale: Yale University Press, 1982.
- PUTNAM H., *Reason, Truth and History*, Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- REICH, K., *The completeness of Kant's table of judgments*, Trad. Para o Inglês de Jane Kneller e Michael Losonsky, Standford, California: Stanford University Press, 1992.
- REINHOLD K., Excertos de *Briefe über die kantische Philosophie*, in *Recepção da Crítica da Razão Pura - Antologia de escritos sobre Kant (1786-1844)*, Coordenação Fernando Gil. Ed. Calouste Gulbekian, Lisboa, 1992.
- RODHEN V., *O Sentido do Termo "Gemüt" em Kant* in *Analytica* vol. 1, n. 1, 1993.
- SAFRANSKI, R., *Heidegger: Um Mestre da Alemanha entre o Bem e o Mal* [Trad. Lya Luft]. São Paulo: Geração Editorial, 2000.
- SASSEN, B. *Kant's Early Critics and the Question of Empirical Guidedness*, in: *Akten des IX. Internationalen Kant - Kongress Band II: Sektionen I - V*
- _____, *Kant's Early Critics : The Empiricist Critique of the Theoretical Philosophy*, Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- SCHOPENHAUER A., *O Mundo como Vontade e Representação <Apêndice>* in *Recepção da Crítica da Razão Pura - Antologia de escritos sobre Kant (1786 - 1844)*, Coordenação Fernando Gil. Ed. Calouste Gulbekian, Lisboa, 1992.

- SELLARS W., *Science and Metaphysics - Variations on Kantian Themes*. Astacadero, California: , Thomson-Shore, Inc, 1967.
- _____, *Some Remarks on Kant's Theory of Experience*. *Journal of Philosophy* 64 (1967), pp.633-47.
- SOLÈRE J., *The Question of Intensive Magnitudes According to Some Jesuits in the sixteenth and seventeenth Centuries*, *The Monist*, vol. 84, no. 4, pp 582-616, Peru, Illinois, 2001.
- STRAWSON P., *Análise e Metafísica*, Trad. Armando Mora de Oliveira, São Paulo: Discurso Editorial, 2002.
- _____, *The Bounds of Sense*, London: Methuen, 1966.
- TERRA R., *Foucault Leitor de Kant: Da Antropologia à Ontologia do Presente* in *Analytica* vol. 2, n. 1, 1997.
- THOMPSON M., *Singular Terms and Intuitions in Kant's Epistemology*, in *Review of Metaphysics* no. 26, 1972.
- TORRES, J. C. *Cognição Intuitiva e Pensamento de Re*, *Analytica*, volume 4, número 2, 1999.
- _____, *Intuição e Conceito: a diferença de forma* in *Intuição, Conceito e Idéia* (org) Abel Lassale Casanave, Santa Maria: Universitária - UFSM, 2001.
- VAN CLEVE, *Experience and Objects* *Philosophy and Phenomenological Research* Volume 54, No. 3, 1994.
- _____, *Putnam, Kant and Secondary Qualities*, *Philosophical Papers*, Vol. XXIV, no. 2, 1995.
- WALSH, *Kant's Criticism of Metaphysics*, Edinburgh: Edinburgh University Press, 1975.
- WARD D., *Did I Dream that or did it really happen? - A phenomenological criterion for distinguishing remembered dream experiences from remembered waking experiences*, Campinas, SP: Manuscrito, 2001.
- WILSON M., *The Phenomenalism of Berkeley and Kant*, in *Self and Nature in Kant's Philosophy*, Ed. Allen W. Wood, Ithaca, New York: Cornell University Press, 1984.
- _____, *On Kant and the Refutation of Subjectivism*. In *Kant's Theory of Knowledge*, (pp. 208-217).ed. Lewis White Beck. Dordrecht: Reidel, 1974.

WILSON K., *Kant on Intuition*, Philosophical Quarterly 25, pp.247-65, 1975.

WOLF P. R., (Org) *Kant - A Collection of Critical Essays*, New York: Anchor Books Doubleday & Cia. Inc., 1967.

WOOD, A. W., (org.) *Self and Nature in Kant's Philosophy*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1984.

ZINGANO, M. *Razão e Sensação em Aristóteles - Um ensaio sobre De Anima III 4-5* [Col. Philosophia] Porto Alegre: LPM, 1998.

ÍNDICE REMISSIVO

- a posteriori*, 7, 11, 18, 20, 22, 23, 25, 28, 30, 33, 40, 51, 52, 53, 70, 77, 84, 94, 99, 106, 110, 114, 115, 117, 118
- a priori*, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 20, 23, 24, 25, 28, 29, 31, 32, 33, 40, 42, 43, 44, 48, 49, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 60, 63, 64, 70, 73, 75, 77, 84, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 117, 118, 121, 126
- afecção, 8, 12, 13, 20, 21, 22, 29, 31, 32, 33, 34, 38, 39, 40, 44, 45, 46, 47, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 62, 84, 87, 109, 115, 117, 118, 121
- Allison, 46, 48, 93
- Antecipações da Percepção*, 13, 15, 17, 86, 87, 91, 94, 96, 98, 104, 105, 106, 111, 112
- aspectos* dos objetos, 13, 64, 85
- atividades do entendimento, 5, 10, 14, 15, 18, 19, 20, 50, 59, 68, 73, 80, 81, 84, 86, 87, 100, 102, 106, 107, 108, 120
- Axiomas da Intuição*, 17, 98, 101, 102, 104
- Berkeley, 46, 54, 130
- Caim Mario, 21, 38
- categorias, 13, 23, 39, 41, 70, 72, 73, 81, 84, 88, 111, 112, 115, 121
- ciência da natureza, 15, 16, 18, 23, 59, 64, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 107, 108, 109, 111, 112
- Cohen, 103, 107, 115
- coisa em si, 8, 44, 45, 46, 47, 48
- conhecimento empírico, 5, 11, 12, 14, 15, 18, 23, 24, 36, 68, 70, 73, 100, 108, 125
- conhecimento humano*, 11, 21, 30, 34, 37, 39, 60, 122, 123
- constituído*, 15, 69, 70, 71, 77, 84, 85, 100, 104
- constituente, 18, 71, 77, 78, 79, 80, 83, 89, 95, 100
- contínuo espaço-temporal, 13
- determinação*, 13
- intuitiva, 13
- positiva e verdadeira, 17
- determinação sensível, 12
- do entendimento, 13
- domínio*
- campo da experiência possível, 16
- doutrina das sensações, 14, 15, 68, 69, 86, 87, 125
- entendimento*, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 27, 29, 30, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 41, 49, 50, 51, 59, 63, 64, 68, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 106, 107, 110, 111, 112, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 128
- espaço, 13, 17, 18, 22, 23, 28, 29, 31, 32, 33, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 62, 63, 66, 70, 73, 84, 88, 89, 96, 97, 98, 101, 102, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 121
- esquemas, 13, 115
- Estética Transcendental*, 12, 13, 17, 29, 30, 34, 52, 63, 102, 110
- experiência, 5, 8, 11, 14, 16, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 29, 32, 33, 36, 41, 48, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 60, 61, 63, 64, 69, 72, 74, 76, 77, 84, 87, 88, 90, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 122
- experiência possível, 16, 23, 50, 77, 96, 98, 106, 108, 114
- faculdade*, 11, 21, 23, 24, 25, 27, 29, 31, 34, 42, 55, 63, 81, 96, 106, 107, 116, 120
- Falkenfeld, 122
- Falkenstein, 89, 98
- fenômeno, 8, 12, 13, 18, 20, 38, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 67, 75, 77, 79, 80, 81, 82, 85, 89, 101, 104, 107, 109, 110, 113, 114, 115, 120
- fenômenos*, 12, 16, 33, 44, 45, 46, 47, 48, 55, 56, 57, 59, 73, 76, 79, 87, 89, 92, 96, 97, 99, 104, 110, 111, 112, 113, 115, 118
- objeto indeterminado de uma intuição empírica, 12
- formas*

- puras a priori, 12, 13, 16, 17, 18, 29, 31, 33, 38, 42, 46, 47, 48,
 51, 52, 53, 56, 57, 62, 70, 71, 73, 75, 77, 84, 85, 88, 104,
 106, 109, 110, 113, 115, 118
- formas da intuição, 8, 61, 64
- guia empírico, 1, 2, 8, 10, 11, 15, 79, 86, 87, 100, 118, 119
- Heidegger, 4, 15, 31, 33, 46, 47, 49, 61, 88, 90, 92, 93, 94, 96, 103,
 109, 113, 114, 127
- impressões sensíveis, 11, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 40, 41,
 85, 107
- intencionalidade*, 117
- maquinaria transcendental, 11, 13, 104, 120
- matemática, 16, 17, 23, 66, 91, 92, 93, 94, 97, 111
- matéria*, 12, 13, 15, 17, 18, 21, 23, 26, 28, 29, 31, 33, 46, 51, 52,
 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 69, 73, 74, 88, 89, 91, 99,
 100, 101, 104, 109, 110, 111, 114, 115
- Newton, 16, 24, 88, 89, 90, 96
- objetividade, 13, 16, 23, 29, 47, 73, 75, 77, 106
- objetivo, 12, 24, 38, 42, 43, 49, 65, 76, 87, 88, 106, 116
- objeto, 5, 8, 12, 14, 16, 18, 19, 22, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34,
 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54,
 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 70, 72, 74, 75, 76, 78,
 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 98, 99,
 101, 102, 103, 104, 106, 108, 110, 112, 113, 114, 115, 116,
 117, 118, 123
- guia e correção para o entendimento, 14, 68
- paisagem transcendental, 15, 18, 89
- percepção, 8, 13, 19, 23, 24, 26, 29, 33, 36, 42, 51, 62, 64, 65, 66,
 67, 73, 75, 82, 85, 86, 99, 103, 105, 106, 108, 110, 111, 118,
 119, 120, 122, 123
- Pippin, 68, 72, 74, 75, 76, 86, 100
- ponto de apoio empírico*, 13
- princípios, 13, 16, 18, 24, 53, 55, 56, 57, 59, 88, 94, 97, 98, 99, 100
- princípios puros do entendimento, 16, 100
- problema do guia empírico, 15, 78, 86, 104, 111, 125
- propriedades empíricas, 11, 13, 16, 40, 62, 63, 65, 66, 78, 84, 85,
 88, 97, 98
- quale*, 17, 109, 113
- qualidades, 5, 16, 18, 54, 58, 63, 70, 72, 73, 77, 79, 81, 82, 84, 85,
 91, 94, 99, 100, 105, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117,
 118
- quantidade extensiva, 18
- quantidade intensiva, 18, 99, 101, 108, 109, 112, 118
- grau, 18
- Quantitas*, 101, 102
- Quantum*, 102
- real do fenômeno, 115
- real no fenômeno, 113
- realidade*, 17, 18, 46, 58, 59, 100, 107, 109, 111, 112, 113, 114,
 115, 116, 117, 118
- receptividade* da mente, 17
- representação, 8, 12, 13, 14, 17, 18, 21, 24, 26, 27, 28, 33, 34, 35,
 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58,
 59, 60, 61, 62, 63, 64, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78,
 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 89, 91, 99, 100, 101, 104, 105,
 106, 108, 110, 111, 115, 116, 120, 121
- sensível, 13
- Segunda Analogia*, 14, 68
- Sellars, 86, 129
- sensação, 8, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 26, 27,
 28, 29, 31, 33, 34, 35, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 49, 51, 52, 53,
 54, 57, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 70, 72, 75, 77, 78, 79, 83, 84,
 86, 87, 89, 91, 94, 98, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 108, 109,
 110, 111, 112, 114, 115, 117, 118
- sensações
- elemento empírico necessário e irreduzível, 15, 69
- sensações *objetivas*, 12
- 'sensações objetivas, 13
- sensibilidade*, 8, 11, 12, 13, 14, 16, 20, 24, 25, 28, 30, 31, 32, 33,
 34, 35, 36, 37, 38, 40, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 56,
 57, 60, 61, 62, 63, 64, 69, 70, 72, 73, 74, 77, 79, 80, 81, 82, 83,
 84, 85, 103, 104, 107, 109, 110, 115, 120
- sentimento, 12, 42, 43, 44, 52, 128
- sínteses do entendimento
- arbitrária, 14, 68
- subjetivo*, 12, 13, 42, 43, 45, 75, 76, 106, 107
- tempo, 13, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 27, 31, 32, 40, 44, 45, 48, 49,
 53, 54, 55, 59, 60, 66, 70, 73, 84, 88, 93, 95, 96, 97, 98, 101,
 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115,
 117, 118, 119